

DO ARQUIVO AO TERRITÓRIO: HISTÓRIAS, CONSERVAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

VOLUME I



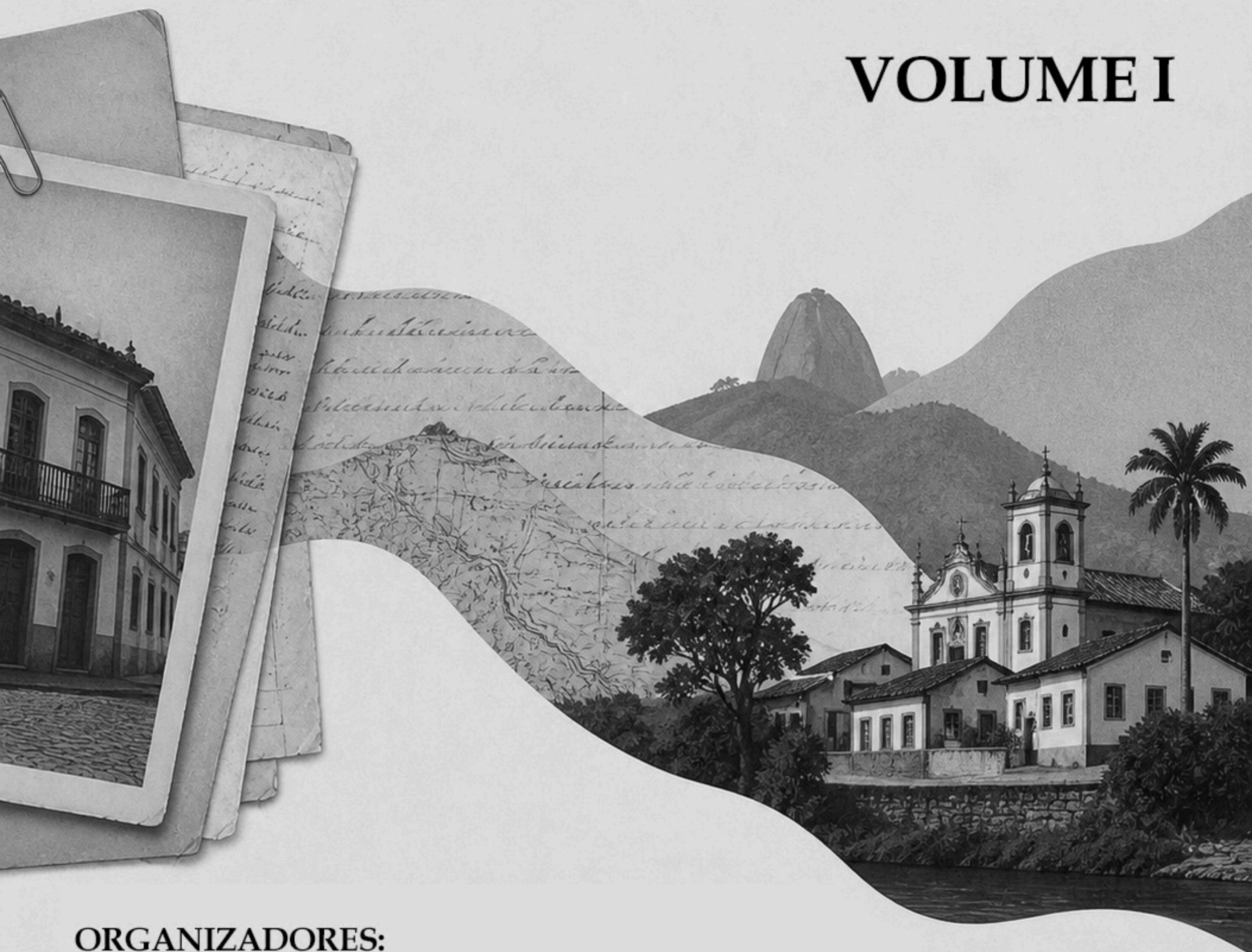
ORGANIZADORES:

GEORGE LEONARDO SEABRA COELHO

ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS

DO ARQUIVO AO TERRITÓRIO: HISTÓRIAS, CONSERVAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

VOLUME I



ORGANIZADORES:

GEORGE LEONARDO SEABRA COELHO

ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS



EDUFT
Conhecimento na palma da mão

Editora da Universidade Federal do Tocantins – EDUFT

Revisão: George Leonardo Seabra Coelho e Angelo Adriano Faria de Assis

Diagramação: George Leonardo Seabra Coelho

Capa: Carlos Batista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (SISBIB)**

C672a

Coelho, George Leonardo Seabra.

Do arquivo ao território: histórias, conservação e educação patrimonial no Brasil contemporâneo / George Leonardo Seabra Coelho, Angelo Adriano Faria de Assis. – vol. 1 – Palmas, TO: Editora da Universidade Federal do Tocantins – EdUFT, 2026.
156p.

ISBN: 978-65-5390-241-1.

1. Educação 2. História. 3. Patrimônio. I. I. Assis, Angelo Adriano Faria de. II. Título.

CDD 981

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte.



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Universidade Federal do Tocantins
Editora da Universidade Federal do Tocantins – EDUFT

Reitor

Maria Santana Ferreira dos Santos

Vice-reitor

Marcelo Leineker Costa

**Pró-Reitor de Administração e Finanças
(PROAD)**

Carlos Alberto Moreira de Araújo Júnior

**Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
(PROEST)**

Kherlley Caxias Batista Barbosa

**Pró-Reitora de Extensão, Cultura e
Assuntos Comunitários (PROEX)**

Bruno Barreto Amorin Campos

**Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento
de Pessoas (PROGEDEP)**

Michelle Matilde Semiguem

Lima Trombini Duarte

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)

Valdirene Gomes dos Santos de Jesus

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
(PROPESQ)**

Marcos Vinicius Giongo Alves

Conselho Editorial Presidente

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Ciências Humanas, Letras e Artes

Fernando José Ludwig

Ciências Sociais Aplicadas

Ingrid Pereira de Assis

Interdisciplinar

Wilson Rogério dos Santos

Presidente do Selo Editorial do PPGHispan

Prof. Dr. Vasni de Almeida (UFT)

Membros

Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho (UFT)

Prof. Dr. Vítor Hugo Abranche de Oliveira (UFT)

Prof.^a Dr.^a Regina Célia Padovan (UFT)

Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Melo Guimarães (UFT)

Prof.^a Dr.^a Keides Batista Vicente (UEG)

Prof. Dr. César Evangelista Fernandes Bressanin (UFT)

Prof. Dr. Marcelo Santos Rodrigues (UFT)

Prof. Dr. Marcelo Gonzales Brasil Fagundes (UFT)

Prof. Dr. Alexandre da Silva Borges (UFT)

Sumário

Prefácio – Francivaldo Alves Nunes	6
Apresentação.....	10
Reflexões e comparações sobre o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor em Viçosa, Minas Gerais – Luciano de Mello Sant'Anna & André Luiz Lopes de Faria.....	15
Introdução dos juízes de fora na Capitania de Pernambuco e seus diálogos com os governantes: período de 1817-1824 – Valdemiro Rodrigues da Silva & Flávio José Gomes Cabral	35
Entre a pesquisa e a prática: da dissertação à aplicação do produto sobre os patrimônios culturais de Guaraciaba (MG) – Luciana Aparecida de Oliveira & Angelo Adriano Faria de Assis	55
Entre o lago e a lei: a Colônia de Pescadores Porto Real Z-4 em Porto Nacional-TO – Meire Vânia Ferreira Araújo Guimarães & Marcelo Santos Rodrigues.....	68
Os impasses da concretização do produto nos mestrados e doutorados profissionais em História e como eles interferem no ensino, pesquisa e diferencial nas comunidades – Margit Arnold Fensterseifer & Eliana Rela	83
Entre desenhos, cores e histórias: proposta de material didático para o Museu de Vacaria/RS – Manoela Grazziotin Rodrigues & Roberto Radünz	107
Coleção História Afro-Brasileira e Indígena: um estudo na Escola Estadual de Lagoa da Confusão (2021-2023) – Ana Paula Vicentim & George Leonardo Seabra Coelho	134
INFORMAÇÃO SOBRE OS ORGANIZADORES	150
INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES	151

PREFÁCIO

Caminhos da pesquisa histórica, formação e prática docente: Desafios dos programas profissionais

O livro *Do arquivo ao território: histórias, conservação e educação patrimonial no Brasil contemporâneo (Volume 1)*, organizado por George Leonardo Seabra Coelho e Angelo Adriano Faria de Assis, apresenta-se como uma contribuição consistente e qualificada para o campo da História. Trata-se de uma densa coletânea que aponta os caminhos que explicam a pesquisa histórica e a prática docente, tendo como experiência formativa os programas profissionais de mestrado no Brasil.

Enquanto trabalho histórico, a obra se destaca pela diversidade de recortes espaciais, temporais e temáticos, articulando experiências que vão do período colonial e imperial às problemáticas contemporâneas da conservação ambiental, da educação patrimonial e das relações étnico-raciais. Os capítulos mobilizam um amplo repertório de fontes — documentos administrativos, correspondências oficiais, legislações, planos de manejo, registros de expedições científicas, materiais didáticos e experiências escolares — tratados de forma rigorosa e contextualizada. Essa atenção às fontes permite reconstruir processos históricos concretos, como a atuação dos juízes de fora em Pernambuco no início do século XIX, a formação e transformação de paisagens naturais e urbanas, e os conflitos e disputas em torno do patrimônio cultural e ambiental. O diálogo constante entre passado e presente confere densidade histórica às análises, evitando leituras anacrônicas e reforçando o compromisso com a historicidade dos fenômenos estudados.

Do ponto de vista historiográfico, o livro revela forte alinhamento com debates atuais da História Social, da História Ambiental, da História do Patrimônio, do Ensino de História e da Educação. As análises ultrapassam abordagens descritivas e incorporam conceitos como paisagem cultural, antropoceno, educação patrimonial, memória, território e pertencimento, evidenciando uma postura crítica diante das dicotomias clássicas entre natureza e cultura, teoria e prática, pesquisa acadêmica e ação social. A obra também se destaca por valorizar metodologias qualitativas — estudos de caso, análises documentais, comparações interterritoriais e experiências de pesquisa aplicada — que reforçam o caráter reflexivo e

problematizador da produção historiográfica.

Outro mérito relevante é a articulação entre pesquisa acadêmica e produção de produtos educacionais, característica dos programas profissionais em História. Os capítulos demonstram como a investigação histórica pode gerar materiais didáticos, propostas formativas, intervenções em museus, parques naturais e escolas, ampliando o alcance social do conhecimento histórico. Nesse sentido, o livro contribui para uma historiografia comprometida não apenas com a interpretação do passado, mas também com a transformação do presente, especialmente no que diz respeito à educação patrimonial, à valorização de identidades locais e à promoção de práticas antirracistas.

Ao longo da obra, observa-se que a formação proporcionada pelos programas profissionais possibilita que os pesquisadores partam de problemas históricos e patrimoniais vivenciados em seus próprios territórios de atuação. Um caso a exemplificar é o estudo sobre o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor, em Viçosa (MG), em que a pesquisa histórica e ambiental não se limita à reconstrução da paisagem ao longo do tempo, mas subsidia diretamente ações de gestão, educação ambiental e recuperação de áreas degradadas. A análise documental, o diálogo com legislações ambientais e a comparação com outras unidades de conservação mostram como a pesquisa acadêmica pode orientar políticas públicas e práticas de preservação, evidenciando o papel formativo do mestrado profissional na mediação entre conhecimento científico e demandas sociais.

Situação semelhante aparece no capítulo que acompanha a trajetória da dissertação e do produto educacional sobre os patrimônios culturais de Guaraciaba (MG). Nele, a pesquisa histórica identifica fragilidades nos processos de tombamento e conflitos em torno do uso do patrimônio, ao mesmo tempo em que resulta na elaboração de materiais didáticos e propostas de educação patrimonial voltadas à escola e à comunidade. Esse caso revela como a formação no mestrado profissional estimula o historiador a compreender o patrimônio não como um dado estático, mas como espaço de disputa, memória e pertencimento, exigindo práticas educativas críticas e participativas.

No campo do ensino de História, o estudo sobre a implementação da coleção História Afro-Brasileira e Indígena em uma escola estadual do Tocantins evidencia outro aspecto fundamental dos mestrados profissionais: a capacidade de transformar a pesquisa em ações formativas concretas. A análise das lacunas do livro didático e da formação docente resulta em intervenções como minicursos para professores, semanas temáticas e atividades pedagógicas

voltadas à educação antirracista. O que demonstra que a pesquisa desenvolvida no mestrado profissional não apenas diagnostica problemas, mas contribui efetivamente para a construção de práticas escolares mais inclusivas e alinhadas à legislação educacional.

Mesmo nos capítulos de recorte mais clássico, como o estudo sobre a atuação dos juízes de fora em Pernambuco entre 1817 e 1824, percebe-se a marca da formação profissional ao valorizar o uso sistemático de fontes primárias, como correspondências administrativas, para compreender dinâmicas de poder, conflitos políticos e práticas de justiça em períodos de crise. A pesquisa reforça a importância da formação historiográfica sólida nos mestrados profissionais, mostrando que a aplicação social do conhecimento não prescinde do domínio teórico e metodológico da disciplina.

Do ponto de vista dos produtos gerados, estes assumem, em primeiro lugar, a forma de materiais e propostas de educação patrimonial construídas a partir de pesquisas históricas situadas. O capítulo que acompanha o estudo sobre os patrimônios culturais de Guaraciaba (MG) apresenta como resultado o produto educacional “*Herança Histórica: Guaraciaba e seus patrimônios culturais*”, elaborado para uso em escolas e ações comunitárias. Esse material nasce da análise crítica do processo de tombamento municipal e das tensões em torno da Fazenda Limeira, transformando a pesquisa em instrumento pedagógico voltado ao fortalecimento do pertencimento, à problematização dos usos do patrimônio e à aproximação entre escola, comunidade e bens culturais.

Outro conjunto significativo de produtos aparece nos trabalhos voltados à educação ambiental e patrimonial em espaços naturais protegidos. A pesquisa sobre o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor, em Viçosa (MG) resulta em subsídios técnicos e educativos para a gestão do parque, como propostas de uso público, ações de sensibilização ambiental, diretrizes para visitação e estratégias de comunicação com a comunidade. Embora não se configure como um material didático tradicional, o produto se expressa na forma de intervenções concretas, planos de manejo, painéis informativos e ações educativas, evidenciando como a pesquisa histórica e ambiental pode orientar políticas públicas e práticas de conservação.

O produto derivado da pesquisa sobre a coleção História Afro-Brasileira e Indígena em uma escola estadual do Tocantins é algo a se destacar. A investigação resulta em ações formativas específicas, como minicursos para professores, organização de uma Semana da Consciência Negra, produção de materiais pedagógicos, rodas de conversa, atividades audiovisuais e estudos sobre comunidades quilombolas. Esses produtos respondem diretamente

às lacunas identificadas na prática docente e no uso do livro didático, consolidando propostas de ensino comprometidas com a educação antirracista e com a efetivação da legislação educacional.

Também aparecem no livro produtos voltados à mediação cultural em museus e instituições de memória, como no capítulo que propõe a elaboração de material didático para o Museu de Vacaria (RS). A pesquisa histórica se converte em desenhos, narrativas visuais e conteúdos educativos pensados para públicos diversos, especialmente escolares, reforçando o papel do museu como espaço educativo e de construção de sentidos históricos.

Mesmo os estudos de perfil mais historiográfico, como o que analisa a atuação dos juízes de fora em Pernambuco (1817–1824), contribuem indiretamente para a construção de produtos ao oferecerem interpretações sistematizadas e baseadas em fontes primárias, passíveis de serem apropriadas em materiais didáticos, formações docentes e ações de divulgação histórica.

Assim, os produtos apresentados no livro revelam que as pesquisas dos mestrados profissionais se concretizam em materiais didáticos, propostas de educação patrimonial, ações formativas, intervenções em espaços de memória e subsídios para políticas públicas. Esses resultados demonstram que o produto não é um complemento secundário da pesquisa, mas parte constitutiva do processo formativo e investigativo, reafirmando o papel dos mestrados profissionais na produção de uma História aplicada, pública e socialmente comprometida.

Assim, o livro evidencia a superação dos desafios enfrentados pelos mestrados profissionais, uma vez que se constituem como espaços privilegiados de formação de historiadores e professores capazes de transitar entre o arquivo, o território e a sala de aula. As situações apresentadas nos capítulos mostram que a pesquisa histórica, quando articulada à prática educativa e à intervenção patrimonial, amplia o alcance social da História, fortalece o vínculo entre universidade e comunidade e contribui para a construção de uma consciência histórica crítica, sensível às questões ambientais, culturais e étnico-raciais do Brasil contemporâneo.

Francivaldo Alves Nunes
Presidente da Anpuh - Associação Nacional de História, biênio 2025-2027
Universidade Federal do Pará

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, tem-se acompanhado um crescimento no país dos programas de pós-graduação, nas mais distintas áreas do conhecimento. Esse aumento, obviamente, acompanha a criação de universidades país afora e, no mesmo sentido, demonstra que o ensino superior e a pesquisa vêm ganhando força e espaço para além dos grandes centros do eixo Sul-Sudeste: não apenas nas capitais – mas aí, a grande novidade –, democratizando-se nos interiores, rincões até há pouco totalmente carentes de cursos de formação.

Nesse sentido, o que se presencia – embora exista ainda muito a ser feito – é a necessária democratização do acesso ao ensino superior. Basta ver a multiplicação da oferta de cursos, tanto particulares quanto, em especial, públicos. Destaque para os esforços dos Governos Lula e Dilma nesse processo de criação de novas universidades, nos programas de financiamento estudantil, de investimento em pesquisa de ponta, entre outros fatores que catapultaram o papel e importância das universidades no Brasil, apesar de toda onda de negacionismos e de ataques à Ciência e ao Ensino existentes. Mas, claro, trata-se de um processo em construção, que precisa de cuidados e atenção constante para que tenha continuidade e força e não se perca o que já foi conquistado, visando inserir cada vez mais grupos que se encontram à margem do ensino superior.

Um dos elementos que demonstram o crescimento da pós-graduação no país é o fortalecimento de modelos de pós-graduação que foquem num público mais específico. Os programas de especialização, por exemplo, visam uma formação que atinja diretamente indivíduos que já ocupam o mercado de trabalho e buscam aprofundamento de conhecimentos práticos em áreas específicas do mercado de trabalho, mas sem focar especificamente no desenvolvimento de pesquisas inéditas e com tempo de formação mais limitado.

Outro modelo que tem ganhado força, e que aqui no interessa mais de perto, é uma modalidade dos cursos de *stricto sensu* conhecidos como Mestrado e Doutorado (esses, ainda mais recentes) profissionais. Em geral, envolvem pesquisas que visam a aplicação prática do conhecimento na resolução de problemas do mercado de trabalho. Normalmente, além dos textos teóricos ressumos das pesquisas (dissertações e teses), envolvem a criação de um produto,

uma espécie de resultado prático da pesquisa que, no caso da História, possa ser aplicado na sociedade.

Atualmente, temos no Brasil pouco mais de uma dezena de programas de Mestrado Profissional em História, espalhados pelas diversas regiões do país, lotados em instituições públicas e privadas. Apesar das especificidades de cada programa, como localização, linhas de pesquisa, público-alvo, tamanho do corpo docente, uma questão em comum a estes cursos é a dificuldade de financiamento, visto que não recebem auxílio financeiro das instituições de fomento no país, precisando recorrer a soluções próprias para custear o seu financiamento, muitas vezes, inclusive, à margem dos editais de financiamento, proibidos de concorrer nesses editais com os programas acadêmicos. Obviamente, a falta de bolsas para os alunos e de verbas para suprir as demandas variadas dos programas e de seus professores torna a tarefa muitas vezes inglória, bem como cria uma larga diferença e desigualdade de condições entre os programas acadêmicos e profissionais, com visíveis prejuízos para esses últimos. Sinal de que ainda são inúmeras as dificuldades para produzir ciência no Brasil, especialmente por mestrados que não contam com ajuda financeira do MEC, CAPES, CNPq, e não raro, das instituições de fomento estaduais ou mesmo de suas instituições.

O livro que o leitor tem em mãos é uma demonstração de que, apesar das dificuldades apontadas (e de tantas outras sequer citadas), os programas profissionais têm produzido pesquisas de ponta e buscado, com criatividade, dedicação e bom senso, superar as adversidades. Os artigos presentes nessa coletânea exemplificam como essas investigações buscam caminhos e soluções para os problemas colocados com expertise e esforço investigativo, auxiliando na divulgação e no avanço da pesquisa histórica pelo país. Da mesma forma, são demonstração clara de como os programas profissionais produzem pesquisa e gera produtos de altíssima qualidade, colaborando com refinamento para o avanço científico no país.

O livro reúne capítulos que articulam pesquisas em história, patrimônio e educação, enfatizando a relação entre memória, territórios e formação docente em diferentes contextos brasileiros, e foi organizado por George Leonardo Seabra Coelho e Angelo Adriano Faria de Assis. Os organizadores, cabe dizer, atualmente ocupam cargos de coordenação em seus respectivos programas de pós-graduação em mestrado profissional, respectivamente na Universidade Federal do Tocantins e na Universidade Federal de Viçosa. O esforço de organização conjunta da obra é também uma noção da consciência da importância de unir forças entre os programas profissionais, trocando experiências e auxiliando na resolução de problemas

comuns e fortalecimento de suas áreas, com diálogo e colaboração.

A obra está dividida em sete capítulos, que abordam temáticas distintas, mas que apresentam preocupações comuns entre os programas profissionais, e está assim estruturada:

O capítulo que abre a coletânea, Reflexões e comparações sobre o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor em Viçosa, Minas Gerais, de Luciano de Mello Sant'Anna, analisa o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor, localizado na cidade de Viçosa, na Zona da Mata de Minas Gerais, como unidade de conservação urbana marcada por degradação, ações de recuperação e disputas de sentidos em torno de natureza, paisagem, Antropoceno e herança natural, articulando legislação ambiental, conceito de paisagem cultural e comparação com outros parques como Tabuleiro, Dona Ziza e Chácara do Lessa, no intuito de tornar o parque um atrativo turístico que gere identidade e interação locais com a região e consciência da necessidade de sua preservação.

Valdemiro Rodrigues da Silva e Flávio José Gomes Cabral, em Introdução dos juízes de fora na Capitania de Pernambuco e seus diálogos com os governantes: período de 1817-1824, discutem a atuação dos juízes de fora em Pernambuco, no período em tela, a partir de correspondências com o governo, evidenciando seu papel na repressão de revoltas, na condução de devassas, na mediação de conflitos locais e na gestão de temas militares, econômicos e administrativos no contexto da Revolução de 1817, da Revolução Liberal do Porto e da Confederação do Equador.

Entre a pesquisa e a prática: da dissertação à aplicação do produto sobre os patrimônios culturais de Guaraciaba (MG), de Luciana Aparecida de Oliveira e Angelo Adriano Faria de Assis, apresenta a trajetória da dissertação “Embarço patrimonial: o caso da Fazenda Limeira em Guaraciaba, MG” e do produto “Herança Histórica: Guaraciaba e seus patrimônios culturais”, discutindo fragilidades do tombamento municipal, o conceito de “embarço patrimonial” e a educação patrimonial como processo formativo, participativo e crítico para aproximar comunidade, escola e patrimônio cultural. A partir de autores como Horta, Grunberg, Monteiro, Florêncio e Gregory, as ações educativas são pensadas como forma de fortalecer o sentimento de pertencimento e transformar o bem tombado em referência identitária local, por meio de materiais acessíveis às escolas e atividades que problematizam o uso, a memória e os conflitos em torno da Fazenda Limeira.

Meire Vânia Ferreira Araújo Guimarães e Marcelo Santos Rodrigues, autores de Entre o lago e a lei: a Colônia de Pescadores Porto Real Z-4 em Porto Nacional-TO, analisam a

colônia de pescadores Porto Real Z-4 não apenas como instrumento de controle político, mas enquanto espaços de solidariedade, resistência e afirmação de identidades, lugares de convergência entre o saber tradicional, as exigências da legislação, a vida comunitária e o aparato burocrático do Estado. Expressam o que denominam de “territorialização da cidadania”, quando o direito social deixa de ser abstração jurídica e se enraíza em um território concreto, construído cotidianamente pelos trabalhadores com suas mãos e sua memória. Nesse sentido, procuram perceber se – e até que ponto – a Colônia Z-4 reflete essas transformações.

Margit Arnold Fensterseifer e Eliana Rela, por sua vez, em *Os impasses da concretização do produto nos mestrados e doutorados profissionais em História e como eles interferem no ensino, na pesquisa e diferencial nas comunidades*, têm como objeto de análise um dos principais elementos resultantes de uma pesquisa profissional: a partir de dois estudos de caso, investigam os desafios na escolha de um produto como material resultante de uma dissertação ou tese em História em programas profissionais. Nesta lógica, discutem como se projeta um produto, pensando na sua problemática de pesquisa, em seus aportes teórico-metodológicos, nos impasses e dificuldades para a sua realização, seu desdobramento e aplicabilidade, as possibilidades de alcançar um público-alvo, causando diferença prática nos locais de atuação de mestres e doutores e na comunidade como um todo.

Já em *Entre desenhos, cores e histórias: proposta de material didático para o Museu de Vacaria/RS*, Manoela Grazziotin Rodrigues e Roberto Radünz, discutem a construção de um material instrucional como proposta de didatização do ensino de História no Museu Municipal de Vacaria/RS - Dr. Adhemar Pinotti, buscando atingir as escolas de Educação Infantil do município. O recurso, apesar de inicialmente direcionado ao público mirim, na faixa etária de 4 e 5 anos, pode igualmente ser adaptado a outras idades e especificidades. A proposta almeja, ainda, contribuir com a construção de vínculos e processos identitários da comunidade junto aos espaços de memória e seus patrimônios locais, reforçando a noção de que o museu é público e voltado para todas as pessoas e idades.

Coleção História Afro-Brasileira e Indígena: um estudo na Escola Estadual de Lagoa da Confusão (2021-2023), de Ana Paula Vicentim e George Leonardo Seabra Coelho, texto que encerra a coletânea, analisa a implementação da coleção “História Afro-Brasileira e Indígena: Colônia, Império e República” na Escola Estadual de Lagoa da Confusão (TO), relacionando a legislação sobre ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, a formação de professores e o uso do livro didático como mediador de práticas antirracistas. O texto mobiliza

a Análise Textual Discursiva para examinar documentos normativos, materiais didáticos e experiências escolares, identificando lacunas de representação e propondo um percurso formativo que envolve minicurso para docentes e uma Semana da Consciência Negra com palestras, rodas de conversa, produções audiovisuais, viagens pedagógicas e estudos sobre comunidades quilombolas, visando consolidar práticas efetivas de ensino da História Afro-brasileira e quilombola.

Nas seções finais, o livro apresenta informações sobre os organizadores e os autores, destacando suas trajetórias acadêmicas, vínculos institucionais e principais campos de pesquisa, o que evidencia o caráter tanto coletivo quanto interdisciplinar da obra. Em conjunto, os capítulos mostram como pesquisas em História, Patrimônio e Educação podem gerar produtos educativos, intervenções em espaços naturais e ações formativas em escolas, articulando teoria e prática na perspectiva da educação patrimonial e das relações étnico-raciais.

Como se pode perceber por essas breves apresentações, os textos demonstram a qualidade, pujança e variedade das pesquisas realizadas nos programas profissionais, e o impacto que podem causar em diferentes espaços da sociedade. Sinal de que esses programas precisam de apoio e financiamento, para que cada vez mais possam difundir a consciência e os resultados do que se faz na Academia nos mais distintos âmbitos do mundo em que vivemos.

Uma boa leitura a todos!

George Leonardo Seabra Coelho
Angelo Adriano Faria de Assis

REFLEXÕES E COMPARAÇÕES SOBRE O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO CRISTO REDENTOR EM VIÇOSA, MINAS GERAIS

Luciano de Mello Sant'Anna
André Luiz Lopes de Faria

Introdução

Nos últimos anos, da janela da minha casa, tenho observado com atenção o desenvolvimento e os esforços de recuperação do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR), uma área de proteção integral que, apesar de sua história de degradação, carrega a promessa de renascimento. Essa experiência tem despertado minha reflexão sobre o impacto das ações humanas no meio ambiente, que podem tanto destruir quanto regenerar espaços naturais.

No início do século XIX, esse território era possivelmente um exuberante fragmento de Mata Atlântica, conforme descrito pelo naturalista russo Georg Heinrich Langsdorff em 1824, ao passar pela região de Santa Rita do Turvo (hoje Viçosa). Com o tempo, no entanto, tornou-se uma propriedade rural, destinada a cultivos e pastagens. Essa transformação resultou na fragmentação da floresta, impactando significativamente a biodiversidade e os ecossistemas locais.

Hoje, como área de proteção integral, o PNMCR enfrenta desafios como a perda de habitats, o isolamento genético de populações e a invasão de espécies exóticas. No entanto, ele também representa uma oportunidade de regeneração ambiental. Minha convivência com essa paisagem e a observação de sua transformação ao longo dos anos reforçam minha crença no poder humano de reverter danos e restaurar o equilíbrio ecológico. Este trabalho, portanto, nasce da motivação de compreender e contribuir para a preservação e recuperação desse espaço

único, onde a ação consciente pode transformar destruição em esperança.

No contexto dos desdobramentos espacial e temporal, as características e peculiaridades dos elementos que compõem a natureza se organizam e se reconfiguram, manifestando-se na paisagem natural visível da superfície terrestre. Inegavelmente, as paisagens naturais, mesmo aquelas imperceptíveis aos sentidos humanos, evoluem em seus próprios ritmos e são influenciadas pela sociedade e, é importante mencionar, por suas interações diárias com a natureza. Dentro desse cenário, a natureza passa por processos e transformações, revelando-se também sob a influência significativa do impacto cultural imposto pela sociedade.

As intensas utilização e ocupação das terras ao longo da história da humanidade resultaram em várias consequências prejudiciais, como compactação do solo, desmatamento, desertificação e movimentos de massa.

Este trabalho é, antes de tudo, um convite para uma viagem no tempo, pelas paisagens, pelas marcas da presença humana na natureza e, sobretudo, por reflexões sobre o legado que estamos construindo para as gerações futuras. Em tempos em que os impactos do Antropoceno se tornam cada vez mais visíveis, repensar nossas ações e as formas de preservação torna-se uma tarefa urgente e, por que não, coletiva. Para tanto, utilizamos a metodologia qualitativa na forma de Estudo de Caso, por ser a mais adequada à proposta deste trabalho: compreender com profundidade a realidade investigada, explorando significados, vínculos históricos e relações simbólicas que não se revelariam apenas por meio de dados numéricos.

As análises foram conduzidas a partir da observação direta da dinâmica do território, associada à coleta e estudo de documentos, leis, decretos, resoluções do Conselho Consultivo, plano de manejo, matérias jornalísticas e demais fontes que julgamos pertinentes.

Ao longo do texto, o leitor encontrará uma organização em tópicos principais. Neste tema também apresentamos uma revisão bibliográfica instigante, comparando as ações adotadas no Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMC) com experiências de gestão em parques naturais de mesmo porte, ressaltando suas semelhanças, contradições e desafios.

Um mergulho histórico através dos registros da Expedição Langsdorff – que passou por Viçosa, então chamada Santa Rita do Turvo, reconstruímos parte da paisagem original da área onde hoje se encontra o Parque. Matérias virgens, florestas intocadas e águas cristalinas revelam o contraste com a paisagem atual, marcando o início das transformações que acompanham o Antropoceno.

Também abordamos nesse estudo a trajetória da posse das terras do parque, desde seus

primeiros registros até sua constituição como Unidade de Conservação.

Com o foco nas marcas do Antropoceno visíveis no Parque do Cristo, realizando-se uma análise ambiental detalhada e comparativa com outras unidades de conservação no Brasil e no mundo. Buscamos identificar pontos de convergência, divergência e, quem sabe, até algumas conexões inesperadas entre o simbólico e o físico. Ao final, não apontaremos soluções, mas sim propomos caminhos possíveis para a melhoria da gestão e conservação do parque, com sugestões que possam dialogar com outras realidades semelhantes.

Desejamos que esta leitura seja, além de informativa, uma experiência sensível e provocadora. Que ela possa despertar reflexões sobre nossas origens, nossas paisagens e, principalmente, sobre as pegadas que decidimos deixar no caminho da história.

Revisão bibliográfica

O objetivo aqui é apresentar as principais contribuições teóricas e conceituais que fundamentam a discussão sobre o Parque do Cristo, localizado em Viçosa, Minas Gerais. Através de revisão bibliográfica, buscamos respaldar as análises desenvolvidas anteriormente, estabelecendo uma base sólida de conhecimento com apoio em publicações relevantes.

Partindo de uma contextualização histórica e de uma análise ambiental realizada nos parques municipais de Minas Gerais, para uma etapa que se dedica a dialogar com autores e estudos que abordam temáticas relacionadas, como patrimônio cultural, gestão de áreas verdes urbanas e sustentabilidade. Além disso, serão exploradas questões ligadas à preservação do patrimônio natural e sua relação com a paisagem e a cidadania.

Ao trazer para o debate distintas abordagens teóricas e práticas, pretende-se construir um arcabouço que contribua para a compreensão do papel do Parque do Cristo no contexto local, bem como para a reflexão sobre estratégias de conservação e valorização desta área verde tão significativa para Viçosa e região.

No dia 6 de outubro de 2023, o site Primeiro a Saber trouxe a matéria “Parque do Cristo: plano de uso público” é apresentado hoje e, a seguir, vamos destacar os principais pontos dessa entrevista numa releitura nossa.

Enquanto várias cidades brasileiras enfrentam desastres decorrentes de chuvas intensas, uma iniciativa promovida pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) para recuperar o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor demonstra como estratégias preventivas baseadas em ciência podem trazer resultados rápidos e eficazes na restauração de áreas degradadas.

Esse projeto é conduzido pelo Instituto Socioambiental de Viçosa (ISAViçosa), uma ONG fundada em 2007 para atuar em questões ambientais e sociais, em parceria com pesquisadores do Departamento de Solos (DPS) da UFV. Segundo Pedro Christo Brandão, pesquisador do DPS e coordenador do Plano de Manejo do Parque, estudos realizados no local apontaram sérios problemas de degradação do solo e riscos associados a deslizamentos, decorrentes do intenso escoamento superficial da água das chuvas.

A maior parte do parque está situada em uma área de encosta bastante inclinada, com histórico frequente de incêndios. Só no último ano ocorreram três. Além disso, relatos indicam que a área foi utilizada como pastagem, frequentemente desprovida de vegetação devido às queimadas. Isso resultou em um solo extremamente compactado, incapaz de absorver adequadamente a água da chuva, o que contribuiu para o aumento do escoamento, especialmente em um ano de chuvas abundantes como este, explicou Pedro.

Para enfrentar esses desafios, a equipe adotou um conjunto de soluções, incluindo a criação de estruturas de retenção de água da chuva, como barraginhas e caixas secas, além de terraços estreitos com cordões vegetativos em curvas de nível, paliçadas em áreas sujeitas à erosão, sistemas de drenagem superficial, reconformação do relevo e revegetação das encostas. Também foram realizadas melhorias nas estradas de terra ao redor do parque. De acordo com Davi Salgado de Senna, outro pesquisador do DPS, essas intervenções, implementadas entre setembro e dezembro de 2021, prepararam o solo para a temporada de chuvas, diminuindo a erosão e promovendo a infiltração da água. Como resultado, foi possível reduzir o volume de enxurradas que impactam a área e aumentar a recarga do lençol freático da microbacia. “Estimativas baseadas no monitoramento das chuvas indicam que, apenas nos últimos três meses de 2021, as técnicas aplicadas captaram mais de dois milhões de litros de água da chuva”, destacou Davi.

Além dessas intervenções, foram aplicadas práticas de conservação do solo e da água baseadas no conceito de plantio de água. “Essa abordagem busca o manejo sustentável dos recursos hídricos, combinando técnicas que aumentam a infiltração e a qualidade da água disponível, enquanto reduzem erosões e enxurradas”, explicou Davi. Associado ao ISAViçosa, ele trabalha com essa tecnologia social há mais de 10 anos e integra essas ações ao seu projeto de doutorado, que avalia tecnologias para recuperação de microbacias hidrográficas na Zona da Mata mineira.

Os impactos das ações já são percebidos positivamente pela comunidade local. Davi

relata que moradores e comerciantes da região têm apontado, durante reuniões regulares, uma redução significativa na intensidade das enxurradas e no acúmulo de lama nas ruas. Para Pedro, embora haja grande expectativa da população em relação ao reflorestamento do parque, as medidas iniciais focadas no controle da erosão foram cruciais para possibilitar essa próxima etapa. “Agora podemos avançar no planejamento da recomposição florestal, com o plantio das mudas previsto para começar entre setembro e outubro”, concluiu.

O projeto do Parque do Cristo conta com financiamento do Ministério Público de Minas Gerais, reforçando a importância de parcerias para a execução de ações ambientais sustentáveis e eficazes.

A criação e gestão do PNMCR estão em conformidade com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Essa legislação estabelece diretrizes para a conservação da biodiversidade e a promoção do uso sustentável de recursos naturais, sendo fundamental para a implementação e manutenção de áreas protegidas, como o PNMCR. O Parque desempenha papel essencial na preservação ambiental e no lazer público, além de ser um marco cultural e turístico importante para a cidade de Viçosa.

A Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, estabelece os critérios e normas para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação da natureza no Brasil. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a conservação da natureza envolve o manejo do uso humano dos recursos naturais. Isso abrange:

- **Preservação:** manter áreas com pouca ou nenhuma interferência humana.
- **Manutenção:** garantir a continuidade dos processos ecológicos naturais.
- **Utilização Sustentável:** usar os recursos naturais de forma que não comprometa a capacidade de regeneração dos ecossistemas.
- **Restauração e Recuperação:** reverter áreas degradadas ao seu estado natural ou melhorar sua condição ecológica.

O objetivo é proporcionar benefícios sustentáveis para as gerações atuais, garantindo a capacidade de atender às necessidades e aspirações das futuras gerações e assegurar a sobrevivência das diversas formas de vida.

Também de acordo com o SNUC, é uma área natural protegida que compreende um espaço territorial, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes. É legalmente instituída pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos,

sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Uma iniciativa que integra as atividades foi parte da disciplina ARQ 354, (A Elaboração de um Projeto Urbano), com o propósito de aproximar a comunidade das ações em andamento e dos planos futuros para o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR).

A categoria de Unidade de Conservação da natureza que visa à manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana é conhecida como “Unidades de Proteção Integral”. Nessas áreas, é permitido apenas o uso indireto dos atributos naturais, o que significa que atividades como consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais não são permitidas. O uso indireto se refere a práticas que não impactam diretamente o ambiente, como o turismo não intrusivo ou a observação da natureza.

Localizada na zona urbana de Viçosa, a unidade de conservação é uma das poucas áreas naturais protegidas em nível municipal. O terreno é caracterizado por uma inclinação acentuada e variação altimétrica de 100 metros, entre altitudes de 660 e 760 metros. A unidade está situada em uma região predominantemente de Mata Atlântica, com cerca de 85% de sua cobertura vegetal composta por gramíneas e 15% por matas em regeneração, conhecidas como capoeiras (Viçosa, 2020, p. 26).

Nesse sentido, o Parque do Cristo é uma unidade de conservação urbana de proteção integral, destinada a:

- conservar e proteger a natureza;
- promover a educação ambiental;
- incentivar a pesquisa científica;
- oferecer oportunidades para recreação e turismo ecológico; e
- envolver a comunidade nos processos de gestão.

Esses objetivos visam garantir a preservação do ambiente natural e o uso sustentável da área, ao mesmo tempo que fomentam a participação e o engajamento local.

Macedo e Sakata (2002) definem parque urbano como:

Todo espaço público que contém uma estrutura vegetal planejada, destinado ao entretenimento em larga escala, e que pode incorporar objetivos de preservação ambiental. Muitas vezes, esses espaços mantêm sua função original de proporcionar lazer contemplativo (Macedo e Sakata, 2002. p. 3).

O Parque Natural Municipal do Cristo Redentor se encaixa nesse conceito de área verde,

que serve como elo entre o ambiente urbano e a natureza. Situado na área central de Viçosa, MG, o Parque do Cristo abrange uma área de 10,14 hectares de vegetação em franca recuperação.

Segundo Milton Santos,

A paisagem é um conjunto de 'formas' que, num dado momento, 'exprimem' as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza". Essa observação nos faz pensar que essa categoria pode ser entendida como documento ou um palimpsesto, o que a coloca, inevitavelmente, no âmbito da história (SANTOS, 2006, p. 66).

Em *A Paisagem com Fato Cultural*, Ulpiano Bezerra de Meneses atenta para:

O caráter polissêmico e a flexibilidade presente nos usos do termo paisagem, que dificultam o traçar de sua historicidade. Diz ele que "certamente tal flexibilidade traz vantagens, mas também banaliza e pode fazer perder o fio da meada, o risco maior sobretudo, é a desistoricização do conceito (Meneses, 2002, p. 29).

No entanto, a proposição do geógrafo Aziz N. AB Saber (2006) sobre a herança paisagística possibilitou que o Condephaat em São Paulo efetuasse o tombamento integrado de cenários, promovendo uma perspectiva que unifica a presença humana e o ambiente natural. Essa abordagem refletiu dois desenvolvimentos cruciais:

- (1) A implementação eficaz do conceito de cenário derivado da geografia e
- (2) A transcendência das dicotomias entre natureza e cultura desde os anos de 1970.

Houve mudança na valorização do cenário, que anteriormente se concentrava prioritariamente na ótica estética.

Já havia tradição brasileira nas décadas de 1930 e 1940 de preocupação com a devastação do mundo natural, que se fundamenta no conceito de herança natural para defender a preservação da natureza, e o debate no SPHAN considerava a utilização do tombamento como ferramenta de proteção ao mundo natural, sob a forma de sítios, cenários e monumentos naturais, desde que representassem elementos significativos para a nação.

No entanto, tanto no anteprojeto de Mário de Andrade quanto no texto definitivo do Decreto-Lei, não foi oferecida definição clara sobre o que constituiria a herança cenográfica nem foram estabelecidos os critérios a serem empregados para a inscrição de bens desse tipo no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

A estreita ligação entre a herança natural e a ideia de "monumento" ou "recanto cênico",

ligada a atributos de valor estético, histórico ou científico, persiste ainda nas primeiras tentativas de tombamento de áreas naturais, realizadas na década de 1970. A isso hoje chamamos de "herança natural", que só começou a ser delineado com maior clareza pelo geógrafo Aziz Ab'Saber a partir de 1976 (Scifoni, 2020).

A partir da década de 1970, estudos sobre a intensa fragmentação sofrida pela floresta atlântica e sua classificação como uma das florestas tropicais remanescentes mais relevantes do mundo aceleraram os esforços para garantir sua proteção. Um dos empreendimentos mais notáveis foi o processo de tombamento da Serra do Mar, iniciado em 1976 e finalizado em 1985. Como resultado, sítios e cenários nos arredores de edifícios tombados já haviam sido aprovados pelo Conselho Consultivo do SPHAN como elementos a serem tombados. Isso desencadeou a abertura dos processos de tombamento dos "morros do Rio de Janeiro" (1973), da Serra de São José em Minas Gerais (1979), do Conjunto Cênico e Arquitetônico de Santa Cruz de Cabrália, na Bahia (1980), e do complexo de áreas protegidas do Pantanal (1983).

Para Bertrand (2004, p. 141-152), o conceito de "paisagem":

É uma determinada porção do espaço, que resulta da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND, 2004, p. 141).

Podemos entender as paisagens como locais influenciados por um sistema de transformação impulsionado pela atividade humana e que é moldado pela história, economia, sociologia e estética. A influência humana é apenas um dos vários elementos presentes na interação ecológica, e não devemos dissociar o aspecto ecológico do cenário socioeconômico.

Desde 2012, o Rio de Janeiro é reconhecido pela UNESCO como a primeira área urbana do mundo a receber o título de Patrimônio Mundial, incluindo bens icônicos como o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico, a Praia de Copacabana e a Entrada da Baía de Guanabara. Esse reconhecimento também abrange o Morro do Leme, o Forte de Copacabana, o Arpoador, o Parque do Flamengo e a Enseada de Botafogo.

A partir de 1992, a UNESCO adotou o conceito de "paisagem cultural" para reconhecer bens culturais. No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) regulamentou esse conceito em 2009, com a Portaria nº 127, alinhando-se às orientações da

UNESCO. A Paisagem Cultural Brasileira é definida como uma área do território nacional que reflete a interação entre o homem e o ambiente natural, marcando ou atribuindo valores únicos.

O Brasil é um dos poucos países com rica diversidade de paisagens, costumes e lugares. Exemplos incluem o sertanejo e a caatinga, o candango e o cerrado, o pantanal e o boiadeiro, o gaúcho e os pampas, o pescador e os barcos tradicionais, além das tradições da mata e das tribos indígenas. Esses elementos formam o que chamamos de paisagem cultural, em que tudo que é produzido por uma comunidade ou grupo em um território, incluindo construções e atividades culturais, deve ser preservado.

Os diários de Georg Heinrich von Langsdorff, explorador e naturalista alemão, oferecem rica visão sobre a paisagem natural e a interação humana com o meio ambiente no início do século XIX, especialmente quando ele passou por Santa Rita do Turvo, atual Viçosa, em Minas Gerais. Sua expedição, realizada entre 1821 e 1829, forneceu relatos detalhados sobre a flora, a fauna e os povos que habitavam essas regiões antes da intensa modificação causada pela colonização. Ao comparar esses registros com os da obra de William Cronon, especialmente “Changes in the Land”, que trata da colonização e de seus impactos nas paisagens naturais da Nova Inglaterra, é possível identificar semelhanças e diferenças significativas na maneira como a presença humana alterou o meio ambiente em contextos históricos distintos. Nos diários de Langsdorff, ao passar por Santa Rita do Turvo, ele descreve uma paisagem de florestas exuberantes, rios abundantes e uma biodiversidade ainda em grande parte intocada pela mão humana. Seus relatos destacam a coexistência relativamente equilibrada entre os indígenas e o ambiente, com práticas de manejo da terra que pouco alteram os ecossistemas naturais. Langsdorff também notou as atividades iniciais dos colonos europeus e suas plantações, que começavam a transformar as florestas em áreas de cultivo, mas de maneira ainda incipiente.

Parque Natural Municipal do Tabuleiro – Conceição do Mato Dentro-MG

O Parque Natural Municipal do Tabuleiro (PNMT) e o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR) são duas unidades de conservação com características distintas, mas igualmente importantes no que se refere à preservação ambiental, lazer e educação. Enquanto o PNMT está inserido em um ambiente rural, em Conceição do Mato Dentro, e se destaca pela grandiosidade de sua paisagem natural, o PNMCR, em Viçosa, tem sua relevância na integração de áreas verdes ao contexto urbano e na promoção de atividades educativas e recreativas.

O PNMT localiza-se a 19 km do centro de Conceição do Mato Dentro, com acesso

regulado por uma taxa de R\$10,00 por visitante. Essa cobrança auxilia na manutenção de sua vasta área e na preservação de ecossistemas sensíveis, como campos rupestres e fragmentos de Cerrado e Mata Atlântica.

A principal atração do Parque, a Cachoeira do Tabuleiro, é a mais alta de Minas Gerais e a terceira maior do Brasil, com 273 metros de queda livre. Ao redor da cachoeira, encontram-se poços de águas cristalinas, jardins naturais com orquídeas e bromélias gigantes, além de formações rochosas que impressionam pelo tamanho e diversidade.

Por sua vez, o PNMCR está localizado em uma área urbana de Viçosa, o que o torna mais acessível e voltado para a interação direta com a população local. Seu principal atrativo é a estátua do Cristo Redentor, situada em um ponto elevado que proporciona vistas panorâmicas da cidade e da vegetação circundante. Diferentemente do PNMT, o PNMCR não cobra taxa de entrada, reforçando seu caráter inclusivo e comunitário. Seu foco é a educação ambiental, com trilhas e espaços voltados para a sensibilização da população sobre a importância da conservação da natureza.

A gestão desses parques reflete suas diferenças contextuais. O PNMT adota uma abordagem mais restritiva e técnica, com limites de visitantes (200 por dia) e autorização prévia para atividades de aventura, como rapel, escalada e slackline. Essa estratégia garante a segurança dos praticantes e a preservação ambiental em um espaço que abriga ecossistemas delicados e de grande extensão. Já o PNMCR, menor em dimensão, tem como prioridade a recuperação de áreas degradadas e o estímulo ao uso consciente do espaço pela comunidade, promovendo eventos culturais e educativos em harmonia com a natureza.

No esquema a seguir, sintetizam-se as principais diferenças entre os dois parques:

Quadro 1 – Diferenças entre os dois parques

PNMT -	Localização	Rural
	Dimensão	Grande
	Acesso	Pago
	Atrativo	Cachoeira do Tabuleiro
	Vegetação	Campos rupestres, Cerrado
	Gestão	Turismo ecológico e esportes de aventura
PNMCR	Localização	Urbano
	Dimensão	Pequeno
	Acesso	Gratuito
	Atrativo	Estátua do Cristo Redentor
	Vegetação	Mata Atlântica
	Gestão	Educação ambiental e lazer comunitário

Fonte: <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/noticias/1114-ima-aprova-plano-de-manejo-do-parque-da-serra-do-tabuleiro>.

Apesar de suas diferenças, ambos os parques compartilham a missão de promover a conservação ambiental e oferecer benefícios socioambientais às respectivas comunidades. O PNMT destaca-se pela imponência de suas paisagens naturais e pelo desafio de equilibrar o turismo sustentável com a preservação ambiental. O PNMCR, por sua vez, é um exemplo de como áreas verdes podem ser integradas ao ambiente urbano, proporcionando lazer, educação e sensibilização ambiental aos moradores de Viçosa e visitantes. Assim, essas duas unidades de conservação ilustram as diversas formas de valorizar e proteger a natureza em contextos distintos.

Parque Natural Municipal Dona Ziza – Pains-MG

O Parque Natural Municipal Dona Ziza (PNMDZ), em Pains, Minas Gerais, e o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR), em Viçosa, possuem características únicas e complementares, ambas voltadas à preservação ambiental e à valorização da interação da comunidade com a natureza. Apesar de suas diferenças de contexto, as duas unidades compartilham a missão de proteger ecossistemas e promover benefícios socioambientais para as respectivas regiões.

O PNMDZ foi criado em 2009 pelo Decreto Municipal nº 4012, com o objetivo de preservar os mananciais que abastecem a cidade de Pains, além de proteger ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e cênica. Localizado às margens da Rodovia MG-439, na saída leste da cidade, sua proximidade com o centro urbano reforça sua acessibilidade, o que favorece o uso comunitário e educativo do espaço.

No entanto, o PNMCR, situado em uma área urbana de Viçosa, é um marco paisagístico e cultural da cidade, com foco na integração das áreas verdes ao cotidiano urbano. Criado para conservar fragmentos de Mata Atlântica e promover atividades de educação ambiental, lazer e sensibilização, o parque abriga a estátua do Cristo Redentor, que proporciona vistas panorâmicas e se tornou símbolo da cidade.

Gestão e Objetivos:

A gestão do PNMDZ foca a conservação de recursos hídricos essenciais para o abastecimento da população e a proteção de áreas naturais de alto valor ecológico e visual. Com um propósito mais técnico e específico, a preservação dos mananciais e da biodiversidade local

é central em suas ações.

Já o PNMCR, menor em escala, busca equilibrar a conservação ambiental com o uso recreativo e educativo do espaço, promovendo eventos e atividades culturais que aproximem a comunidade do parque.

Dimensão e Acessibilidade:

Ambos os parques possuem localização estratégica próxima às áreas urbanas, facilitando o acesso e o envolvimento da população.

No entanto, o PNMDZ, embora próximo à cidade de Pains, possui área maior, o que permite uma abordagem mais abrangente na proteção de ecossistemas e recursos hídricos. O PNMCR, por sua vez, desempenha papel crucial como um espaço verde integrado à cidade, fornecendo um ambiente de lazer e aprendizado para os habitantes de Viçosa.

Quadro 2 – Comparação resumida, Aspectos

PNMDZ	Localização Próximo à área urbana, às margens da MG-439
	Dimensão Maior, com foco na proteção de mananciais
	Ênfase na interação comunitária
	Preservação dos mananciais e ecossistemas
	Foco em recursos hídricos e biodiversidade
PNMCR	Integrado à área urbana de Viçosa
	Dimensão Menor, foco na educação ambiental e lazer comunitário
	Principal atrativo - Paisagens naturais e Estátua do Cristo Redentor
	Conservação urbana e lazer educativo

Fonte: <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/noticias/1114-ima-aprova-plano-de-manejo-do-parque-da-serra-do-tabuleiro>.

Ambos os parques desempenham papéis fundamentais em suas regiões, refletindo as prioridades ambientais e sociais de suas comunidades. O PNMDZ destaca-se pela importância estratégica na preservação dos recursos hídricos que abastecem a cidade de Pains, enquanto o PNMCR se sobressai como um modelo de integração de áreas verdes ao ambiente urbano, promovendo consciência ambiental e bem-estar comunitário.

Parque Natural Municipal Chácara do Lessa – Sabará-MG

O Parque Natural Chácara do Lessa (PNCL), localizado em Sabará, Minas Gerais, e o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR), em Viçosa, são dois importantes exemplos de unidades de conservação no estado, cada um com características próprias que refletem as prioridades ambientais e culturais de suas localidades. Ambos os parques oferecem

um equilíbrio entre preservação ambiental, turismo e interação comunitária, embora suas dimensões, atrativos e objetivos apresentem diferenças marcantes.

O PNCL, com cerca de 129 hectares, é uma Unidade de Conservação de proteção integral, protegida pela Lei Federal nº 9.958, de 200013. Ele se destaca por sua relevância histórica e ambiental, abrigando remanescentes da Mata Atlântica, especificamente a Floresta Estacional Semidecidual, e áreas de Cerrado em altitudes mais elevadas. Além de sua rica biodiversidade, o parque guarda resquícios históricos do ciclo do ouro, como minas desativadas e muros datados do século XVIII, que tornam o local um ponto de encontro entre natureza e história.

Em contraste, o PNMCR possui uma área significativamente menor e está inserido no contexto urbano de Viçosa. Ele tem como principal objetivo a recuperação de áreas degradadas, a promoção de educação ambiental e o fornecimento de lazer para a comunidade local. Seu ponto mais conhecido é a estátua do Cristo Redentor, situada em um mirante com vistas panorâmicas da cidade, o que reforça seu papel como um espaço de convivência e contemplação no ambiente urbano.

Gestão e Acesso:

O PNCL é de entrada gratuita e oferece tanto visitas guiadas quanto autoguiadas, com trilhas ecológicas e caminhadas que proporcionam uma imersão em sua rica biodiversidade e patrimônio histórico. Entretanto, o PNMCR também tem entrada franca, mas foca atividades voltadas para o público local, com trilhas interpretativas e espaços destinados a eventos culturais e educativos.

Tabela 3 – Comparação Resumida, Aspectos.

PNCL -	Localização	Rural, próximo ao centro histórico de Sabará
	Dimensão	129 hectares
	Objetivos	Preservação integral e valorização histórica
	Atrativo	Trilhas, minas históricas;
	Gestão	Foco em conservação e turismo histórico
	Vegetação	Mata Atlântica e Cerrado
PNMCR	Localização	Urbana, integrada à cidade de Viçosa;
	Dimensão	Pequena
	Objetivos	Educação ambiental e recuperação urbana
	Atrativos	Mirante Estátua do Cristo Redentor e de Nossa Senhora da Conceição Aparecida;
	Gestão	Integração comunitária e eventos culturais
	Vegetação	Fragmentos de Mata Atlântica

Fonte: <http://www.ima.sc.gov.br/index.php/noticias/1114-ima-aprova-plano-de-manejo-do-parque-da-serra-do->

tabuleiro.

Atrativos e Finalidades:

Enquanto o PNCL combina trilhas interpretativas, vistas panorâmicas e ruínas históricas, atraindo visitantes interessados em ecoturismo e patrimônio cultural, o PNMCR destaca-se como um espaço urbano de lazer e educação ambiental, promovendo a sensibilização ecológica e o bem-estar da população de Viçosa.

Ambas as unidades reforçam a importância da conservação ambiental em diferentes escalas e contextos, sendo o PNCL um elo entre a biodiversidade e a história regional, enquanto o PNMCR se consolida como um espaço de interação e valorização ambiental no ambiente urbano.

Parque Natural Municipal de Ipanema – Ipanema-MG

O Parque Natural Municipal de Ipanema (PNMI), localizado na cidade de Ipanema, Minas Gerais, e o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR), em Viçosa, são exemplos de como os municípios mineiros têm integrado a conservação ambiental à valorização cultural e ao turismo. Ambos os parques desempenham papéis distintos na promoção do lazer, da preservação ecológica e da educação ambiental, com características e enfoques únicos adaptados às necessidades de suas localidades.

O PNMI é conhecido pelo grande potencial de seus atrativos naturais, inserido em uma área de Mata Atlântica preservada, como a Estação Ecológica de Ipanema, que promove não apenas a conservação ambiental, mas também pesquisas científicas. Outro destaque é a Cachoeira da Ponte de Pedra, formada pelo Rio Manhuaçu, que atrai banhistas e amantes da natureza. O parque reflete o papel de Ipanema como um destino de ecoturismo, combinado com referências históricas e culturais importantes para a região.

Já o PNMCR, situado em Viçosa, possui uma abordagem mais voltada à integração comunitária e recuperação de áreas urbanas degradadas, com a promoção de eventos culturais e atividades educativas. Seu principal ponto de destaque é a estátua do Cristo Redentor, localizada em um mirante que oferece vistas panorâmicas da cidade e funciona como espaço de convivência e contemplação.

Gestão e Infraestrutura:

No PNMI, a conservação da Mata Atlântica é acompanhada de esforços para incentivar o ecoturismo e a valorização do patrimônio cultural, como o Museu Recanto Cultural e Histórico Jésus Schitini, que narra a história de Ipanema, e o Centro Cultural de Ipanema, que abriga eventos e atividades culturais.

Em contraste, o PNMCR tem dimensões mais modestas e está integrado à zona urbana, com ênfase em ser um espaço de lazer e de educação ambiental, voltado para a comunidade local e para atividades recreativas.

Quadro 4 – Comparação Resumida, Aspectos

PNMI	Localização	Reserva ecológica, cidade de Ipanema
	Dimensão	Maior, com áreas naturais preservadas
	Objetivos	Preservação ambiental e pesquisas científicas
	Atrativos	Estação Ecológica e Cachoeira da Ponte de Pedra
	Gestão	Conservação e incentivo ao ecoturismo
PNMCR	Localização	Urbano, integrado à cidade de Viçosa
	Dimensão	Pequena
	Objetivos	Educação ambiental e revitalização urbana
	Atrativos	Estátua do Cristo Redentor e Mirante
	Gestão	Integração comunitária e eventos culturais

Fonte: <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/noticias/1114-ima-aprova-plano-de-manejo-do-parque-da-serra-do-tabuleiro>.

Atrativos e Finalidades

O PNMI diferencia-se pelo foco em atrativos naturais, como cachoeiras e áreas protegidas de Mata Atlântica, complementados por locais históricos que refletem a identidade cultural de Ipanema. Em contrapartida, o PNMCR destaca-se como um espaço voltado para o lazer da população urbana e a promoção da educação ambiental. Enquanto o PNMI se consolida como um destino de ecoturismo e valorização histórica, o PNMCR atende, principalmente, às demandas locais de convivência, recreação e sensibilização ambiental, reafirmando a versatilidade das unidades de conservação no estado de Minas Gerais.

Melhorias já realizadas no PNMCR

Entre as melhorias implementadas, destaca-se a revitalização da entrada principal, que incluiu limpeza, construção de um banco circular em hiperadobe e instalação de balizadores para controle de veículos. Painéis informativos também estão sendo instalados para enriquecer a experiência dos visitantes. Na área de restauração ecológica, as 2.705 mudas plantadas estão sendo monitoradas de forma contínua, com uma taxa de mortalidade de apenas 8%. O

treinamento de brigadistas florestais, realizado pelo Corpo de Bombeiros, fortalece as ações de segurança e proteção ambiental no Parque. Além disso, um programa de visitação está em desenvolvimento, com atividades físicas regulares em parceria com a Secretaria de Saúde de Viçosa.

Em novembro de 2025, mais 25 mil metros quadrados de área receberão plantios, ampliando os esforços de restauração.

Quando a implementação do Plano de Manejo for concluída, a gestão do Parque será transferida para a Prefeitura. Caso essa administração não seja terceirizada, será necessário criar cargos e realizar concursos públicos para garantir a manutenção e funcionamento do espaço.

A sustentabilidade do PNMCR, em Viçosa, depende de uma estratégia de financiamento robusta e diversificada. Embora os recursos destinados pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), provenientes de multas ambientais e previstos no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), tenham sido fundamentais para viabilizar a implementação do Plano de Manejo, esses valores são limitados e insuficientes para garantir a plena execução das melhorias previstas para o Parque.

Para assegurar o desenvolvimento contínuo do PNMCR, será imprescindível uma participação mais efetiva do Poder Público Municipal. Essa parceria deve incluir o planejamento e destinação de recursos específicos no orçamento público, permitindo a realização de intervenções essenciais, como a reforma dos monumentos, o fortalecimento da infraestrutura e a implantação de melhorias estruturais e operacionais.

Entre as necessidades urgentes, destacam-se:

- Revitalização do monumento ao Cristo Redentor, que é um marco histórico e cultural da cidade.
- Construção e reforma de estruturas de apoio, como portarias, escadarias e espaços destinados a atividades recreativas e educacionais.
- Adequação de trilhas e áreas de uso público, garantindo acessibilidade e conforto aos visitantes.
- Instalação de equipamentos de segurança e sinalização, para melhorar a experiência dos frequentadores e assegurar a preservação ambiental.

Ainda assim, é fundamental que o município incentive a captação de recursos externos, por meio de parcerias com instituições públicas, privadas e organizações não governamentais.

A busca por financiamento via editais de preservação ambiental, projetos turísticos e

iniciativas de compensação ambiental pode complementar os investimentos necessários para o Parque.

A gestão sustentável do PNMCR requer também a criação de políticas públicas que priorizem a sua conservação e uso consciente, garantindo que ele continue a cumprir sua função como espaço de lazer, educação ambiental e preservação da biodiversidade. Dessa forma, o envolvimento do Poder Público Municipal será decisivo para transformar o Parque em um modelo de área verde urbana sustentável e acessível para toda a população.

Conclusão

Sinto-me feliz com esta oportunidade de discutir este tema tão importante e espero que as reflexões e estratégias desta dissertação possam ser úteis tanto na sala de aula quanto na vida cotidiana dos visitantes do Parque.

Continuar abordando a paisagem sob a perspectiva do patrimônio cultural e ambiental é essencial para um futuro sustentável e harmonioso. Neste estudo, objetivou-se compreender todo o processo de formação da paisagem do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor, considerando o papel desempenhado pelo poder público, pela sociedade em geral e por outras entidades envolvidas.

Nesse sentido, a análise da documentação do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor, incluindo Leis, Decretos e o Plano de Manejo, a investigação do Conselho Gestor e de seus membros, suas ações relacionadas à implantação e gestão do Parque e a exploração e formas de uso do PNMCR ao longo do tempo, bem como a construção de uma narrativa cronológica por meio do levantamento de dados, descrevendo toda a história do Parque, desde a concepção até a sua implantação, além de verificar quais medidas foram adotadas a partir do Plano de Manejo que contribuíram para a recuperação ambiental do PNMCR e para o processo de formação de sua paisagem, foi possível graças aos objetivos específicos deste artigo. Por exemplo, compreender o grau de comprometimento dos setores educativos e regulatórios do município na iniciativa de criar, promover e administrar o PNMCR, além de investigar as formas de uso ao longo do período desde a sua criação até a implantação da UC e de esclarecer os desejos e motivações das pessoas em relação à história do PNMCR ao longo de seus 22 anos de existência.

Também, nossa pretensão foi identificar os aspectos contraditórios e os entraves burocráticos, analisando quais foram superados e quais ainda retardam sua efetiva

consolidação, conforme apresentado, de forma cronológica, com base nos fatos obtidos das documentações estudadas.

Reconhecemos que existem motivações de cunhos ecológico e ambiental, principalmente, a partir do conhecimento do plano de manejo adotado e da atuação da empresa que administra o PNMCR.

Essas investigações apontam que algumas dessas medidas já estão surtindo efeitos ou impactos em sua territorialidade e possam efetivamente contribuir para a comunidade, incentivando a preservação deste patrimônio local objeto desta pesquisa. Tudo isso com foco no processo de formação de sua paisagem, conforme hipóteses previstas no projeto de pesquisa desta dissertação.

Referências

AZIS, AB Saber. **Paisagem de exceção – O litoral e o pantanal mato-grossense:** patrimônios básicos. São Paulo, SP, 2006.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história:** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BERTRAND, Georges. **Paisagem e geografia física global:** esboços metodológicos. Revista RA'E GA, Curitiba, PR, v. 8, p. 141-152, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (org.). **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória.** Brasília, DF: SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1980.

BRASIL. **Resolução Conama nº 11,** dispõe sobre as categorias de unidades de conservação. Brasília, DF, 03 de dezembro de 1987.

BRASIL. **Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o artigo 225, Parágrafo 10, Incisos I, II, III, VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 1960, de 2009.** Inserida no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília, DF, 2009.

BRINKLEY, Douglas. **The wilderness warrior:** Theodore Roosevelt and the Crusade for America. New York: HarperCollins, 2009.

CAPANEMA, Marotta Carolina. **Relatório Técnico de Pesquisa Histórica Parque Natural Municipal do Cristo Redentor.** Viçosa, MG: ISAVIÇOSA, 2022.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE VIÇOSA/MG. **Matrícula no 6766,** Livro 3 - k, 01/09/1926.

CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 1988.

CRONON, William. **Changes in the land:** indians, colonists, and the ecology of New

England. New York: Hill and Wang, 1983.

DAVIS, Diana K. **Resurrecting the granary of Rome: environmental history and french colonial expansion in North Africa.** Athens: Ohio University Press, 2007.

DE OLIVEIRA SILVA, A. K.; AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** 2003. Revista de Geografia, São Paulo, SP, Ateliê Editorial, v. 29, n. 1, p. 252-258, 2012.

DOSSIÊ de Tombamento do Colégio de Viçosa. **Conselho Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa.** Viçosa, MG, jan. 1999.

McNEILL, J. R. **Something new under the sun: an environmental history of the Twentieth-Century World.** New York: W.W. Norton & Company, 2000.

McPHEE, John. **Encounters with the Archdruid.** New York: Farrar, Straus and Giroux, 1971. MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A paisagem como fato cultural. Turismo e paisagem. Tradução. São Paulo, SP: Contexto, 2002.

MESQUITA, E. **Paisagem cultural: geopoética na obra Indez.** Sede de Ler, v. 11, n. 1, p. 35-26 dez. 2022.

NASH, Roderick. **Wilderness and the American mind.** New Haven: Yale University Press, 1967. NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Trad. por Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888).** São Paulo, SP: Ed. Companhia das Letras, 2016. p. 11.

PYNE, Stephen. **Fire in America: a cultural history of wildland and rural fire.** Princeton: Princeton University Press, 1982.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese.** Trad. por francês de Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Goiânia, GO: Ed. da UCG, 2006. [Título Original: Der Moderne Denkmalkultur, 1903].

ROBBINS, William G. **Colony and empire: the capitalist transformation of the American west.** Lawrence: University Press of Kansas, 1994.

RODRIGUES, R. R.; LIMA, R. A. F.; GANDOLFI, S.; Nave, A. G. **Conservação biológica,** n. 142, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.biocon>.

RUNTE, Alfred. **National Parks: the american experience.** Lincoln: University of Nebraska Press, 1987.

SALGADO, Sebastião. **Êxodos.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma globalização do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro, RJ: Record, 2006. p. 66.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, D. G. B. (org.); KOMISSAROV, B. N. et al. (ed.). **Os diários de Langsdorff** [online]. Trad. por Márcia Lyra Nascimento Egg e outros. Campinas, SP: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 1997. v. 1, 400 p.

SUTTER, Paul. **Driven wild: how the fight against automobiles launched the modern**

wilderness movement. Seattle: University of Washington Press, 2002.

TABARELLI, M.; BAIDER, C.; MANTOVANI, W. **Efeitos da fragmentação na floresta atlântica da bacia de São Paulo**. São Paulo, SP: Hoehnea, 1998. v. 25, p. 169-186.

TABARELLI, M.; GASCON, C. **Lições da pesquisa sobre fragmentação**: aperfeiçoando políticas e diretrizes de manejo para a conservação da biodiversidade. Ver. MEGADIVERSIDADE, v. 1, n. 1, 2005. TARDY, Cécile; DOBEDEI, Vera (org.). *Memória e novos patrimônios*. Marseille: Openedition Press, 2015.

VIAN, C. **História ambiental, história regional e a pesquisa em unidades de conservação**. Semina – Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, v. 23, n. 1, p. 58-72, 2024.

VIÇOSA (MG). In: **ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1959. v. 27, p. 426-432. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_27.pdf. Acesso em: ago. 2015.

WAKILD, Emily. **Revolutionary parks: conservation, social justice, and Mexico's National Parks, 1910-1940**. Tucson: University of Arizona Press, 2011.

WHITE, Richard. *The organic machine: the remaking of the Columbia River*. New York: Hill and Wang, 1995.

WORSTER, Donald. **A passion for nature: the life of John Muir**. New York: Oxford University Press, 2008. YIN, Robert K. *Estudo de caso, planejamento e métodos*. 2. ed. São Paulo, SP: Bookman, 2001.

Sites

<https://isavicosa.org/lancamento-das-redes-sociais-do-parque-do-cristo>

<https://isavicosa.org/consulta-publica-para-a-construcao-da-identidade-arquitetonica-para-o-parque-natural-municipal-do-cristo-redentor-pnmc>

https://www.vicosa.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/PLANO_DE_MANEJO_DO_PARQUE_MUNICIPAL_DO_CRISTO__REDENTOR?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6BBEBB32DE-DEE0E887AB67A20A60B5%7D.pdf

<https://www.vicosa.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/prefeitura-avanca-na-elaboracao-do-plano-de-manejo-do-parque-do-cristo/82365>

<https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=36647>

INTRODUÇÃO DOS JUÍZES DE FORA NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO E SEUS DIÁLOGOS COM OS GOVERNANTES: período de 1817-1824

Valdemiro Rodrigues da Silva
Flávio José Gomes Cabral

Introdução

A Administração da Justiça no Brasil colonial espelhou, em grande medida, o modelo de gestão vigente na metrópole portuguesa. Desde o início da colonização efetiva, no século XVI, a Coroa buscou replicar suas instituições em território americano, sendo a estrutura municipal, organizada em Conselhos, um dos exemplos mais claros (Wehling, 2005, p. 22-25). Nesse sistema, a justiça régia se desdobrava em três níveis territoriais: o local, o comarcal (ouvidoria) e o provincial. Foi no âmbito dessas magistraturas que a Coroa portuguesa buscou estabelecer seu poder, muitas vezes em contraposição à crescente influência das elites coloniais.

Inicialmente, a justiça local era exercida pelos Juízes Ordinários, homens bons eleitos localmente que julgavam com base nos costumes, sem a exigência de formação jurídica. Contudo, a complexidade da administração colonial e a necessidade de um controle mais direto por parte do poder central levaram à introdução de um novo e importante agente: o Juiz de Fora.

Diferentemente do Juiz Ordinário, o Juiz de Fora era um oficial letrado, bacharel em Direito ou em cânones (direito canônico), geralmente formado pela Universidade de Coimbra. Nomeado diretamente pelo rei para um mandato de três anos, sua principal característica, como o próprio nome sugere, era ser de “fora” da localidade onde atuaria. Essa condição visava garantir a isenção e a imparcialidade de seus julgamentos, afastando-o das redes de poder e influência locais. Como define Jaime Cortesão, o “Juiz de Fora era um magistrado nomeado pelo Rei de Portugal, para atuar em Conselhos onde se fazia necessária a intervenção de um juiz isento e imparcial” (Cortesão, 1984, p. 121). Sua missão transcendia a judicatura,

englobando a administração da justiça, a presidência de Câmaras Municipais e a garantia da aplicação das Ordenações do Reino.

A implementação desse cargo no Brasil foi tardia, se comparada a Portugal. Embora registros de juízes nomeados pelo rei, em Portugal, remontem ao século XIV, a primeira nomeação para o Brasil ocorreu em 1696, para a Capitania da Bahia, após insistentes solicitações dos desembargadores da Relação, que viam na figura do juiz letrado uma forma de moralizar a administração e conter as parcialidades dos juízes locais (Schwartz, 1979, p. 48-50). Em Pernambuco, a criação do cargo deu-se no de 1700, com a efetiva posse do primeiro Juiz de Fora de Olinda no de 1702 (Assis, 2009, p. 3).

Este capítulo se debruça sobre um período particularmente turbulento da história de Pernambuco, entre 1817 e 1824. A análise das correspondências trocadas entre os Juízes de Fora e os governantes provinciais permite não apenas compreender a função desses magistrados, mas também perscrutar as dinâmicas de poder, os conflitos sociais e a gestão do cotidiano em meio a grandes abalos políticos. O diálogo epistolar revela um magistrado que não se limitava a julgar, mas que administrava, fiscalizava, informava e, sobretudo, atuava como um braço do governo em vilas estrategicamente importantes, tais como Goiana e Recife, e na cidade de Olinda.

A origem histórica do juiz de fora

A administração da justiça no Brasil Colônia foi, em grande parte, um espelho do modelo português, mas com adaptações que refletiam as necessidades de controle da Coroa sobre um vasto território. Na base do sistema judicial local estava o Juiz Ordinário, uma figura leiga, eleita entre os “homens bons” da comunidade, que julgava com base nos costumes. A crescente complexidade da vida colonial e o interesse da Coroa em centralizar o poder e diminuir a influência das elites locais levaram à criação de um novo agente: o Juiz de Fora. Este era um magistrado letrado, com formação em Direito ou cânones pela Universidade de Coimbra, nomeado diretamente pelo Rei para atuar fora de sua terra de origem, garantindo, em tese, a isenção de seus julgamentos.

A figura do juiz nomeado pelo poder central remonta a Portugal do século XIV, surgindo como um instrumento do monarca para afirmar sua autoridade sobre os Conselhos Municipais, que, até então, gozavam de ampla autonomia judicial (Cortesão, 1966, p. 121). Conforme define o historiador Jaime Cortesão, o “Juiz de Fora era um magistrado nomeado pelo Rei de Portugal,

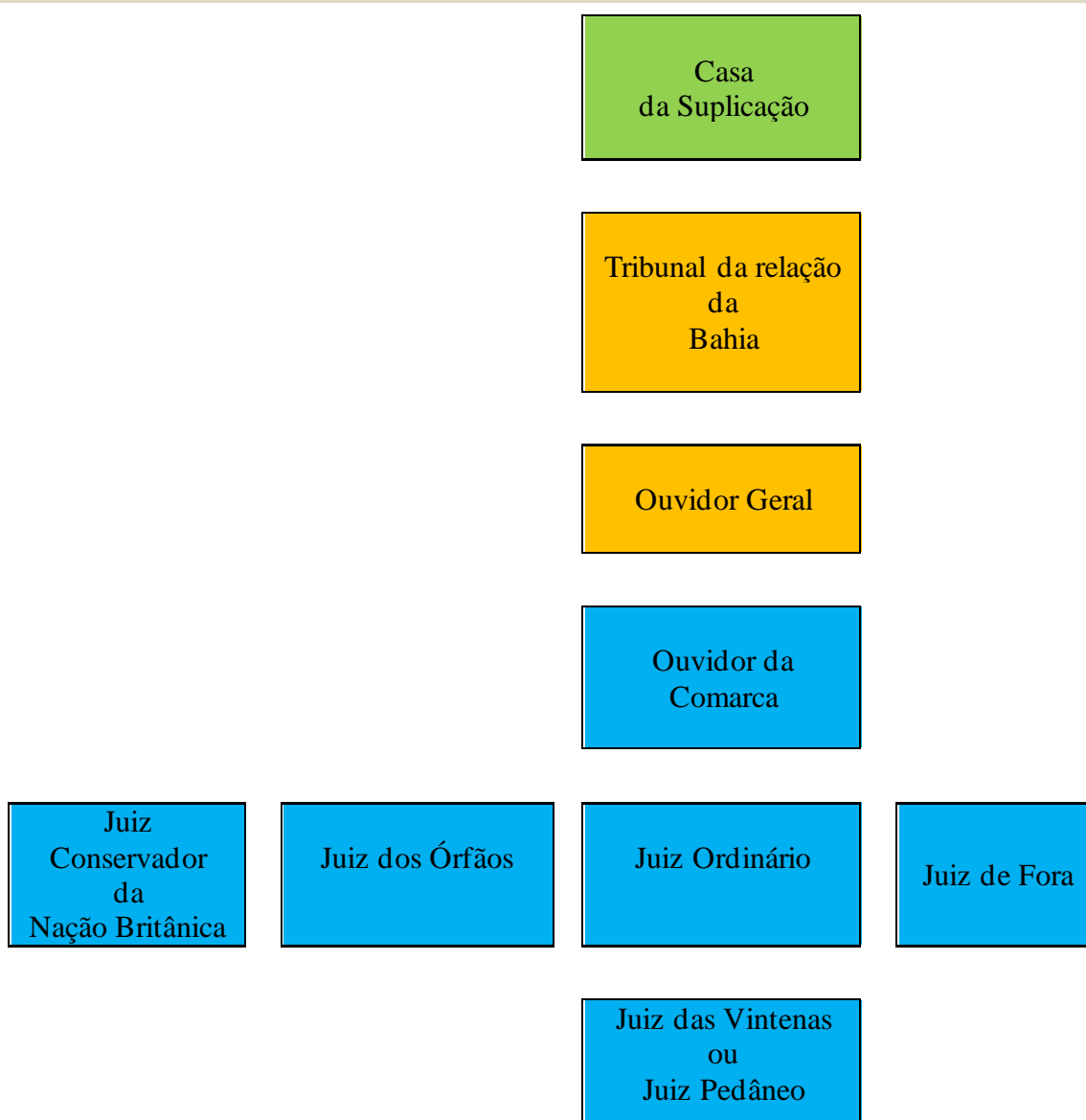
para atuar em Conselhos onde se fazia necessária a intervenção de um juiz isento e imparcial". Sua missão, portanto, não era apenas judicial, mas também política, servindo como um braço do governo central na administração local.

A transposição desse cargo para o Brasil não veio de imediato com a ocupação da colônia. A primeira nomeação para a colônia aconteceu em 1696, na Capitania da Bahia, como resultado de insistentes pedidos dos desembargadores daquela Relação. Eles viam na presença de um juiz letrado uma maneira de "moralizar a administração e conter as parcialidades dos juízes locais" (Schwartz, 1979, p. 48-50). Seguindo essa tendência, em Pernambuco, o cargo foi oficialmente criado no ano de 1700, com a posse do primeiro Juiz de Fora da cidade de Olinda ocorrendo em 1702, o que representou um marco na tentativa de consolidação do poder régio na capitania (Assis, 2009, p. 3).




A estrutura da justiça em Pernambuco em 1817

No ano de 1817, início do nosso recorte temporal, a estrutura da justiça na Província de Pernambuco era hierarquizada e demonstrava uma clara dependência de instâncias de poder localizadas fora de seu território. Na primeira instância, a base do sistema judiciário, atuavam os Juízes de Vintena (ou Pedâneo) para causas menores, o Juiz Ordinário (leigo e eleito), o Juiz dos Órfãos e o Juiz de Fora (letrado e nomeado pelo rei). As decisões proferidas por esses magistrados podiam ser objeto de recurso, que eram, primeiramente, analisados pelo Ouvidor da Comarca. A principal fragilidade institucional da província era a inexistência de um tribunal de segunda instância próprio, o que forçava o envio das apelações para o Tribunal da Relação da Bahia.

A complexa hierarquia judicial, que demonstra a subordinação de Pernambuco às instâncias de poder na Bahia e no Rio de Janeiro, pode ser melhor visualizada no organograma a seguir:



Organograma elaborado a partir das informações consignadas acima e nas Ordenações Filipinas.

-  Órgão julgador de 3ª entrância.
-  Órgão julgador de 2ª entrância.
-  Órgão julgador de 1ª entrância.

A cúpula do sistema judiciário que regia Pernambuco era a Casa da Suplicação, sediada no Rio de Janeiro, que funcionava como a terceira e última instância para todo o Reino. Essa estrutura, que exigia longos e caros deslocamentos para que os recursos fossem julgados, tornava o acesso à justiça plena um privilégio para poucos, reforçando o poder e a autoridade dos magistrados que atuavam localmente. A situação de subordinação judicial de Pernambuco

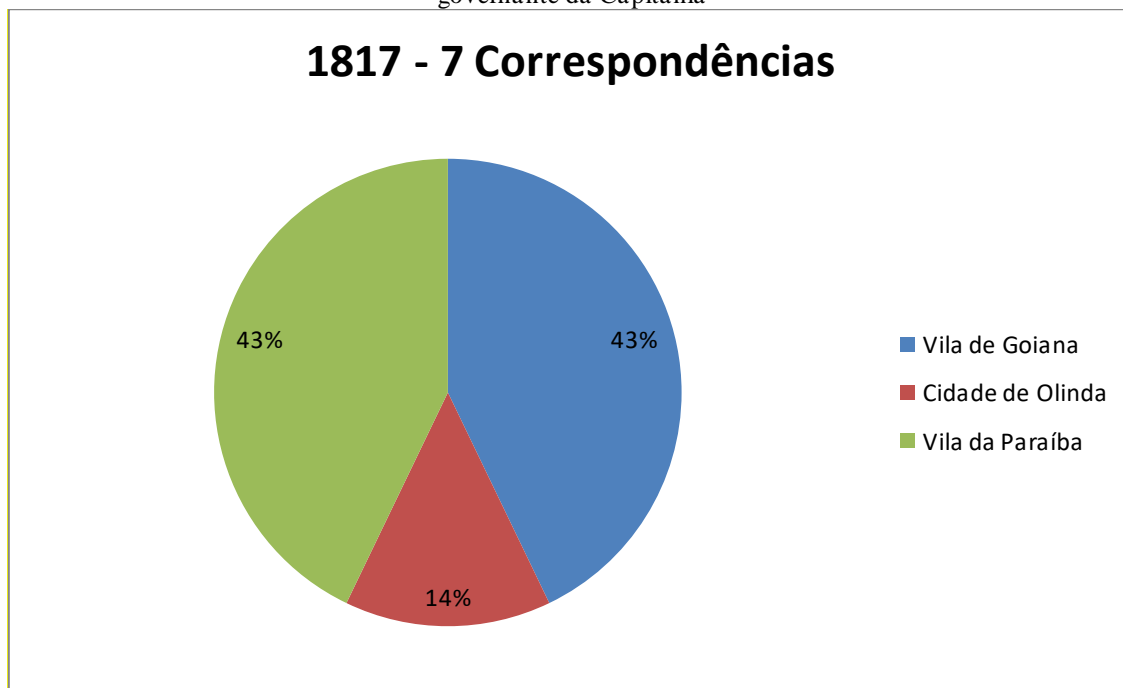
só começou a mudar com a instalação de seu próprio Tribunal da Relação em 13 de agosto de 1822, um evento crucial na consolidação de sua autonomia provincial (Pernambuco, 2005, p. 16-24).

Diálogos em tempos de insurreição (1817 – 1819)

O ano de 1817 foi marcado pela eclosão da Revolução Pernambucana, um movimento de caráter republicano e separatista que instalou um governo provisório por setenta e quatro dias (Cabral, 2013, p. 79-82). A forte repressão ordenada pela Coroa, sob o comando do governador Luís do Rego Barreto, restaurou a ordem monárquica, mas deixou cicatrizes profundas e um clima de constante vigilância.

Nesse cenário de caos e incerteza, a comunicação oficial entre os Juízes de Fora e o governo foi notavelmente escassa. Foram localizadas apenas 07 (sete) correspondências no ano de 1817. A turbulência política, aliada à proximidade de magistrados, como os da vila de Goiana — importante centro revolucionário — com as lideranças locais, parece ter inibido um canal de comunicação contínuo com o poder central, que só foi restabelecido plenamente após a pacificação da província. A maioria das correspondências partiu da vila de Goiana e da Paraíba, focando em prisões de revoltosos e denúncias de abuso de autoridade, refletindo o esforço de retomada do controle.

Gráfico 1 – Ano 1817: Quantidade de correspondências, nomes e as localidades dos Juízes que escreveram ao governante da Capitania



Fonte: Elaborado a partir do Códice JF-02 do APEJE.

Gráfico 2 – Ano 1817: Assuntos tratados nas correspondências



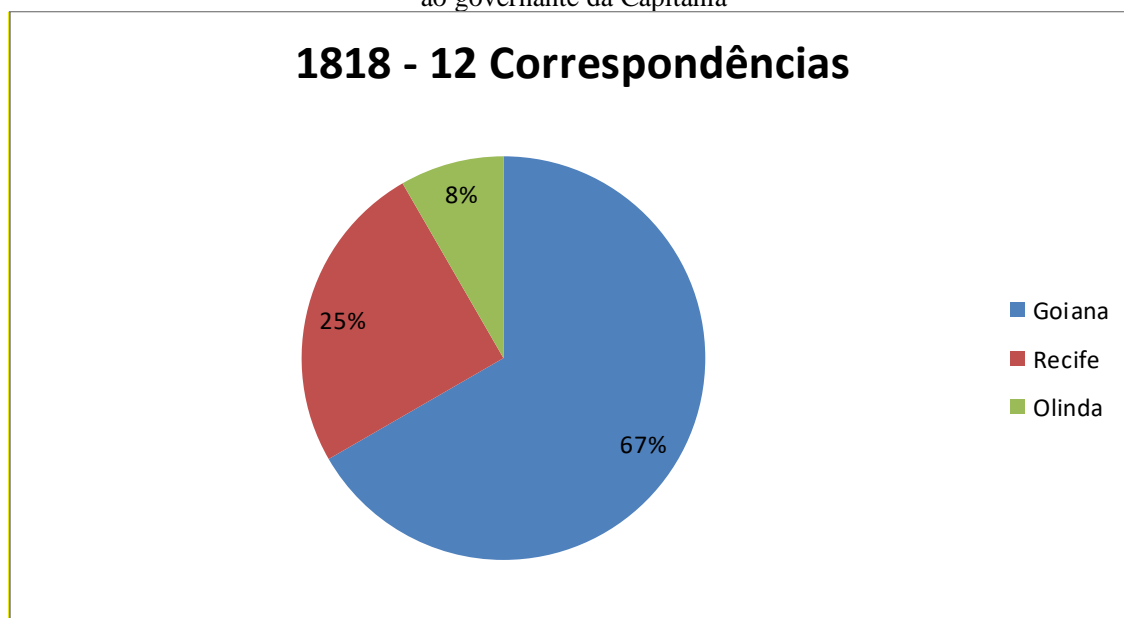
Fonte: Elaborado a partir do Códice JF-02 do APEJE.

Com a ordem restaurada à força, os anos de 1818 e 1819 assistiram a um aumento gradual da comunicação. A severidade de Luís do Rego Barreto exigia vigilância constante, e a vila de Goiana consolidou-se como um quartel-general das forças do governo. Essa centralização militar fez com que a maioria das correspondências partisse do Juiz de Fora daquela localidade. Os assuntos, embora ainda permeados por questões militares, começaram a

se diversificar, abarcando o cotidiano administrativo, prisões por delitos comuns — como o caso de 14 mulheres presas por prostituição, enquadradas como “mulheres devidas escandalosas” (APEJE, JF-02, fls. 14-17) — e, sintomaticamente, disputas de poder entre os próprios magistrados, como a queixa do Juiz de Goiana sobre o de Recife ter assumido o cargo de Ouvidor de Olinda, que, em sua visão, lhe caberia por direito.

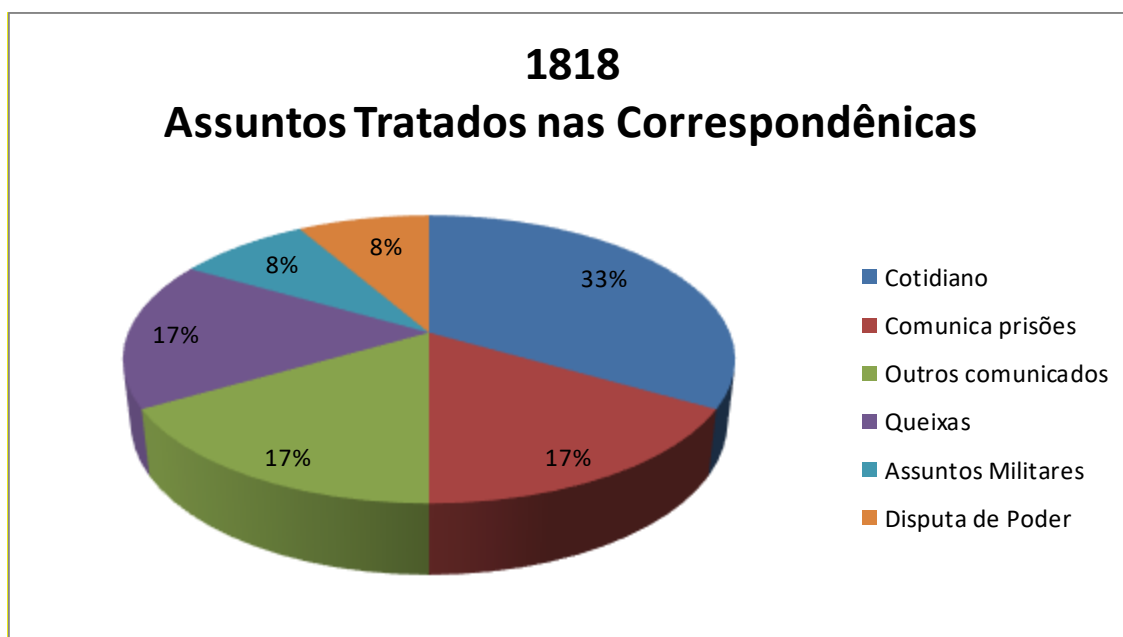
A análise dos assuntos tratados nas correspondências de 1817 reflete o cenário de instabilidade após a Revolução Pernambucana. O gráfico demonstra que os temas de “Comunicado” e “Denúncia” foram predominantes, ambos com 29%. Isso sugere uma forte preocupação do poder central em restabelecer a ordem, comunicando novas diretrizes e, ao mesmo tempo, recebendo denúncias sobre abusos de autoridade e atividades de revoltosos. Os assuntos do “Cotidiano”, “Devassa” e “Congratulações”, todos com 14%, indicam que, apesar da crise, a administração ordinária tentava seguir seu curso, ao mesmo tempo em que se iniciavam investigações formais (devassas) e se praticavam os atos formais de parabenização às novas autoridades.

Gráfico 3 – Ano 1818: Quantidade de correspondências, nomes e as localidades dos Juízes que escreveram ao governante da Capitania



Fonte: Elaborado a partir do Códice JF-02 do APEJE.

Gráfico 4 – Ano 1818: Assuntos tratados nas correspondências



Fonte: Elaborado a partir do Códice JF-02 do APEJE.

Em 1818, um ano após a repressão ao movimento revolucionário, os assuntos das correspondências começaram a se diversificar, refletindo os esforços para a retomada do controle administrativo e a manutenção da vigilância. O tema “cotidiano” se destaca com 33%, indicando um retorno gradual às questões administrativas rotineiras. Contudo, a persistência de “comunica prisões”, “queixas” e “assuntos militares”, cada um com 17%, evidencia que o clima ainda era de tensão. As prisões, incluindo a de 14 mulheres por prostituição, enquadradas como “mulheres devidas escandalosas” (APEJE, JF-02, fls. 14-17), e as queixas sobre disputas de poder entre magistrados, demonstram a complexidade da gestão provincial no pós-revolta.

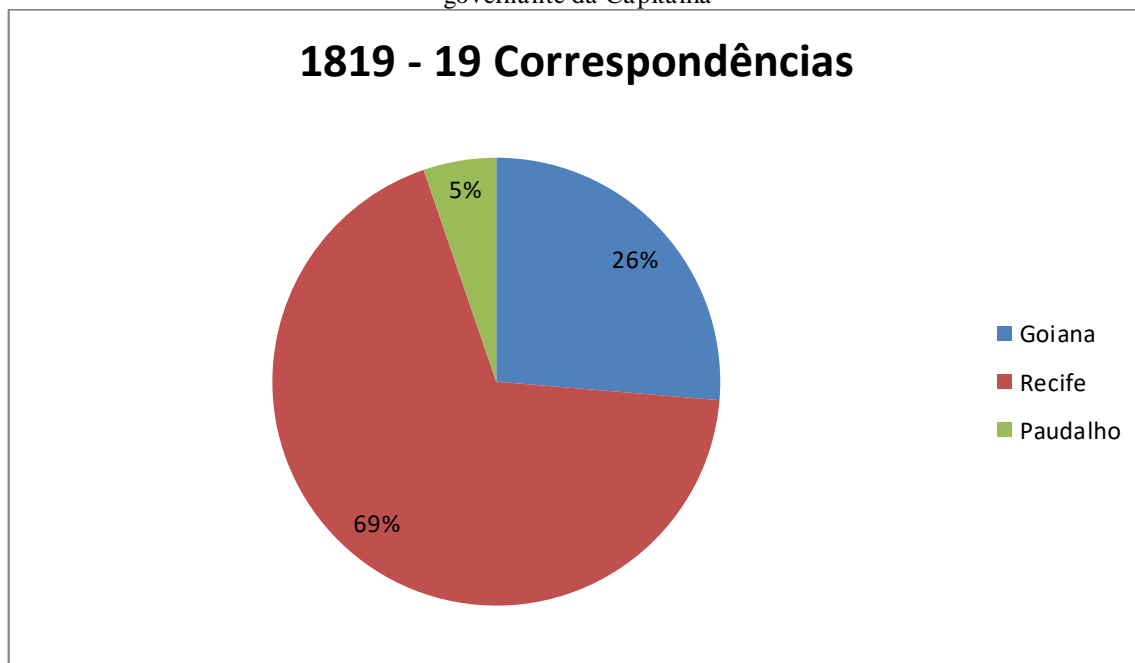
Nesse ano, o Juiz de Fora do Recife passou a integrar o fluxo de correspondências, tratando de querelas locais, devassas e questões administrativas, enquanto Goiana se manteve como o epicentro dos assuntos militares, como o suprimento das tropas. O governador, por sua vez, mantinha o controle sobre a província, como atesta um ofício ao Rei D. João VI:

Os castigos já não são precisos nesta capitania, nem mesmo nas outras, que sofrem e sofreram os efeitos da revolução, para conter o povo nos seus deveres, e, como as leis não são feitas para emendar as culpas, ou crimes já perpetrados, mas sim para evitar a repetição destes crimes, segue-se que não há motivo para a continuação dos castigos, salvo a respeito dos chefes de rebelião, que ainda existem (IHGE, 1866, p. 314-315).

Este trecho revela a mentalidade de um governo que, embora se orgulhasse de ter

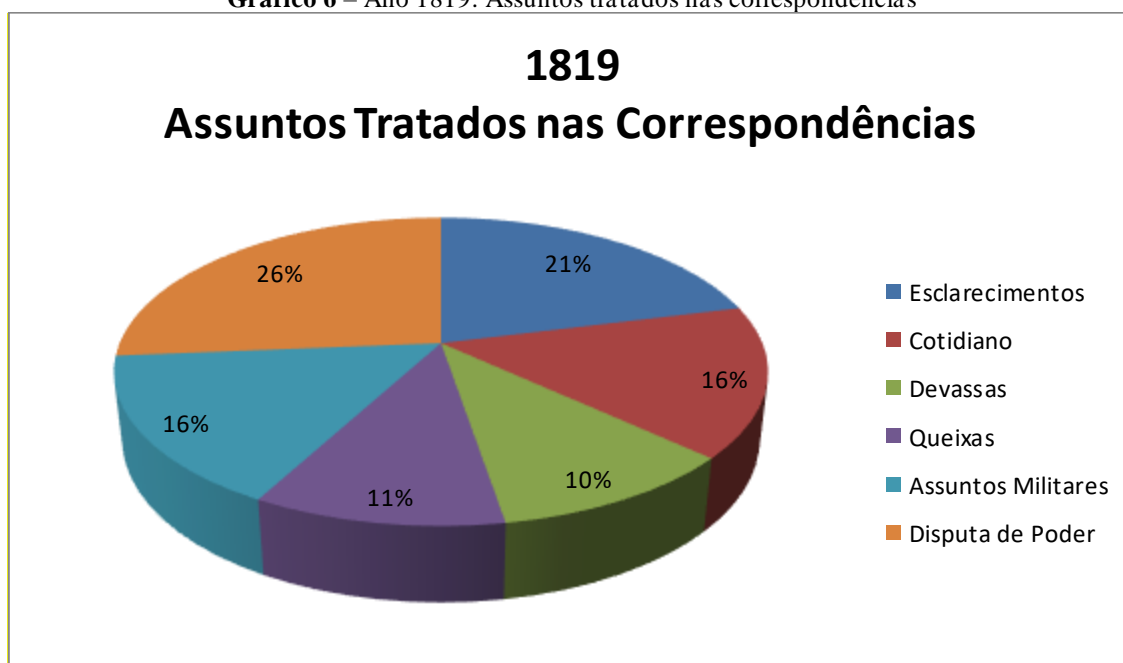
pacificado a província, ainda via a sombra da rebelião em toda parte.

Gráfico 5 – Ano 1819: Quantidade de correspondências, nomes e as localidades dos Juizes que escreveram ao governante da Capitania



Fonte: Elaborado a partir do Códice JF-02 do APEJE.

Gráfico 6 – Ano 1819: Assuntos tratados nas correspondências



Fonte: Elaborado a partir do Códice JF-02 do APEJE.

O ano de 1819 revela uma mudança no foco das comunicações, com “assuntos

militares” (26%) e “esclarecimentos” (21%) tornando-se os temas mais recorrentes. A concentração de tropas do governo em Goiana justifica a proeminência dos temas militares, como o suprimento dos batalhões. Os “esclarecimentos” e as “queixas” (11%), em grande parte, referem-se a disputas de poder e a querelas locais no Recife, indicando atritos internos na administração. Questões de “cotidiano” e “devassas” (ambos com 16%) continuam a ser relevantes, mostrando o esforço contínuo do governo para manter o controle e a ordem na província.

Ventos liberais e a queda do governador (1820 – 1821)

A Revolução Liberal do Porto, em agosto de 1820, mudou drasticamente o cenário político luso-brasileiro. A exigência do retorno da Corte a Portugal e a convocação de Cortes Constituintes reacenderam as aspirações autonomistas em Pernambuco, enfraquecendo a posição do governador Luís do Rego Barreto. Novamente, Goiana tornou-se o centro das articulações políticas; dessa vez, contra o governador.

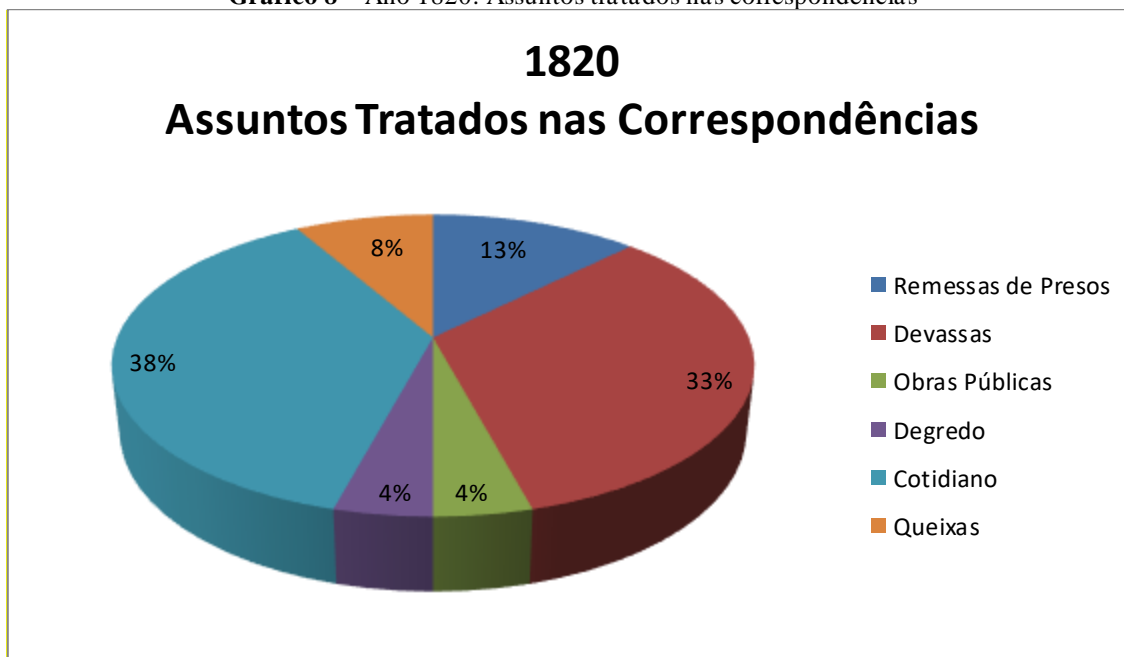
Esse contexto explica o aumento exponencial das comunicações do Juiz de Fora de Goiana em 1820, que enviou 19 (dezenove) das 23 (vinte e três) correspondências do ano. A agitação política resultou em um grande número de prisões de “conspiradores” e na abertura de devassas, muitas delas ordenadas diretamente pelo governador em uma tentativa desesperada de manter o controle.

Gráfico 7 – Ano 1820: Quantidade de correspondências, nomes e as localidades dos Juízes que escreveram ao governante da Capitania



Fonte: Elaborado a partir do Códice JF-02 do APEJE.

Gráfico 8 – Ano 1820: Assuntos tratados nas correspondências



Fonte: Elaborado a partir do Códice JF-02 do APEJE.

O gráfico de 1820 espelha a intensa agitação política causada pela Revolução Liberal do Porto. O grande volume de correspondências sobre “remessas de presos” (38%) e “devassas” (33%) demonstra a reação do governador Luís do Rego Barreto às novas conspirações. A maioria dessas ações foi ordenada diretamente pelo governo em uma tentativa de conter a

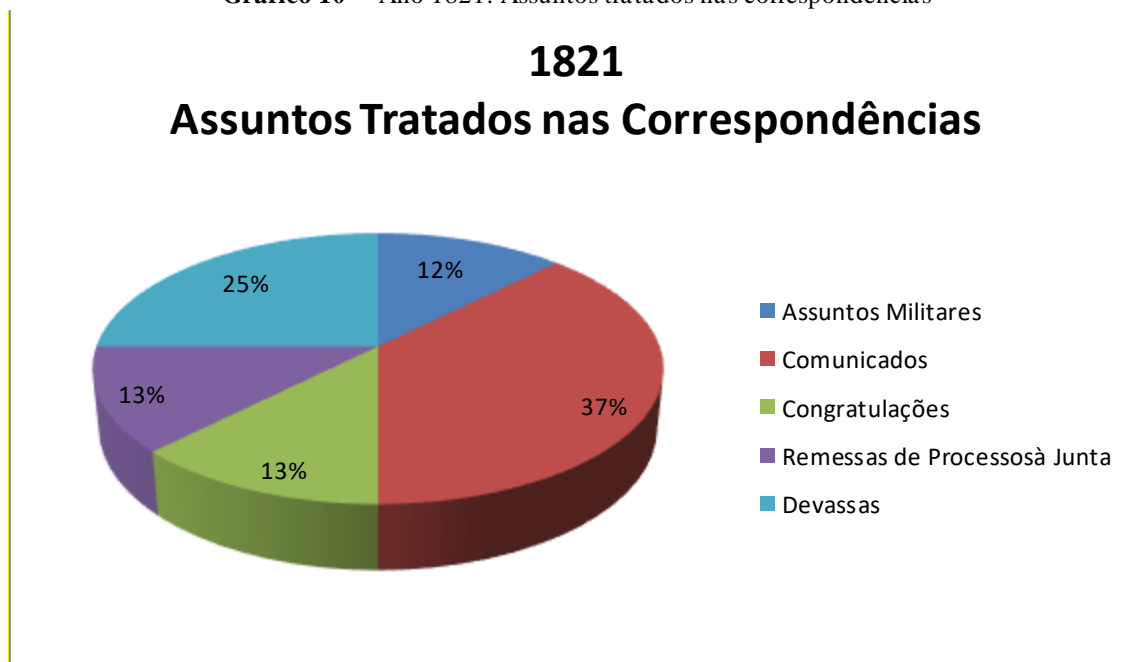
crescente oposição, especialmente em Goiana, o epicentro das articulações políticas. Questões como “obras públicas” (13%), “queixas” (8%), ”degreδο" e “cotidiano” (ambos com 4%) se tornaram secundárias diante da urgência em manter o controle político e reprimir a dissidência.

Gráfico 9 – Ano 1821: Quantidade de correspondências, nomes e as localidades dos Juizes que escreveram ao governante da Capitania



Fonte: Elaborado a partir do Códice JF-02 do APEJE.

Gráfico 10 – Ano 1821: Assuntos tratados nas correspondências



Fonte: Elaborado a partir do Códice JF-02 do APEJE.

A pressão tornou-se insustentável e, em 1821, Luís do Rego foi expulso, sendo substituído por uma Junta de Governo Provisória, a chamada “Junta de Goiana”, presidida por Gervásio Pires Ferreira. Durante esse vácuo de poder e transição, a comunicação oficial novamente despencou. Apenas 08 (oito) ofícios foram registrados, todos oriundos de Goiana. A proximidade do Juiz de Fora com o novo poder, sediado na própria vila, e a derrocada do antigo governante justificam essa interrupção.

Com a expulsão do governador Luís do Rego e a ascensão da Junta de Goiana, os assuntos tratados nas correspondências refletem um período de transição e desconfiança. Os assuntos tratados, tais como “comunicados” (37%) e “remessas de processos à Junta” (25%), foram os temas dominantes. Isso indica que, com o novo poder estabelecido em Goiana, a comunicação passou a ser mais direta, com a Junta requisitando processos criminais para revisão, o que sugere uma desconfiança em relação às decisões judiciais do regime anterior. “Assuntos militares”, “congratulações” e “devassas” (com 13%, 13% e 12% respectivamente) completam o quadro, mostrando que a nova administração buscava consolidar seu poder, parabenizar os aliados e iniciar suas próprias investigações.

Da Autonomia à Confederação (1822 – 1824)

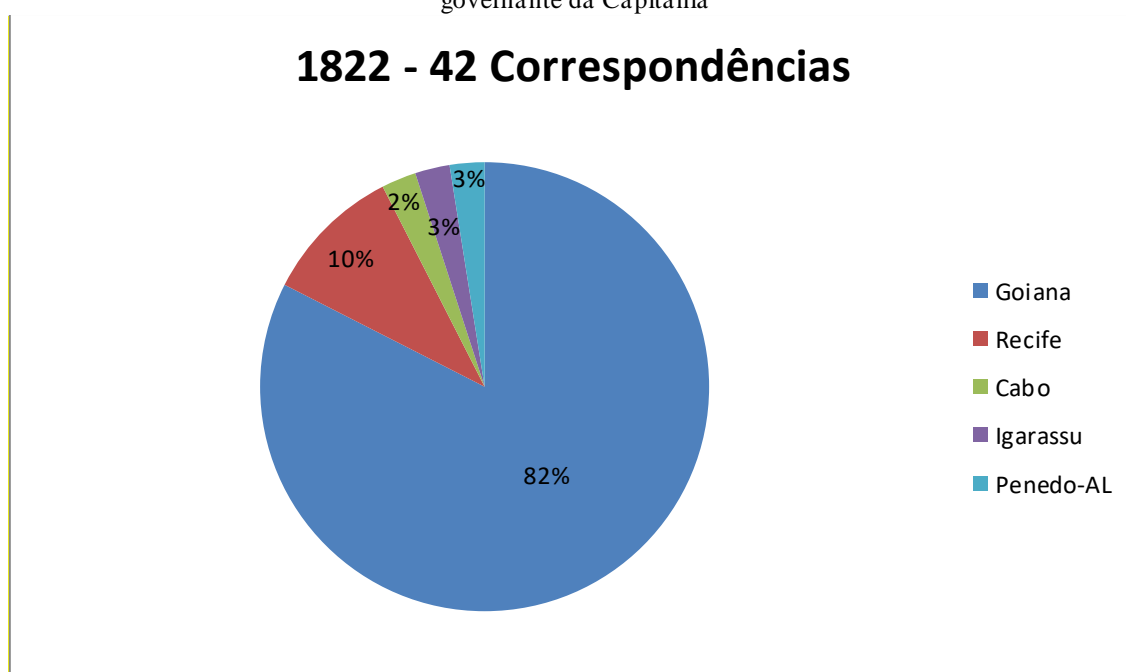
O ano de 1822 marcou um período de intensa efervescência política em Pernambuco, refletindo os ventos de mudança que sopravam por todo o Brasil rumo à Independência. Nesse cenário, a Junta Provisória de Governo, conhecida como “Junta de Goiana”, administrava a província com notável autonomia, consolidando seu poder após a expulsão do governador Luís do Rego Barreto. Essa agitação política resultou em um aumento expressivo na comunicação entre os Juízes de Fora e a sede do governo, totalizando 42 (quarenta e duas) correspondências. A vila de Goiana, mantida como ponto estratégico para as operações militares da Junta, reafirmou sua importância ao originar a vasta maioria desses ofícios, com 33 (trinta e três) comunicações, superando, em muito, as demais localidades.

Os temas abordados nas correspondências revelam a natureza multifacetada da administração da Junta Provisória, que atuava simultaneamente em frentes judiciais, econômicas e políticas para consolidar sua autoridade. No campo judicial, destacam-se as tensões geradas pelas ordens de soltura de presos ligados ao regime anterior. Tais determinações provocaram críticas veladas do Juiz de Fora de Goiana, que as percebia como uma ingerência que minava não apenas sua autoridade, mas a própria credibilidade do sistema de justiça. Na

esfera econômica, o controle do abastecimento, especialmente o de carne, emerge como um desafio administrativo persistente e uma fonte de contínuos atritos com os fornecedores locais. Paralelamente, assuntos de natureza militar e a organização de eleições para a Câmara Municipal figuravam como pautas recorrentes, evidenciando a preocupação constante com a ordem interna e a reestruturação política da província.

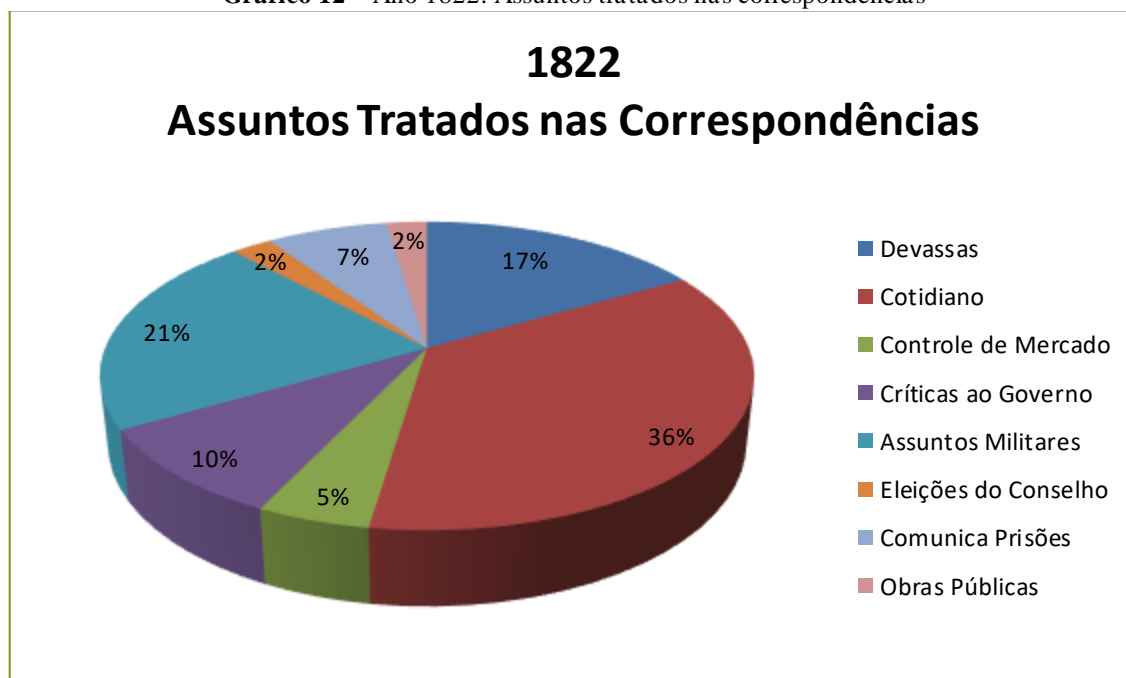
Dessa forma, a intensa troca de ofícios funcionava como um espelho fidedigno dos esforços da Junta para dismantelar o legado do governo anterior e, ao mesmo tempo, edificar as bases de sua própria legitimidade.

Gráfico 11 – Ano 1822: Quantidade de correspondências, nomes e as localidades dos Juízes que escreveram ao governante da Capitania



Fonte: Elaborado a partir do Códice JF-02 do APEJE.

Gráfico 12 – Ano 1822: Assuntos tratados nas correspondências



Fonte: Elaborado a partir do Códice JF-02 do APEJE.

Com a província sendo administrada pela Junta Provisória em 1822, o caminho para a Independência do Brasil trouxe uma explosão de temas administrativos. As “devassas” (36%) continuam a ser um assunto proeminente, mas, agora, dividem espaço com um governo ativo em outras frentes. O “controle de mercado” (21%), especialmente o fornecimento de carne, e as “críticas ao governo” (17%) por parte dos Juízes de Fora sobre a soltura de presos do regime anterior, revelam os desafios e atritos da nova gestão. A comunicação tornou-se um espelho da tentativa da Junta de consolidar seu poder, reorganizar a província e lidar com questões prementes como eleições e obras públicas.

Após a Independência, a centralização do poder no Rio de Janeiro sob D. Pedro I frustrou os anseios autonomistas de Pernambuco. A dissolução da Assembleia Constituinte em 1823 foi o estopim para uma nova crise. Em Pernambuco, a “Junta dos Matutos” foi forçada a renunciar, e Manuel de Carvalho Paes de Andrade assumiu o governo, liderando a província a uma nova rebelião em 1824: a Confederação do Equador.

Nesse biênio, a comunicação dos Juízes de Goiana e Recife com os sucessivos governos provinciais permaneceu intensa. Em 1823, os ofícios trataram de devassas sobre a circulação de “pasquins e libelos difamatórios”, ameaças de prisão entre oficiais de justiça em disputas de competência e a manutenção das tropas. Já em 1824, ano da Confederação, o Juiz de Fora do

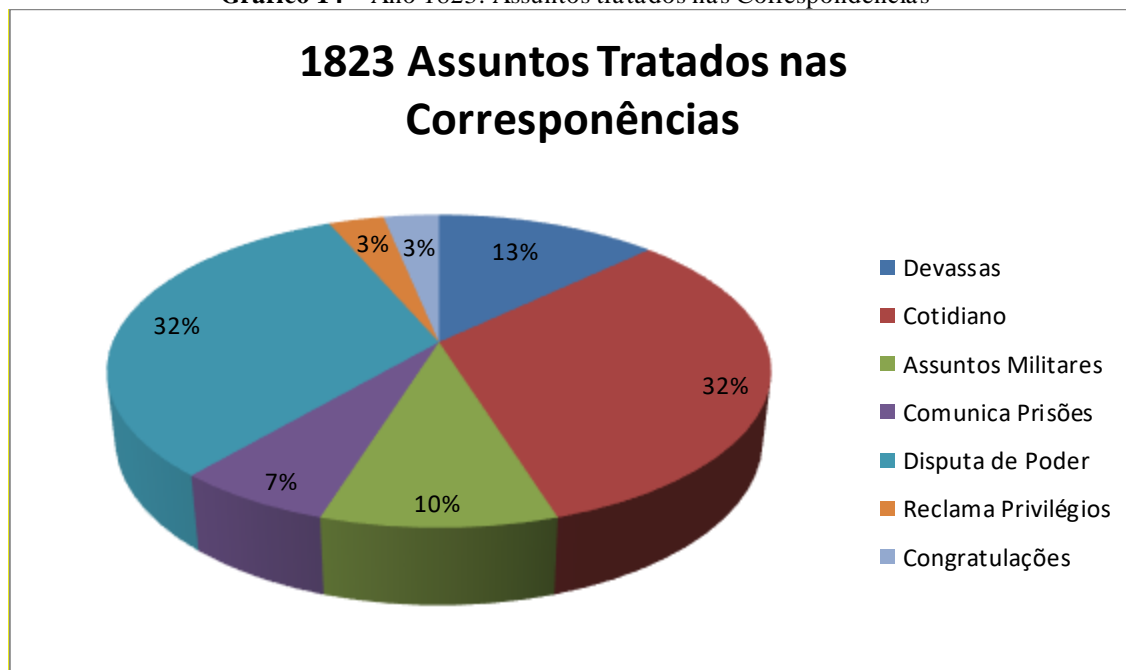
Recife reportou ao governo centralizador, já reinstalado, sobre devassas sigilosas contra figuras proeminentes do governo deposto, ligadas aos movimentos revolucionários, mostrando novamente o uso do aparato judicial como instrumento de perseguição política. As críticas à soltura de presos e as disputas de poder entre magistrados continuaram a ser uma constante, evidenciando as fraturas internas na administração provincial.

Gráfico 13 – Ano 1823: Quantidade de correspondências, nomes e as localidades dos Juízes que escreveram ao governante da Capitania



Fonte: Elaborado a partir do Códice JF-02 do APEJE.

Gráfico 14 – Ano 1823: Assuntos tratados nas Correspondências

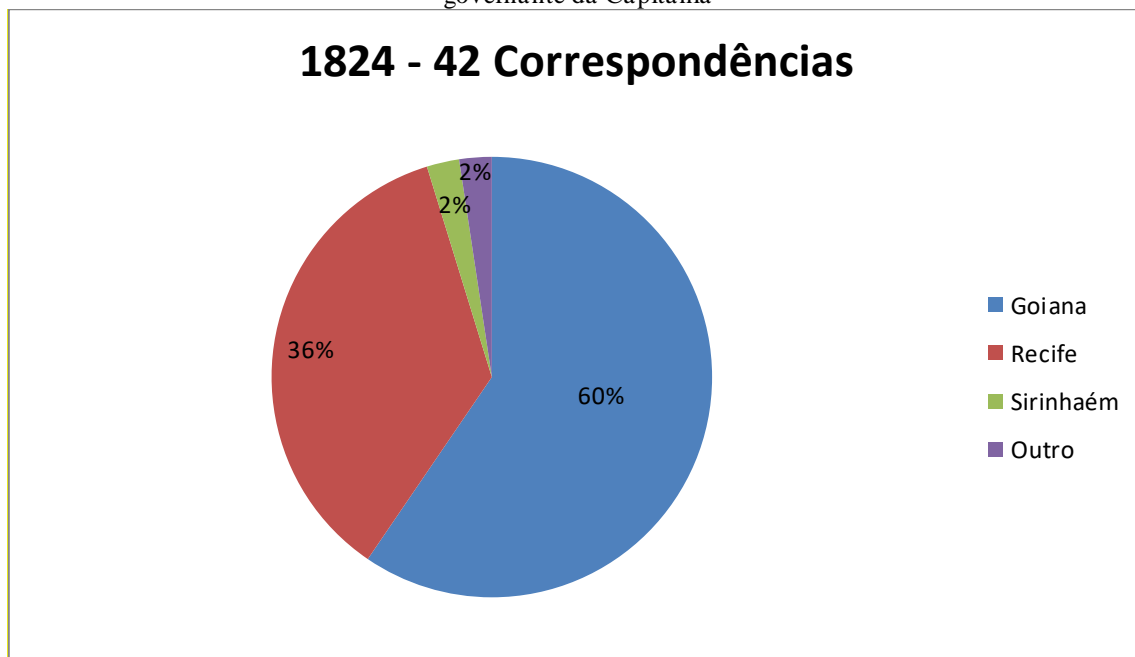


Fonte: Elaborado a partir do Códice JF-02 do APEJE.

No período pós-independência, em 1823, os temas das correspondências evidenciam as fraturas internas na administração provincial e as novas tensões políticas. “Cotidiano” e “assuntos militares” lideravam com 32% cada, indicando que a gestão do dia a dia e a manutenção das tropas continuavam a ser as maiores preocupações. A circulação de “pasquins e libelos difamatórios” motivou o aumento de “devassas” (13%). Além disso, a persistência de “disputa de poder” (10%) e “comunica prisões” (7%) mostra que as rivalidades entre magistrados e a repressão política continuaram a ser uma constante na província.

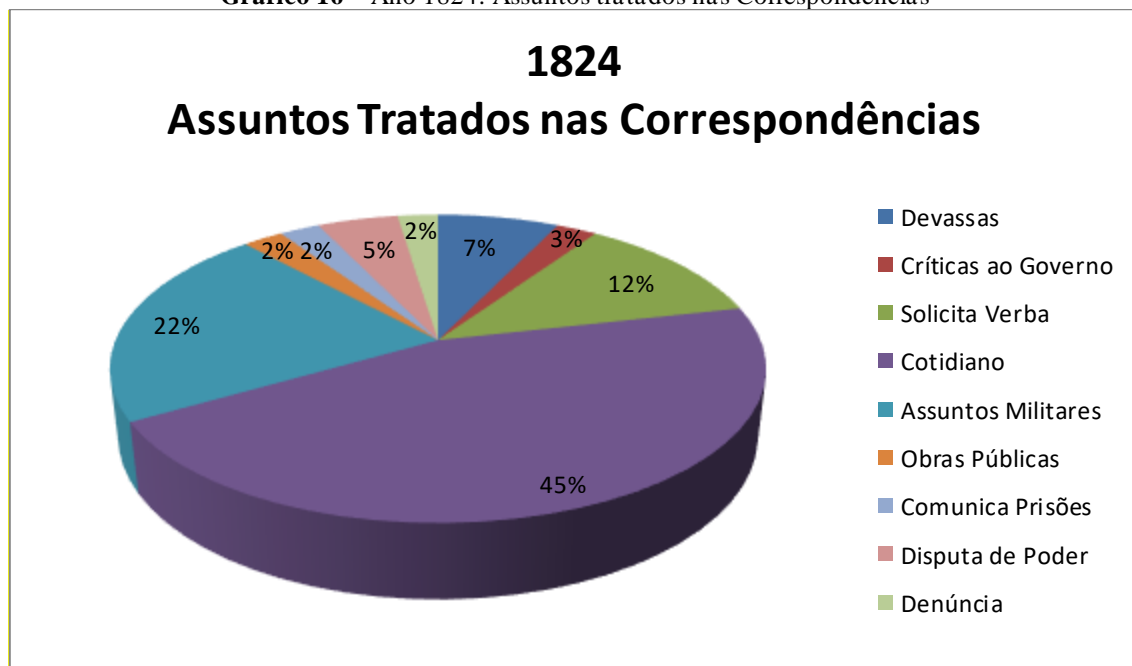
No biênio de 1823-1824, a comunicação dos Juízes de Goiana e de Recife com os sucessivos governos provinciais permaneceu intensa. Em 1823, os ofícios trataram de devassas sobre a circulação de “pasquins e libelos difamatórios”, ameaças de prisão entre oficiais de justiça em disputas de competência e a manutenção das tropas. Já em 1824, ano da Confederação, o Juiz de Fora do Recife reportou ao governo centralizador, já reinstalado, devassas sigilosas contra figuras proeminentes do governo deposto, ligadas aos movimentos revolucionários, mostrando novamente o uso do aparato judicial como instrumento de perseguição política. As críticas à soltura de presos e as disputas de poder entre magistrados continuaram a ser uma constante, evidenciando as fraturas internas na administração provincial.

Gráfico 15 – Ano 1824: Quantidade de correspondências, nomes e as localidades dos Juizes que escreveram ao governante da Capitania



Fonte: Elaborado a partir do Códice JF-02 do APEJE.

Gráfico 16 – Ano 1824: Assuntos tratados nas Correspondências



Fonte: Elaborado a partir do Códice JF-02 do APEJE.

O ano da Confederação do Equador, 1824, foi marcado por uma intensa perseguição política, refletida claramente nos assuntos tratados. As “devassas”, com 45%, tornaram-se o tópico principal, com destaque para as investigações sigilosas ordenadas pelo novo governo centralizador contra figuras proeminentes ligadas aos movimentos revolucionários. O uso do

aparato judicial como ferramenta de perseguição é evidente. As “críticas ao governo” (12%), principalmente sobre a soltura de presos, e as constantes “disputas de poder” (7%) entre os magistrados, demonstram a contínua instabilidade e as divisões internas que assolavam a administração de Pernambuco.

Considerações finais

A análise das correspondências trocadas entre os Juízes de Fora e os governantes de Pernambuco entre 1817 e 1824 revela que a atuação desses magistrados extrapolava bastante a esfera puramente judicial. Eles eram, na prática, os olhos e os braços do poder provincial (e, por extensão, da Coroa ou do Império) nos principais centros urbanos. Suas comunicações demonstram um profundo envolvimento com a administração pública, o controle militar, a manutenção da ordem, a gestão de obras e a fiscalização da economia local.

As oscilações no volume e no conteúdo da comunicação servem como um fiel reflexo da instabilidade política do período. Em momentos de crise aguda, como em 1817 e 1821, o diálogo oficial se retraía, substituído pela ação direta ou pelo realinhamento de forças. Em contrapartida, nos períodos de repressão ou de consolidação de um novo governo, a troca de ofícios se intensificava, transformando-se em ferramenta de controle, vigilância e gestão.

A figura do Juiz de Fora, portanto, emerge não como um poder autônomo, mas como um agente fundamental na complexa teia da governança colonial e imperial. Seu diálogo com os governantes, registrado nessas fontes manuscritas, oferece uma janela privilegiada para a compreensão das tensões entre o poder local e o central, bem como para as estratégias utilizadas a fim de governar uma província que, ao longo de todo esse período, esteve na vanguarda das lutas pela autonomia e pela definição dos rumos do Brasil.

Por fim, cabe destacar que a construção deste capítulo teve como inspiração e base fundamental o trabalho de conclusão do Mestrado Profissional em História, realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Dessa pesquisa, resultaram o Relatório Técnico e o produto final intitulado *Catálogo das comunicações manuscritas avulsas dos Juízes de Fora ao governador da Província de Pernambuco existentes no Arquivo Público Estadual Jordão Ererenciano - apeje 1817-1824*. Ambos os documentos podem ser consultados na íntegra no repositório digital da Biblioteca da UNICAP, por meio do link ou do QR Code disponíveis abaixo: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/2054>



Referências

ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. Ofícios do rei: a circulação de homens e ideias na Capitania de Pernambuco. *In: XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*, Fortaleza: ANPUH, 2009.

CABRAL, Flávio José Gomes. **Conversas reservadas**: vozes públicas, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

CORTESÃO, Jaime. **Os factores democráticos na formação de Portugal**. 2.ed. Lisboa: Portugália, 1966.

CORTESÃO, Jaime. **Os factores democráticos na formação de Portugal**. Lisboa: Horizonte, 1984.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO BRASIL (IHGE). **Revista Trimestral**, Tomo XXXI, Parte Primeira, 2º semestre de 1866.

PERNAMBUCO, Tribunal de Justiça. **Livro de compromissos e posse do Tribunal da Relação de Pernambuco (1822-1882)** Recife: Tribunal de Justiça de Pernambuco; Memorial de Justiça de Pernambuco, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: A suprema corte da Bahia e seus juízes 1609 – 1751. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

WEHLING, Arno. **Formação do Brasil colonial**. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

Fonte Manuscrita:

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (APEJE). Códice: JF - 02 (1817-1834).

ENTRE A PESQUISA E A PRÁTICA: da dissertação à aplicação do produto sobre os patrimônios culturais de Guaraciaba (MG)

Luciana Aparecida de Oliveira
Angelo Adriano Faria de Assis

Introdução

Entre 2022 e 2023 desenvolvi a dissertação no Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, sob a orientação do Professor Angelo Adriano Faria de Assis. Ao longo do mestrado, foi possível constatar que a preservação do patrimônio cultural em pequenas cidades adquire contornos particulares. Nesses contextos, os processos de patrimonialização frequentemente se confrontam com limitações institucionais, fragilidades legais e a carência de políticas públicas consistentes que assegurem sua efetividade e continuidade. Acredita-se que o município de Guaraciaba, localizado na Zona da Mata mineira, insere-se nesse contexto. Apesar de abrigar bens de efetiva relevância histórica, como a Fazenda Limeira, datada do início do século XVIII, o município enfrenta obstáculos recorrentes para garantir a salvaguarda de sua memória coletiva e a valorização de seus patrimônios materiais e imateriais.

A pesquisa desenvolvida, a partir de um estudo de caso, se debruçou sobre o entendimento de como um imóvel considerado um patrimônio cultural pelo município chegou a um nível de tamanho abandono e degradação. O trabalho teve como objetivo estudar como o processo de tombamento da Fazenda Limeira e, ao mesmo tempo, analisar criticamente os entraves da preservação patrimonial local. Em contrapartida, atendendo às exigências do mestrado profissional, buscou oferecer contribuições práticas à comunidade. A pesquisa, fundamentada em análise documental, visitas de campo, entrevistas e levantamento histórico,

revelou a existência de um tombamento municipal verticalizado, conduzido sem a participação social (Oliveira, 2023).

Considerando a natureza aplicada do mestrado profissional e o desdobramento da dissertação, desenvolveu-se o produto “Herança Histórica: Guaraciaba e seus patrimônios culturais”, inicialmente em formato digital (e-book) e, posteriormente, publicado em versão impressa. A obra, distribuída gratuitamente nas escolas do município, tem como propósito democratizar o acesso à história local e fomentar práticas de educação patrimonial no espaço escolar, reunindo informações acessíveis sobre a história do município de Guaraciaba, apresentando alguns de seus patrimônios culturais, conceitos básicos e importantes relacionados ao patrimônio, mecanismos legais e orientações sobre preservação e proteção. O produto buscou fortalecer vínculos de pertencimento e contribuir para a valorização da identidade cultural de Guaraciaba.

Assim, este artigo propõe refletir sobre a trajetória que articula a pesquisa acadêmica e sua materialização em um produto social e educativo, evidenciando como o conhecimento científico pode ultrapassar os limites da universidade e promover impactos concretos na comunidade. Ao relatar esse processo, pretende-se discutir não apenas os resultados alcançados, mas também os desafios, potencialidades e perspectivas futuras para a integração entre patrimônio, educação e políticas culturais locais.

Nesse sentido, para melhor compreender o processo de construção da dissertação e do produto final, visa-se refletir sobre patrimônio, memória, políticas de preservação e educação patrimonial.

Patrimônio cultural e memória coletiva

As leituras de autores como Choay (2004), Grammont (2006), bem como o decreto lei nº25/1937¹ e a Constituição Brasileira² de 1988, permite-nos dizer que, no passado, o patrimônio era pensado com ênfase em bens materiais, como os monumentos, igrejas, casarões, obras de arte. Com o decorrer dos anos e com os avanços nos estudos e nas políticas culturais, passou-se a reconhecer que também existem bens imateriais que fazem parte do patrimônio,

¹ BRASIL, Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Lei do Patrimônio Cultural. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937_pdf.pdf. Acesso em: 09 set. 2025.

² BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível EM: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 set. 2025.

como as festas populares, tradições orais, saberes tradicionais, entre outros. Esses bens imateriais são fundamentais, pois contribuem para a construção das identidades sociais, revelando quem somos enquanto grupo, comunidade e povo; ou seja, expressam e transmitem a cultura viva de uma sociedade.

O patrimônio cultural é importante porque une história, memória e símbolos coletivos. De acordo com Leandro Brusadin,

O patrimônio se torna, assim, elemento essencial para se compreender a História que foi ali representada e legitimada pelo imaginário social como elemento histórico de si mesmo. A partir disso, o patrimônio cultural se relaciona intrinsecamente com o processo de memória embutida na lógica do imaginário e do simbólico das práticas e das representações sociais (Brusadin, 2018, p. 208).

Percebe-se pelo trecho acima, que o patrimônio carrega uma história legitimada pela própria comunidade; ou seja, as pessoas reconhecem um patrimônio como um símbolo, uma prática ou uma representação que faz parte de sua identidade. Assim, o patrimônio cultural está intrinsecamente ligado à memória e ao imaginário social. Logo, não se trata apenas de um vestígio material do passado, mas também um elemento simbólico, carregado de sentidos que contribui para a manutenção da identidade de um grupo ou de um povo.

Para Pollak (1992), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, podendo ser individual ou coletiva, ou seja, a memória é um fenômeno socialmente construído, estreitamente relacionado ao sentimento de identidade. Já para Halbwachs (1990), a memória coletiva é construída socialmente e serve como base para a consolidação de vínculos comunitários, isto é, da identidade desse grupo. Nesse sentido, bens como a Fazenda Limeira, em Guaraciaba, não se limitam a vestígios arquitetônicos do período colonial, mas atuam como símbolos de pertencimento e como referenciais para a transmissão de valores históricos.

Luciana Oliveira (2023), em sua dissertação, percebeu que:

Enquanto o patrimônio cultural é visto como uma representação palpável da memória e da identidade social de uma comunidade, ele também está sujeito a interpretações seletivas e à influência do poder, o que significa que nem todas as histórias, memórias, objetos ou espaços são igualmente preservados como patrimônio cultural. Isso levanta questões sobre o que é escolhido para ser patrimonializado e o que é deixado de lado, bem como permite entender como essas escolhas podem afetar a narrativa histórica (Oliveira, 2023, p. 36).

Em seu livro “Alegoria do patrimônio”, Françoise Choay (2004) nos leva a refletir e a

perceber que o patrimônio é uma invenção cultural, construída e legitimada a partir de determinados discursos. Assim, os processos de tombamento e preservação não são neutros, mas resultam de escolhas políticas e sociais que podem incluir ou excluir memórias específicas. Essa perspectiva é essencial para compreender os conflitos e contradições identificados no processo de patrimonialização da Fazenda Limeira.

Embaraços patrimoniais e educação patrimonial

A dissertação “Embarço patrimonial: o caso da Fazenda Limeira em Guaraciaba, MG” foi desenvolvida com o propósito de investigar os processos de patrimonialização da Fazenda Limeira, bem histórico datado do início do século XVIII e tombado pelo poder público municipal em 2017. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, combinando diferentes procedimentos metodológicos. Realizou-se levantamento documental em arquivos municipais, estaduais e cartoriais e da paróquia de Sant'ana de Guaraciaba, de modo a identificar registros históricos, atas, legislações e documentos referentes ao tombamento da Fazenda Limeira, assim como a história dos moradores da fazenda.

Paralelamente, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com gestores públicos, membros da comunidade local e sujeitos envolvidos no processo de patrimonialização. Recorreu-se, também, à análise bibliográfica e teórica sobre patrimônio cultural, memória coletiva e políticas de preservação, em que se buscou situar o caso de Guaraciaba em um debate mais amplo sobre os desafios enfrentados em contextos municipais.

Os resultados apontaram a existência de fragilidades institucionais significativas, evidenciadas pela ausência de órgãos técnicos especializados em gestão do patrimônio, pela duplicidade de normativas municipais – fato que dificulta sua aplicação - e na perda de documentos relevantes do acervo da Secretaria de Cultura, comprometendo a continuidade das ações de preservação. Essas fragilidades também contribuíram para o embarço envolvendo o tombamento da Fazenda Limeira, que possui dois decretos distintos de tombamento, datados de 2014 e 2017. Contudo, a ausência de registros e a perda de documentos relacionados ao processo de tombamento, incluindo as atas de reunião do conselho, dificultaram a identificação dos motivos que levaram à duplicidade do processo, bem como a compreensão total das circunstâncias que a originaram.

De acordo com Oliveira (2023), o tombamento da Fazenda Limeira ocorreu de forma verticalizada, conduzido pelo poder público sem processos participativos efetivos, o que

fragilizou o vínculo da comunidade com o bem. Além disso, constatou-se a inexistência de políticas claras e contínuas de preservação, resultando em um bem legalmente tombado, mas em avançado estado de degradação física e simbólica. A partir desses obstáculos surge o termo “embaraço patrimonial”, que se refere a um conjunto de barreiras — jurídicas, administrativas e sociais — que limitam a efetiva preservação de bens culturais. Tombamentos sem participação comunitária, regulamentações locais confusas ou duplicadas e a falta de recursos técnicos e financeiros constituem barreiras recorrentes, especialmente em cidades de pequeno porte, como Guaraciaba. Tais entraves resultam em situações paradoxais: bens legalmente reconhecidos como patrimônio permanecem vulneráveis ao abandono e à deterioração.

Percebeu-se que, para além das normativas legais, a preservação do patrimônio depende de sua apropriação social. É preciso o acompanhamento e envolvimento da comunidade para que um bem considerado um patrimônio seja protegido e preservado, assim como é imprescindível que esse patrimônio possua uma utilidade (Oliveira, 2023).

Nesse contexto, a educação patrimonial emerge como prática fundamental para integrar a comunidade ao processo de valorização de seus bens culturais. Segundo Gregory,

O tombamento e a transformação dos patrimônios materiais em algo útil para o Poder Público não fazem com que a população se sinta representada pelo determinado bem cultural e contribua para sua preservação. Novamente, percebemos que a Educação Patrimonial é o caminho mais adequado em se tratando da preservação do patrimônio material e imaterial. Somente ela pode aproximar e manter um diálogo entre a sociedade e o patrimônio histórico cultural, fazendo com que aquela, em colaboração com o Poder Público, promova e proteja o patrimônio cultural. Logo, percebemos que todo patrimônio material é também imaterial, pois o que o torna patrimônio não é a sua materialidade, e sim a manifestação do sentimento de identidade que o mesmo suscita nos grupos sociais (Gregory, 2016, p. 59-60, grifo nosso).

O trecho acima ressalta que a preservação só é possível com a participação comunitária, mediada pela Educação Patrimonial, e que todo patrimônio material carrega também uma dimensão imaterial, uma vez que o que o transforma em patrimônio é o reconhecimento social e afetivo que ele desperta.

De acordo Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 04):

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

Estas autoras propõem que a Educação Patrimonial possibilita às pessoas desenvolverem capacidade de reconhecer e compreender os bens culturais que fazem parte de seu cotidiano, assim como de situarem-se historicamente e a valorizarem a diversidade cultural. Em outras palavras, a Educação Patrimonial é um processo formativo que permite aos indivíduos compreenderem sua própria história e sua relação com o patrimônio, estimula pertencimento e, conseqüentemente, promove a cidadania.

Florêncio (2012) acrescenta que a Educação Patrimonial é um processo educativo amplo e democrático, que deve valorizar a participação ativa das comunidades e o diálogo entre diferentes agentes, tendo como objetivo central fortalecer o reconhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural em suas diferentes formas.

Para Scheid, Matos e Carmo (2024), a Educação Patrimonial deve ser concebida como processo, e não somente como produto. Esses autores nos chamam a atenção para a importância do processo educativo, que envolve o diálogo entre comunidade e patrimônio, a construção coletiva de sentidos e significados e, principalmente, a troca de saberes, a vivência e a apropriação contínua do patrimônio como parte da identidade cultural. Assim, ao aproximar alunos, professores e comunidade do patrimônio local, tais práticas contribuem para a formação de sujeitos conscientes da importância da memória coletiva e de sua responsabilidade na preservação.

Nesse sentido, a produção e distribuição do produto *Herança Histórica: Guaraciaba e seus patrimônios culturais* constitui não apenas um desdobramento da pesquisa acadêmica, mas também uma ação de extensão cultural, viabilizada pela Lei Paulo Gustavo, por meio do Edital Público Nº 01/2024³, que amplia o acesso ao conhecimento e fortalece vínculos identitários no município. Contudo, de acordo com Scheid, Matos e Carmo (2024) a comunidade não pode ser apenas uma receptora do conhecimento produzido na academia sobre um patrimônio cultural; é fundamental que seja protagonista nesse processo, participando ativamente, pois detém saberes e vivências que enriquecem a própria construção do conhecimento.

Nessa perspectiva, percebe-se que a educação patrimonial é, de fato, um desafio, pois é necessário articular o conhecimento acadêmico à participação cidadã. Essa participação, muitas vezes, é acompanhada por uma resistência ou mesmo desinteresse. Essa ausência de

³ Edital de Chamamento Público Nº 01/2024 – Fomento Cultural Lei Paulo Gustavo – Guaraciaba/MG. Disponível em: [EDITALDECHAMAMENTOPUBLICONº012024-FOMENTOCULTURALLEIPAULOGUSTAVO-GUARACIABAMG-1729793402671a8d7af27c9\).pdf](#)

envolvimento fragiliza a construção coletiva, podendo gerar descompasso entre a produção acadêmica e a apropriação social do patrimônio. Assim, o produto produzido pelo mestrado acadêmico, por meio de distribuição gratuita nas escolas, teve como objetivo atuar como um mecanismo de aproximação e de produção de novos saberes e engajamento, sendo esse utilizado nas instituições de ensino como instrumento de troca de conhecimento entre os alunos e professores.

Do Texto ao Produto

Em discussões em sala de aula, repetidas vezes, falou-se sobre a função social da universidade enquanto produtora de conhecimento, ressaltando a necessidade de superar a barreira entre produção científica e comunidade, de modo que o conhecimento produzido no meio acadêmico seja acessível e compreensível para a sociedade.

A partir desse entendimento, a dissertação “Embaraço patrimonial: o caso da Fazenda Limeira em Guaraciaba, MG” não se limitou à análise crítica dos entraves existentes à preservação cultural. Coerente com a proposta de um mestrado profissional, o trabalho também buscou propor uma ação prática capaz de dialogar diretamente com a comunidade local e contribuir para a democratização do acesso ao conhecimento histórico, reafirmando o papel social da Academia. Nesse contexto, surgiu o produto “Herança Histórica: Guaraciaba e seus patrimônios culturais”, concebido como um desdobramento natural da investigação acadêmica, no âmbito de mestrado profissional.

A elaboração do produto, inicialmente em formato de um e-book digital que, posteriormente, transformou-se em um livreto, foi fundamentada nos entraves e achados da pesquisa, os quais revelaram não apenas a fragilidade institucional – como a perda das atas do conselho e dos inventários anteriores a 2014 - e políticas de preservação incipientes, mas também a carência de instrumentos de mediação cultural capazes de aproximar a população de seu patrimônio. Assim, o produto foi concebido como um material que pudesse ser acessível, de linguagem clara e ilustrado, reunindo informações históricas, narrativas sobre bens culturais e elementos da memória coletiva de Guaraciaba, além de consolidar em um único documento parte de seus patrimônios culturais e documentação legal correspondente. Ao incorporar os resultados da dissertação em um formato didático, o produto tornou-se uma ferramenta de educação patrimonial destinada a estudantes, professores e à comunidade em geral.

A opção pelo formato digital foi estratégica, tanto pelo acesso ampliado, democrático e

imediatos que proporcionam quanto pelo custo reduzido em comparação com publicações impressas em grande escala. Além de poder ser distribuído gratuitamente às escolas e instituições culturais do município, o formato do produto enquanto e-book pode ser compartilhado em plataformas on-line, garantindo maior alcance e circulação. Essa escolha reforça a perspectiva de que a pesquisa acadêmica deve se traduzir em produtos que dialoguem com diferentes públicos e contextos de uso. Atualmente, o e-book está disponibilizado na página da internet Guaraciaba - Arte e Tradição⁴.

O produto “Herança Histórica: Guaraciaba e seus patrimônios culturais” foi estruturado de forma a dialogar diretamente com professores, alunos e a comunidade em geral. Seu conteúdo organiza-se em três eixos principais: (1) a história de Guaraciaba; (2) a herança cultural, que enfatiza a valorização dos bens culturais do município, incluindo edificações históricas, espaços religiosos e práticas culturais, com destaque para a Fazenda Limeira, seu tombamento, sua história e ocupantes, e (3) Conceitos relacionados ao tema, envolvendo noções como patrimônio cultural material e imaterial, memória, identidade, proteção, preservação e manutenção, além dos mecanismos legais atualmente existentes. O material alia texto de linguagem acessível a imagens e registros documentais, o que amplia sua função pedagógica.

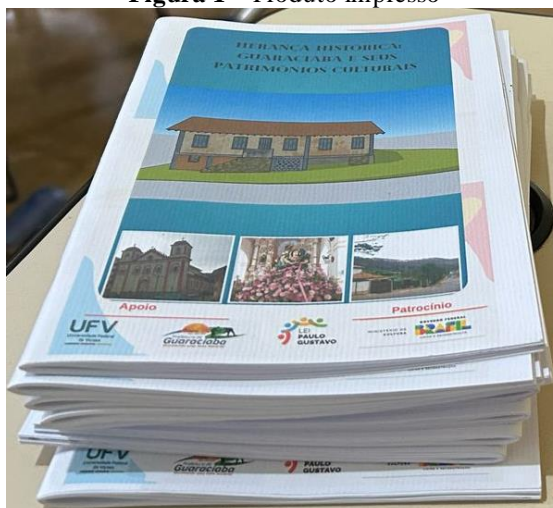
A dissertação e os artigos ampliaram a visibilidade da Fazenda Limeira e lançaram luz sobre sua importância, estimulando a elaboração de uma proposta para o edital de fomento da Lei Paulo Gustavo, em 2024, cuja aprovação viabilizou a impressão deste material. A aprovação do projeto no âmbito dessa política pública possibilitou não apenas a publicação, mas também a distribuição gratuita do material às escolas do município de Guaraciaba, fortalecendo sua função social. Trata-se, portanto, de um exemplo concreto de como políticas culturais podem ampliar o impacto da produção acadêmica, promovendo o encontro entre universidade, poder público e comunidade.

A distribuição do material impresso foi realizada nas escolas do município de Guaraciaba, garantindo que professores e estudantes tivessem acesso direto ao conteúdo. Essa iniciativa contribuiu não apenas para a disseminação do conhecimento produzido na dissertação, mas também para a inserção da temática do patrimônio cultural no espaço escolar, fortalecendo a educação patrimonial como prática transversal e interdisciplinar. O material passou a ser utilizado como apoio em aulas de disciplinas como História e Geografia, bem como

⁴ Página criada pela agente cultural Josimar Aparecida da Silva, disponível em: Guaraciaba - Arte, História e Tradição.

no desenvolvimento de projetos interdisciplinares, favorecendo a integração entre conhecimento acadêmico e identidade local.

Figura 1 – Produto impresso



Fonte: Cedido pela agente cultural Josimar Aparecida da Silva. Prestação de contas do edital de fomento Paulo Gustavo, 2024.

Acredita-se que esse material funcione como um mecanismo de mediação entre o conhecimento científico e o saber popular, uma vez que, ao dialogar com as crianças, possibilitará que as novas gerações se reconheçam nos patrimônios locais, por saber da importância e também por estarem fazendo parte do processo de construção do conhecimento. Entendemos que o produto não apenas reforçou o vínculo da comunidade com seus bens culturais, como também ampliou a compreensão sobre a importância do patrimônio enquanto recurso de identidade, cidadania e educação.

Figura 2 – Produto em uso nas Escolas.



Fonte: Cedido pela agente cultural Josimar da Silva. Imagens da prestação de contas do Edital de fomento Paulo Gustavo, 2024.

A experiência relatada neste trabalho evidencia a relevância da integração entre pesquisa acadêmica e ação social e educativa como princípio orientador do mestrado profissional. O material “Herança Histórica: Guaraciaba e seus patrimônios culturais” procura materializar esse conhecimento em uma ação prática voltada à comunidade escolar. Mas os desdobramentos dessa ação continuam ecoando, uma vez que para além da distribuição nas escolas, a obra impulsionou uma série de ações que contribuíram para o fortalecimento da identidade cultural local e para a valorização do patrimônio histórico do município.

De acordo com a agente cultural Josimar Aparecida da Silva⁵, após a divulgação do material, alunos e professores passaram a demandar visitas ao bem cultural estudado, especialmente à Fazenda Limeira, que foi aberta ao público e passou a receber grupos escolares, além de integrar programações culturais locais. Esse movimento repercutiu no âmbito das políticas públicas, gerando maior envolvimento da comunidade. Posteriormente, por ocasião do lançamento de outra publicação referente aos saberes culturais, agentes culturais e membros da comunidade passaram a cobrar publicamente do poder executivo municipal a adoção de medidas de proteção do bem, o que levou o prefeito a assumir o compromisso de sua salvaguarda.

⁵ Josimar Aparecida da Silva, administradora, Mestranda em Comunicação e Regionalidades, agente cultural em Guaraciaba. Autora do projeto “Arte e História de Guaraciaba: Um Legado Cultural Fortalecido pela Lei Paulo Gustavo”, submetido ao edital nº01/2024 em Guaraciaba que publicou e distribuiu gratuitamente o produto: “Herança Histórica: Guaraciaba e seus patrimônios culturais”.

Paralelamente, foi elaborado e submetido um projeto de fomento destinado à restauração do imóvel, enquanto os agentes culturais locais começaram a se articular em rede, com objetivo de apoiar, difundir e promover iniciativas de preservação. Observou-se, ainda, um maior engajamento da própria família proprietária, que passou a dedicar-se à manutenção do imóvel, preservando sua limpeza e adequação para o recebimento de visitantes.

Essas iniciativas evidenciam que o produto “Herança Histórica: Guaraciaba e seus patrimônios culturais”, assim como as ações formativas associadas a ele atuaram como catalisadores de um processo de mobilização social em torno do patrimônio cultural de Guaraciaba, estimulando o reconhecimento comunitário de seu valor histórico e artístico e contribuindo para consolidar uma rede de proteção social e institucional em torno do bem. Percebe-se, ainda, que se busca atribuir novos significados ao patrimônio, por meio de visitas, utilização do espaço para eventos, como Terreiro Cultural, entre outras ações.

Além disso, a dissertação de mestrado, juntamente com o produto final, chamou a atenção de outros profissionais, que passaram a produzir materiais semelhantes: a autora Carmem Guimarães Lourenço (1999) prepara uma nova edição de seu livro, enquanto Nilton de Aquino⁶, vem reunindo registros históricos com intuito de preservar a história e a memória do município.

Portanto, a integração entre dissertação e o produto não apenas revelou a pertinência do mestrado profissional, mas também abriu possibilidades para que o conhecimento produzido em contextos locais seja transformado em ferramentas educativas capazes de promover a cidadania cultural, a valorização da memória coletiva e a interação entre Academia e comunidade, entre conhecimento científico e popular. E, principalmente, serviu de catalisador para que a comunidade Guaraciabense se envolvesse com a preservação de seus patrimônios culturais.

Conclusão

A experiência com a dissertação e o produto “Herança Histórica: Guaraciaba e seus patrimônios culturais” evidenciou que a preservação do patrimônio cultural vai além do que estabelecem as legislações, posto que é preciso, também, a articulação entre envolvimento comunitário e políticas públicas. Além disso, demonstrou como o mestrado profissional pode

⁶ Nilton de Aquino Andrade é contador de formação, defensor da cultura e da história de Guaraciaba. É o criador do blog Nilton de Aquino Andrade.

gerar impactos concretos quando associado a ações práticas, ampliando o acesso ao conhecimento, fortalecendo vínculos identitários, estimulando a educação patrimonial e valorizando tanto o saber formal quanto o conhecimento popular.

Percebeu-se que o estímulo à educação patrimonial nas escolas, associado à ampliação do acesso à informação por meio do produto “Herança Histórica...” foi além de sua função pedagógica, consolidando-se como catalisador de um processo mais amplo de mobilização social em torno da memória coletiva e da identidade cultural. Os desdobramentos observados - desde visitas escolares e iniciativas de preservação até a articulação de agentes culturais - evidenciam que o conhecimento científico, quando compartilhado adequadamente e apropriado pela comunidade, revela um efetivo potencial transformador.

Assim, a experiência reforça a relevância do mestrado profissional como modelo acadêmico voltado à integração entre teoria e prática, saber formal e saber popular. Mais do que um estudo de caso, este trabalho apresentou um caminho para que a produção acadêmica ultrapasse as barreiras físicas das universidades e contribua efetivamente para a valorização do patrimônio cultural, para a formação cidadã e para a construção de vínculos identitários capazes de sustentar os patrimônios do município.

Ressalta-se, ainda, que o produto objetivou um passo importante em direção à valorização dos patrimônios culturais de Guaraciaba, principalmente por ter contribuído para despertar na comunidade uma maior consciência de seus bens. Contudo, para que a preservação se consolide, é fundamental que a comunidade assuma seu protagonismo nesses processos, participando ativamente de suas escolhas e da conscientização sobre a importância destes para a comunidade, tendo seus saberes e vivências reconhecidos como dimensões legítimas e enriquecedoras da construção do conhecimento histórico e da prática de preservação patrimonial.

Referências

- BRUSADIN, Leandro Benedini. **O Poder Simbólico do Patrimônio no Turismo: a “memória-imaginário” da Inconfidência Mineira sob o âmbito da História Cultural.** Patrimônio e memória, São Paulo, Unesp, v. 14, n.1, p. 202-221, jan-jun. 2018.
- CHOAY, Françoise. **A Consagração do Monumento Histórico.** In: A alegoria do patrimônio. São Paulo: Edições 70, 2004, p. 11-143.
- FLORENCIO, Sonia Rapim. Educação Patrimonial: um processo de mediação.
- TOLENTINO, Atila Bezerra (org.). In: **Educação Patrimonial: reflexões e práticas.** João Pessoa. Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.p.22-29. Caderno Temático 02.

GRAMMONT, Anna Maria de (2006). A Construção do Conceito de Patrimônio Histórico: Restauração e Cartas Patrimoniais. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Vol. 4 N° 3 págs. 437-442. 2006. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/4306/PS110306.pdf>> Acesso em: 09 set. 2025.

GREGORY, Julia Leite. **O Processo de patrimonialização dos monumentos históricos: a casa do morro de cruzeiro do sul/RS**. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1553/1/2016JuliaLeiteGregory.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf> Acesso em: 22 set. 2025.

LOURENÇO, Carmem Guimarães. **Fragmentos Históricos e Sociais. Guaraciaba, MG**. Ed. Folha de Viçosa Ltda. 1999. 188p.

OLIVEIRA, Luciana Aparecida de. **Embaraço patrimonial: o caso da Fazenda Limeira no município de Guaraciaba, MG**. 261 f. Dissertação (Mestrado profissional em patrimônio cultural paisagens e cidadania) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2023.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.200 - 212. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2025.

SCHEID, Guilherme; MATOS, Eloiza Aparecida Silva Avila de; CARMO, Julio Cesar Botega do. Educação Patrimonial e Educação não Formal Mediados por Mobile Learning. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 49, 2024. DOI: 10.1590/2175-6236133030vs01. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/133030>. Acesso em: 12 set. 2025.

ENTRE O LAGO E A LEI: a Colônia de Pescadores Porto Real Z-4 em Porto Nacional-TO

Meire Vânia Ferreira Araújo Guimarães
Marcelo Santos Rodrigues

Introdução

A história das colônias de pescadores no Brasil está intimamente vinculada à evolução das políticas públicas voltadas ao trabalho e à organização sindical durante o século XX. Desde o período do Estado Novo, quando o governo Vargas instituiu um sistema corporativo de controle e representação das categorias laborais, a pesca artesanal foi incorporada à estrutura sindical oficial. O Decreto-Lei n.º 221/1967 consolidaria posteriormente essa tendência, integrando os pescadores a um regime de tutela estatal que, ao mesmo tempo que regulamentava a profissão, também delimitava suas formas de mobilização (Diegues, 1983).

Entretanto, a criação dessas colônias não pode ser compreendida apenas como instrumento de controle político. Nas margens dos rios, nas enseadas e nas pequenas comunidades costeiras, as colônias se converteram em espaços de solidariedade, de resistência e de afirmação de identidades locais. Foram, e ainda são, lugares de encontro entre o saber tradicional e as exigências modernas da legislação, entre a vida comunitária e o aparato burocrático do Estado.

Nessa perspectiva, as colônias expressam um fenômeno que poderíamos chamar de territorialização da cidadania – o momento em que o direito social deixa de ser abstração jurídica e se enraíza em um território concreto, habitado por trabalhadores que o constroem cotidianamente com suas mãos e sua memória.

Situada às margens do majestoso rio Tocantins, a cidade de Porto Nacional nasceu e se desenvolveu em íntima comunhão com as águas. Muito antes de sua fundação colonial, o rio já

era caminho, alimento e abrigo para os povos originários que habitavam suas margens – Karajá, Xerente, Javaé e tantos outros que, em suas embarcações de casca de árvore, navegavam o curso das águas com sabedoria ancestral.

Com a chegada dos colonizadores portugueses e o trabalho compulsório dos africanos escravizados, o Tocantins converteu-se em rota de comércio, via de transporte e fonte de sustento, garantindo a sobrevivência das populações ribeirinhas. O rio foi, ao longo dos séculos, eixo de vida e de memória, moldando não apenas a economia local, mas também o imaginário e o modo de ser do povo do norte goiano.

No presente, já em território tocantinense, o mesmo rio – agora represado e transformado em lago – continua a alimentar as comunidades de pescadores que herdaram essa longa tradição de trabalho e convivência com a natureza. A Colônia de Pescadores Porto Real Z-4 surge, portanto, como herdeira e guardiã dessa relação milenar entre o homem e as águas, expressão contemporânea de uma história que se estende dos povos indígenas à formação do Brasil moderno.

O problema histórico que orienta este estudo é: como a Colônia Z-4 reflete as transformações do trabalho e da organização social da pesca artesanal em Porto Nacional desde o início do século XXI?

A relevância histórica dessa investigação reside em dois níveis complementares. No plano regional, o estudo contribui para a história do Tocantins, evidenciando como as populações ribeirinhas de Porto Nacional estruturaram, ao longo do tempo, formas próprias de organização, sociabilidade e resistência. No plano nacional, integra-se à história das políticas pesqueiras brasileiras, marcadas pela tensão entre modernização, controle estatal e preservação da pesca artesanal como patrimônio cultural e modo de vida.

Essa investigação, ancorada no diálogo entre História Social e História Oral, propõe-se também a valorizar a memória como documento e a escuta como método.⁷

A pesquisa foi desenvolvida entre 2020 e 2022, com base em entrevistas com dirigentes e associados, observação direta e consulta a documentos administrativos da entidade. A abordagem combina História Social e História Ambiental, buscando compreender a colônia

⁷ As entrevistas realizadas entre 2020 e 2022 foram registradas em áudio e transcritas para o acervo interno da Colônia Z-4, compondo um pequeno arquivo comunitário que reúne narrativas orais, atas, fotografias e correspondências. Esse conjunto, mantido pelos próprios pescadores, constitui fonte primária de inestimável valor histórico e demonstra como comunidades populares constroem seus próprios espaços de memória, mesmo à margem das instituições arquivísticas formais.

como expressão das continuidades e rupturas da vida ribeirinha no norte goiano-tocantinense. Assim, o estudo da Colônia Z-4 ultrapassa o âmbito local, inserindo-se no campo mais amplo das discussões sobre trabalho, território e cidadania ambiental no Brasil contemporâneo.

A investigação que sustenta este capítulo desenvolveu-se entre 2020 e 2022, e encontrou na História Oral um caminho metodológico e ético de aproximação com os sujeitos da pesquisa. As entrevistas realizadas com pescadores e pescadoras associados à Colônia Porto Real Z-4 constituíram mais do que simples registros de memória: foram momentos de escuta, diálogo e reconhecimento mútuo.

Como lembra Paul Thompson (1992, p. 44), a História Oral “transforma objetos em sujeitos e amplia o campo da História, devolvendo a palavra aos que até então foram silenciados pela escrita oficial”. Em Porto Nacional, onde a vida ribeirinha se desenrola entre o rumor do vento e o som das águas, a oralidade surge como arquivo vivo: é na voz dos pescadores que se preservam as práticas, os aprendizados e as lembranças de um mundo quase sempre ausente dos arquivos públicos.

Seguindo as reflexões de José Carlos Sebe Bom Meihy (2005), entendemos a História Oral como um processo que se completa na partilha – um ato de construção coletiva da narrativa, em que a memória individual se converte em testemunho social. Também Verena Alberti (2005) enfatiza que a entrevista oral, ao articular experiência e tempo vivido, permite compreender o passado “como continuidade e presença”, iluminando as tramas da cultura e do trabalho.

Em uma comunidade popular como a dos pescadores de Porto Nacional – que não dispõe de registros escritos sistemáticos –, a oralidade constitui fonte primária insubstituível para a pesquisa histórica. As vozes recolhidas não apenas complementam a escassez documental, mas a ressignificam, oferecendo acesso às representações e valores que organizam a vida cotidiana. Nessa perspectiva, a História Oral dialoga com as fontes oficiais (atas, relatórios, correspondências), mas amplia o seu alcance, revelando o que os documentos calam: a experiência do rio, do trabalho e da resistência.

Como observa Alessandro Portelli (1997, p. 24), “a subjetividade não é um erro, mas a própria condição da verdade oral”. O relato do pescador, portanto, é menos cronologia e mais testemunho: nele ressoam afetos, crenças e percepções do tempo. Essa tessitura de memórias, cotejada com as fontes institucionais, compõe o que Marieta de Moraes Ferreira (2002) chama de “campo expandido da História”, no qual a memória social e o território se entrelaçam.

Assim, a História Oral, nesta pesquisa, foi ao mesmo tempo método e reencontro, escuta e devolutiva. Permitiu que o tempo vivido – o das redes, das assembleias, das lutas e silêncios – se tornasse matéria da escrita histórica, conferindo voz e sentido àqueles que constroem, entre o lago e a lei, a memória viva do Tocantins.

Fundação e Consolidação da Colônia Z-4

A fundação da Colônia de Pescadores Porto Real Z-4, em 10 de fevereiro de 2005, representou o desfecho de um longo processo de amadurecimento coletivo entre os pescadores artesanais de Porto Nacional. Situada às margens do rio Tocantins – rio que há séculos nutre e organiza a vida ribeirinha –, a cidade sempre abrigou comunidades que tiraram do peixe não apenas o alimento, mas também a dignidade e o sentido do trabalho.

Os primeiros pescadores organizados na colônia eram, em sua maioria, homens e mulheres de origem humilde, descendentes de famílias que viviam há gerações nas margens do Tocantins. Entre eles, havia os que aprenderam a lançar as redes ainda na infância, observando o movimento das águas e o sopro do vento. Eram herdeiros de um saber transmitido pela oralidade, forjado na experiência e na convivência com o rio.

Muitos se reuniam nas varandas das casas simples do bairro Jardim Brasília, ou nas canoas improvisadas, discutindo os problemas da pesca, o preço do pescado, as restrições do defeso e, sobretudo, a ausência de reconhecimento profissional. A assembleia de criação ocorreu na Rua Duque de Caxias, n.º 292, no bairro Jardim Brasília, e teve como pauta principal a eleição e posse da primeira diretoria e a aprovação do estatuto social, documento que daria forma legal àquilo que já existia de maneira espontânea: uma fraternidade entre trabalhadores do rio.

Esse ato de fundação, embora singelo, carregava um profundo sentido simbólico. Era a primeira vez que os pescadores de Porto Nacional se viam reconhecidos como sujeitos de direito, capazes de organizar-se e de falar em nome próprio diante do Estado e da sociedade.

A posse dos membros eleitos para a diretoria ocorreu no mesmo dia, marcando oficialmente o início de uma nova etapa na vida dos pescadores. As reuniões iniciais, realizadas em espaços improvisados, traduziam o espírito comunitário que sempre caracterizou a pesca artesanal: decisões tomadas em conjunto, partilha de responsabilidades e o desejo de fortalecer a categoria diante das dificuldades cotidianas.

Em 2013, após anos de reivindicação, a entidade recebeu da Prefeitura Municipal de

Porto Nacional a doação de um terreno destinado à construção da sede própria. As obras começaram no ano seguinte e foram concluídas em 2015, erguendo às margens do lago um espaço que se tornaria centro de convivência, de aprendizado e de articulação política.

Mais que um edifício, a sede representou a “casa comum” dos trabalhadores do rio. Em suas paredes ecoam vozes, memórias e o som dos remos batendo na água. É ali que se realizam as assembleias, as capacitações, as reuniões com órgãos públicos e, sobretudo, as conversas informais que tecem a vida comunitária.

O ato de enraizamento simbólico

A construção da sede da Colônia Z-4 foi mais do que uma conquista material: representou um ato de enraizamento simbólico. Ao fincar os alicerces de concreto às margens do lago de Porto Nacional, os pescadores fincaram também sua própria história no território.

Cada parede erguida guardava significados: era o abrigo das reuniões, o local onde se guardavam os documentos, o gelo e as redes, mas também o espaço onde se afirmava o direito de existir. No gesto de construir com as próprias mãos, os pescadores atualizavam a velha relação entre o homem e o rio, transformando o trabalho em memória e a memória em pertença (LIMA, 2019, p. 64).

Para as comunidades ribeirinhas, o território nunca se define apenas por coordenadas geográficas, mas por uma trama de vínculos afetivos, espirituais e históricos. Nesse sentido, a sede materializa a territorialização da colônia: ela é a expressão física de uma comunidade que, antes dispersa entre barrancos e margens, passa a se reconhecer como corpo coletivo, como sujeito social e histórico.

O lago – outrora rio livre – e o edifício da colônia formam, assim, uma paisagem simbólica dupla: o espaço natural que dá vida e o espaço social que dá forma. Em meio a eles, a colônia se converte em lugar de memória (Nora, 1993), guardando em suas paredes não apenas redes e anzóis, mas também o testemunho silencioso de gerações que aprenderam a viver das águas e a resistir às suas mudanças.

Estrutura Organizacional e Participação

A Colônia de Pescadores Porto Real Z-4 foi concebida, desde a sua fundação, como espaço de representação e amparo coletivo. Seu desenho institucional obedece às exigências legais impostas às entidades de classe – diretoria executiva, conselho fiscal e assembleia geral

–, mas o modo como tais instâncias ganham vida no cotidiano revela uma gramática própria, feita de experiência, memória e vínculos morais entre trabalhadores do rio. Em outras palavras, a Z-4 é, simultaneamente, instituição jurídica e comunidade de destino.

Categorias de associados e princípio de pertença

O estatuto aprovado na assembleia de 10 de fevereiro de 2005 organiza os membros em quatro categorias: efetivos, cooperadores, honorários e remidos. Os efetivos constituem o núcleo decisório – pescadores e pescadoras em atividade, com documentação regular e contribuição em dia. Os cooperadores não exercem necessariamente a pesca, mas contribuem com o trabalho coletivo (mutirões, reparos, organização de cursos). Os honorários são reconhecidos por serviços relevantes à categoria; e os remidos – geralmente veteranos da pesca – preservam voz e memória, mesmo quando o corpo já não acompanha a lida.

Esse arranjo estatutário é menos um quadro fixo do que um ciclo de vida da pertença: ingressa-se como efetivo, coopera-se nos interstícios, reconhece-se serviços prestados, rememora-se ao final. A pertença, aqui, não é meramente formal; é reconhecimento recíproco, gesto de confiança e filiação a um modo de vida. Como sintetizou um associado: “A gente não entra só na colônia; a gente entra na história” (Entrevista, pescador associado, 2021).

Diretoria, eleição e autoridade moral

A diretoria – presidência, vice, secretaria e tesouraria – é eleita em assembleia por voto direto. O rito cumpre as prescrições normativas, mas a legitimidade, no cotidiano, nasce de outra fonte: a reputação. Entre os pescadores, autoridade não se decreta; constrói-se. Pesa a trajetória, o saber sobre o rio, a capacidade de mediação e o “faro” para a boa decisão. É o que poderíamos chamar de capital simbólico da experiência, aquele que se acumula “no corpo e na memória” do trabalhador (Bourdieu, 1980).

A liderança que prevalece é, portanto, relacional. Não reside só no cargo, mas no reconhecimento dos pares – reconhecimento que pode consolidar, sustentar e, quando necessário, corrigir rumos. Em períodos de conflito, a palavra do mais antigo, do mais “sabido de água”, tende a acalmar a maré. Nas palavras de uma associada: “Quem entende de vento e de tempo entende de gente – e a gente escuta” (Entrevista, associada da Z-4, 2021).

Assembleias: forma, voz e ritual de escuta

As assembleias mensais constituem o coração político da Z-4. Não há formalismo excessivo: pauta anunciada, leitura das pendências, informes, debate, deliberação. Mas há, sobretudo, circulação de voz. A palavra dá volta ao galpão como remo em água mansa; cada intervenção ajusta o rumo da canoa coletiva. Questões recorrentes – documentação, defeso, preço do pescado, manutenção de equipamentos – são discutidas à luz das urgências de cada família.

A dinâmica deliberativa guarda afinidades com o que E. P. Thompson (1987) chamou de experiência de classe: consciência que não nasce da doutrina, mas da prática partilhada. No caso da Z-4, a experiência é dupla: do trabalho e do território. “A lei manda, mas o rio explica”, diz um dito que circula entre os mais antigos (Entrevista, pescador veterano, 2020). A assembleia é, assim, escola de cidadania ribeirinha, onde se aprendem a norma e o vento, o formulário e o remanso.

A assembleia é diferente de reunião qualquer. Aqui a gente fala do que não está escrito e do que está também. O que a lei não alcança, o rio ajusta; o que o rio exagera, a lei contém. Fica tudo no meio – a gente, tentando dar jeito, junto. (Entrevista, pescador associado, 2021)

Participação, ausências e a arte de governar o escasso

Como em tantas organizações populares, a participação oscila. Distância geográfica, tempo de trabalho e descrença em políticas públicas explicam ausências. Em períodos eleitorais ou de liberação de benefícios, a frequência cresce; em meses de calma, cai. O resultado é um padrão de intermitência que desafia a continuidade administrativa. Ainda assim, a Z-4 preserva um núcleo ativo – mulheres e veteranos em especial – que sustenta a rotina (atas, ofícios, prestação de contas, pequenos consertos).

A transparência financeira aparece como valor e horizonte. Quando há desencontro entre expectativa e caixa, o galpão vira auditório moral: explicam-se contas, abrem-se pastas, expõem-se custos de luz e manutenção. Não raro, decisões difíceis são tomadas à vista de todos – reduzir produção de gelo, adiar reparos, priorizar demandas urgentes. É a arte de governar o escasso, em que consenso possível vale mais do que solução perfeita.

Representação externa e mediação com o Estado

Entre o lago e a lei, a colônia assume papel de intérprete. Traduz o idioma do formulário ao dialeto do cais; leva a queixa do cais ao protocolo do gabinete. Essa mediação –

documentação para o seguro-defeso, regularização de carteiras, diálogo com órgãos ambientais – é, ao mesmo tempo, serviço e escudo. Quando políticas mudam, é no galpão que se decifra o que muda na vida.

A presença da colônia em conselhos e reuniões técnicas reforça sua função de voz coletiva. Nesses espaços, o argumento ribeirinho – prudente e concreto – enfrenta racionalidades às vezes alheias ao território. A Z-4 busca, então, repolitizar a paisagem: lembrar que o lago é produto de decisão humana e que, por isso, deve conter justiça para os que dele dependem.

Pedagogia institucional: aprender fazendo, decidir convivendo

Do ponto de vista da cultura política, a Z-4 pratica uma pedagogia institucional: aprender fazendo, decidir convivendo. Oficinas de documentação, cursos breves, partilha de saber técnico (conservação, manejo, segurança no lago) compõem microprocessos formativos. Não é raro que mulheres assumam a dianteira, puxando listas, checando CPFs, organizando dossiês. A economia do cuidado – tantas vezes invisível – aparece aqui como motores de continuidade.

Essa pedagogia não dispensa a tradição. Ao contrário: a apoia. O saber do mais antigo, o mapa de memória dos “pontos de peixe”, o calendário de ventos e luas, tudo isso entra na decisão institucional. O estatuto dá forma; a tradição dá lastro. E a vida comum, entre uma e outra, dá sentido.

Síntese: instituição de papel, comunidade de água

A Z-4 é instituição de papel (estatuto, atas, livros-caixa) e comunidade de água (memória, ofício, cooperação). A liderança é mandato, mas é também exemplo; a assembleia é rito, mas é também escuta; a prestação de contas é planilha, mas é também confiança. É nessa tessitura – onde norma e costume se tocam – que a colônia encontra sua força.

Se a modernização trouxe burocracias frias, a Z-4 respondeu com calor comunitário. Se o lago impôs silêncios, a assembleia devolveu palavra. Se a economia empurra ao atravessador, a colônia insiste na solidariedade. Em suma: entre o dever do papel e o dever do rio, a Z-4 faz caber o direito de existir.

O Trabalho, o Defeso e as Dificuldades Cotidianas

O trabalho da pesca artesanal é, por natureza, incerto e sazonal. A alternância entre fartura e escassez, entre o tempo da cheia e o da seca, define o ritmo da vida dos pescadores. A legislação ambiental, ao instituir o período do defeso, procurou proteger as espécies durante o ciclo reprodutivo, mas também gerou novas formas de dependência e vulnerabilidade social.⁸

Para a maioria dos associados da Colônia Z-4, o seguro-defeso é a principal fonte de renda no período em que a pesca é proibida. Criado pela Constituição de 1988 e regulamentado na década de 1990, o benefício garante ao pescador artesanal um salário mínimo mensal durante o defeso. No entanto, o acesso ao programa exige regularidade documental, comprovação de atividade e atualização cadastral – exigências difíceis de cumprir para uma população que vive à margem da formalidade.

As entrevistas realizadas entre 2020 e 2022 revelaram que muitos pescadores enfrentam atrasos nos pagamentos, indeferimentos e dificuldades de acesso digital. O sentimento de insegurança é constante: o benefício que deveria assegurar a subsistência transforma-se, frequentemente, em promessa incerta. “A gente depende do defeso, mas o defeso nem sempre depende da gente.” (Entrevista, pescador associado, 2021).

Essa relação tensa entre Estado e comunidade expressa o que E. P. Thompson (1987) chamou de economia moral: um sistema de valores que regula as expectativas de justiça e reciprocidade. Os pescadores acreditam que o Estado tem o dever de protegê-los, porque eles próprios protegem o rio. Quando o benefício falha, rompe-se não apenas o equilíbrio financeiro, mas a confiança simbólica que sustenta a relação entre política e sobrevivência.

Além do problema do defeso, há a precariedade das condições de trabalho. A maioria dos associados da Z-4 utiliza embarcações pequenas, com motores antigos, e trabalha em duplas ou trios. O custo do combustível e dos materiais – redes, anzóis, gelo – consome boa parte da renda. A ausência de crédito acessível e de políticas de incentivo específicas obriga os pescadores a recorrer a atravessadores, que compram o peixe a preços inferiores aos de mercado. Assim, o lucro da produção artesanal se esvai no caminho entre o lago e a cidade.

As transformações ambientais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, concluída no início dos anos 2000, alteraram profundamente o ecossistema

⁸ O seguro-defeso foi instituído pela Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inciso II) e regulamentado por portarias e decretos que asseguram ao pescador artesanal o direito de receber benefício financeiro durante o período de proibição da pesca para reprodução das espécies. Trata-se de uma política de compensação social que alia proteção ambiental e segurança de renda, mas cuja operacionalização ainda apresenta falhas administrativas, especialmente nas regiões interiores do país.

local. O antigo rio Tocantins, de curso livre, converteu-se em lago de águas represadas. Espécies tradicionais, como o surubim e a piabanha, tornaram-se escassas; o ritmo natural das cheias desapareceu; e os pontos tradicionais de pesca foram submersos. Muitos pescadores relatam que o “rio ficou parado” – e, com ele, parte de suas vidas.

Essas mudanças produziram um sentimento difuso de deslocamento e perda. O lago trouxe modernidade e energia, mas tirou do povo ribeirinho a mobilidade, a referência e o sustento. A paisagem mudou, e com ela, a memória. O pescador passou a se ver cercado por um mundo de restrições: ambientais, econômicas e políticas.

A Colônia Z-4 tenta, dentro de suas possibilidades, mitigar essas dificuldades. Organiza mutirões, orienta os associados sobre documentação, intermedeia contato com órgãos públicos e busca parcerias para cursos de capacitação. Todavia, seus recursos são limitados, e muitas iniciativas esbarram na falta de apoio institucional. Ainda assim, a colônia funciona como espaço de sociabilidade e esperança.

A pesca artesanal, em Porto Nacional, continua sendo uma atividade de resistência. O pescador vive sob a constante tensão entre a norma e a necessidade. O respeito à natureza não é imposição legal, mas herança cultural. A consciência ambiental nasce da convivência e do cuidado, não do temor à multa.

Nessa perspectiva, a colônia representa a tentativa de equilibrar dois mundos: o mundo da lei e o mundo da água. O primeiro exige relatórios, carteiras e certidões; o segundo exige saberes, ventos e marés. Entre ambos, o pescador constrói sua sobrevivência e sua dignidade.

O cotidiano da Z-4 revela, assim, um drama maior: o de um país que reconhece o pescador como trabalhador apenas quando ele se torna beneficiário, e não enquanto produtor de cultura e alimento. A invisibilidade social persiste – mas, nas margens do lago, entre redes e remos, os pescadores reafirmam, dia após dia, a força de um ofício que resiste às marés da modernização.

A partir de 2009, com a promulgação da Lei nº 11.959, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, o ordenamento jurídico da atividade foi profundamente reformulado (BRASIL, 2009). A nova legislação redefiniu competências, descentralizou atribuições e buscou integrar as dimensões ambiental, produtiva e social do setor, instituindo também o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) como instrumento de controle, planejamento e regularização.

Na prática, contudo, as alterações normativas produziram tensões entre a formalidade

estatal e a realidade empírica da pesca artesanal. O processo de recadastramento nacional, a exigência de documentação digital e o cruzamento de dados entre diferentes ministérios provocaram exclusões temporárias de milhares de pescadores, sobretudo em regiões interiores, como o Tocantins. Para os associados da Colônia Porto Real Z-4, a nova regulamentação significou tanto uma tentativa de reconhecimento institucional quanto um agravamento das barreiras burocráticas.

Diversos relatos apontam que a transição para o novo modelo de cadastro coincidiu com atrasos no pagamento do seguro-defeso e indeferimentos de registros. Em depoimento, um dos pescadores afirmou: “Agora tem computador pra tudo, mas o pescador não tem nem internet” (Entrevista, pescador associado, 2021).

Esse descompasso entre norma e prática reflete o que Martins (2008) denomina “modernização desigual”: o Estado incorpora instrumentos administrativos sofisticados, mas não garante as condições sociais para seu pleno acesso. Assim, embora a Lei nº 11.959/2009 tenha representado um avanço conceitual ao reconhecer a pesca artesanal como atividade estratégica para o desenvolvimento sustentável, sua implementação revelou limites estruturais na efetivação dos direitos sociais dos trabalhadores do rio.

Infraestrutura e Sustentabilidade Econômica

A infraestrutura da Colônia de Pescadores Porto Real Z-4 constitui, ao mesmo tempo, um avanço e um desafio. Desde sua fundação, os associados sonhavam com a autonomia material da entidade, imaginando um espaço capaz de abrigar a produção, o armazenamento e a comercialização do pescado. O sonho concretizou-se parcialmente com a construção da sede e, posteriormente, com a instalação de uma câmara frigorífica e de uma máquina de gelo – conquistas obtidas com o apoio de programas públicos e municipais de incentivo à pesca artesanal.

A câmara frigorífica foi concebida como instrumento de valorização do produto, permitindo ao pescador conservar o peixe e negociar preços mais justos, sem depender do atravessador. A máquina de gelo, por sua vez, representou a possibilidade de autonomia logística. No entanto, a realidade mostrou-se mais complexa do que o planejamento inicial sugeria.

Os custos de manutenção, a conta de energia elétrica e a necessidade de gestão técnica revelaram-se obstáculos constantes. A produção de gelo, que exigia operação diária e consumo

elevado de energia, acabou tornando-se insustentável em determinados períodos, levando à paralisação do equipamento. A câmara frigorífica, embora útil, permaneceu subutilizada devido à escassez de capital de giro e à falta de organização coletiva para a comercialização do pescado. “O gelo e o peixe estão nas nossas mãos, mas o dinheiro, não.” (Entrevista, pescador associado, 2021).

Esse quadro ilustra o paradoxo da modernização periférica: o avanço técnico chega às comunidades ribeirinhas sem o devido suporte financeiro e educacional. O resultado é uma modernização fragmentada, que introduz novas dependências em vez de promover autonomia. Como observa Martins (2008, p. 44), “O progresso técnico, quando descolado das realidades culturais e sociais do trabalhador, tende a reproduzir a desigualdade em novas formas.”

A colônia procurou adaptar-se. Alguns associados passaram a utilizar o gelo para abastecer comerciantes locais, outros compartilharam a câmara frigorífica para armazenamento comunitário. A solidariedade substituiu a planilha, e a improvisação tornou-se forma de gestão. Essa capacidade de reinvenção traduz a sabedoria prática dos pescadores, que, diante da escassez, fazem do mínimo um modo de sobrevivência.

A economia da colônia, de modo geral, baseia-se em contribuições mensais simbólicas, eventuais doações e pequenos repasses de convênios públicos. A irregularidade das receitas limita a atuação institucional, mas também preserva um traço de autonomia: a Z-4 sobrevive mais pela coesão moral de seus membros do que pela dependência de recursos externos.

Gênero, Permanência e Reconhecimento Social

A presença feminina na Colônia Porto Real Z-4 é expressiva e, ao mesmo tempo, silenciosa. Das mais de oitenta pessoas cadastradas, dezenove são mulheres – muitas delas companheiras de pescadores, outras pescadoras por direito próprio. Seu papel, contudo, vai muito além da estatística: elas são as guardiãs da ordem cotidiana, as mediadoras entre o lar e a instituição, as administradoras invisíveis de uma economia de subsistência.

Na maior parte do tempo, são elas que registram as informações, preenchem formulários, conferem documentos e cuidam das relações burocráticas com os órgãos públicos. Quando o seguro-defeso atrasa, são as primeiras a procurar respostas; quando há cursos ou reuniões, são as mais assíduas. “A pesca é do meu marido, mas o sustento é da família; o rio é de todos nós.” (Entrevista, associada da Z-4, 2021)

Essa frase traduz a ideia de que o trabalho pesqueiro é também uma economia do

cuidado, onde a sobrevivência não se separa da solidariedade. A realidade vivida nas margens do Tocantins desmente a exclusão simbólica: as mulheres pescadoras exercem múltiplas funções – trabalham, educam, administram e sustentam o elo moral da comunidade.

Como observa Scott (1988, p. 45), “O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e é também uma forma primária de dar significado às relações de poder.”

Na Colônia Z-4, essa relação manifesta-se de forma sutil, mas constante. A atuação das mulheres revela uma sociabilidade que equilibra o cotidiano e a estrutura. Elas ocupam o espaço simbólico da continuidade, tornando-se a memória viva do grupo.

Essa presença feminina e a persistência do trabalho artesanal revelam que a colônia se enraíza num universo de relações solidárias, onde o cotidiano se molda tanto pela experiência social quanto pelas condições naturais do território. É a partir desse vínculo profundo com o meio que se pode compreender também a dimensão ambiental da vida ribeirinha.

A dimensão ambiental: o lago como memória e transformação

O represamento do rio Tocantins, no início dos anos 2000, representou um marco de ruptura ecológica e simbólica.⁹ O que antes era correnteza, várzea e cheia, transformou-se em superfície imóvel, de águas represadas e margens reconfiguradas. A conversão do rio em lago, realizada em nome da modernidade técnica e da produção de energia, alterou ecossistemas, itinerários, espécies e modos de vida.

Do ponto de vista da História Ambiental, essa transição não deve ser lida apenas como processo físico, mas como mutação de longa duração nas relações entre sociedade e natureza. A paisagem natural torna-se paisagem histórica – resultado da ação humana mediada por tecnologia e poder político. O lago de Porto Nacional, nesse sentido, é uma paisagem híbrida: produto da engenharia e, ao mesmo tempo, espaço de memória.

Como observa Donald Worster (1991), a História Ambiental propõe que o ambiente seja compreendido não como cenário, mas como ator histórico – um agente capaz de influenciar comportamentos, crenças e estruturas econômicas. O Tocantins, convertido em lago, passou a

⁹ O represamento do Tocantins decorre da construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, concluída em 2001, como parte do Plano Decenal de Expansão Energética. A obra inundou cerca de 630 km² entre Lajeado e Miracema, deslocando populações ribeirinhas e alterando ecossistemas locais. O caso é emblemático do tipo de modernização energética analisado por Pádua (2002) e Worster (1991), que discutem o impacto das tecnologias sobre os regimes ecológicos e sobre as culturas locais dependentes dos rios.

exercer esse papel duplo: é obstáculo e sustento, perda e promessa. Já José Augusto Pádua (2002) lembra que, no Brasil, a crítica ambiental surgiu do confronto entre o ideal de progresso e a consciência do limite ecológico, movimento que se repete aqui, quando a modernização energética engendra novas formas de desigualdade.

Na experiência dos pescadores da Colônia Porto Real Z-4, o lago é simultaneamente recurso e recordação. As entrevistas revelam que, ao mesmo tempo em que o represamento gerou escassez de espécies e mudança nas rotas de pesca, ele também produziu novas práticas adaptativas, novos “saberes de vento e de margem”. O rio deixou de ser caminho e passou a ser espelho – refletindo, nas águas paradas, as contradições do tempo moderno.

A História Ambiental permite, assim, compreender a trajetória da colônia em chave mais ampla: como um processo de adaptação e resistência ecológica, em que o trabalhador artesanal negocia, dia após dia, a sobrevivência entre o natural e o artificial. O lago é testemunha e metáfora – um arquivo de lembranças e de permanências, onde o trabalho humano continua a reinventar sua forma de existir.

Entre o Lago e a Lei: Conclusão

A Colônia de Pescadores Porto Real Z-4 é mais que uma instituição: é uma forma de permanência histórica. Sua existência materializa as contradições e esperanças de uma classe trabalhadora que, ao longo do século XXI, segue lutando pelo direito de existir entre as margens do Estado e da natureza.

A trajetória da Z-4 evidencia as tensões entre a promessa de cidadania e as realidades da sobrevivência. De um lado, a colônia está inserida em um sistema de dependência estatal – dos programas de incentivo, dos benefícios previdenciários e das políticas de desfo. De outro, é sustentada por uma autogestão frágil, nascida da solidariedade e do esforço coletivo.

Mesmo diante das dificuldades administrativas e das transformações ambientais trazidas pelo represamento do Tocantins, a Z-4 reafirma diariamente sua função moral: ser a voz dos que vivem do rio. A sede, às margens do lago, simboliza a permanência dessa luta – o gesto concreto de uma comunidade que se enraíza, que transforma o chão em território e o território em história. “Entre o lago e a lei, o pescador navega; entre o trabalho e a memória, ele permanece.”

Do ponto de vista historiográfico, a Colônia Z-4 permite compreender a pesca artesanal como forma de resistência cultural e econômica, inscrita na História Ambiental como exemplo

de adaptação e persistência. O rio, transformado em lago, não deixou de ser espaço de vida; apenas mudou sua forma, exigindo novas estratégias de sobrevivência.

Entre o lago e a lei, entre a tradição e a modernidade, entre o Estado e a liberdade, resiste o pescador – e com ele, a memória de um Brasil que ainda se alimenta de suas águas e de sua esperança. Compreender a Colônia Z-4 é compreender a continuidade das formas populares de organização do trabalho no Brasil, onde o território e a experiência social se entrelaçam para produzir sentidos de comunidade e resistência.

Referências

- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ATAS da Colônia Z-4 (2001–2005; 2013–2015; 2019–2022). Arquivo institucional interno.
- BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980.
- BRASIL. **Decreto-Lei n.º 221, de 28 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca. Brasília, 1967.
- BRASIL. **Lei n.º 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Brasília, 2009.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1983.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História oral, memória e tempo presente**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1993.
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786–1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- SCOTT, Joan. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WORSTER, Donald. **Nature's Economy: A History of Ecological Ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- PORTELLI, Alessandro. **The Battle of Valle Giulia: Oral History and the Art of Dialogue**. Madison: University of Wisconsin Press, 1997.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

OS IMPASSES DA CONCRETIZAÇÃO DO PRODUTO NOS MESTRADOS E DOUTORADOS PROFISSIONAIS EM HISTÓRIA E COMO ELES INTERFEREM NO ENSINO, PESQUISA E DIFERENCIAL NAS COMUNIDADES

Margit Arnold Fensterseifer
Eliana Rela

Introdução

O produto resultante das dissertações e teses de programas profissionais atravessa as paredes acadêmicas e se projeta como um instrumento, permitindo experiências em ensino e possibilitando que os dados gerados cheguem ao público. Portanto, o produto fará a diferença nos locais de atuação dos mestres e doutores, mesmo quando ainda são discentes destes cursos. No entanto, o produto precisa estar alicerçado em aportes teóricos, que fundamentam os resultados. Este objeto é idealizado na escolha inicial da problemática de pesquisa. No entanto, de modo frequente encontra impasses de ordem prática e em especial financeiras. A definição final, nem sempre, é resolvida na qualificação e acaba sendo um desafio ao pós-graduando.

A análise a que se propõe este artigo parte de dois estudos de caso (Dissertação e tese em História), descrevendo os desafios gerados na escolha de um produto, resultante dos aportes teóricos e seus desdobramentos nos lugares contemplados. No primeiro caso o produto solicitado foi um fichamento de inventário para a cidade de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, já que não existia um modelo adequado no plano diretor. O objeto para a aplicação prática da tabela foi a Antiga Vila Ferroviária KM2 pertencente ao tronco sul (também conhecido como Roteiro Ferrovia do Vinho) das linhas férreas gaúchas e que atualmente está em desuso. No

segundo caso, a ideia inicial era desenvolver um documentário do Moinho Melatti (município de Fagundes Varela) a partir dos depoimentos de Egydio Melatti, octogenário e com capacidade de memória excelente. No entanto, devido ao impasse financeiro do documentário, este não foi possível. Na qualificação o produto sugerido e gerado foi um inventário e consequente decreto lei que estabelece o imóvel como Inventário Municipal. A fim de materializar este produto foi necessário abrir um processo junto ao poder municipal solicitando a aprovação por decreto lei com o objetivo de salvaguardar esta edificação como patrimônio da comunidade do município de Fagundes Varela, Rio Grande do Sul. Torna-se importante, nestes casos, entender como surgem estas demandas, a partir da temática escolhida e das necessidades do local onde é realizada a pesquisa. Finalmente, demonstrar como estes produtos encontraram respostas positivas nas comunidades em que foram apresentadas, por vezes, antecipando a aprovação da dissertação e tese. As conclusões, também, são resultantes de observações pessoais e retornos das comunidades diretamente envolvidas.

Produto da Dissertação: Modelo-Ficha

A demanda da prefeitura de Bento Gonçalves era a necessidade de construir tópicos para que os profissionais envolvidos¹⁰ em intervenções e restauros em patrimônios históricos pudessem seguir uma metodologia descritiva das edificações e sítios históricos a serem avaliados pelo poder público, no caso o IPURB (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano) e em sequência ao COMPAHC (Conselho Municipal de Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural).

O produto resultante da dissertação em Mestrado Profissional em História da UCS (Universidade de Caxias do Sul) foi, então, elaborar uma ficha técnica de inventário para edificações históricas e sítios históricos. O produto: “Modelo-ficha” foi materializado pois os existentes, inicialmente do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) são muito complexos uma vez que focam em processos de tombamento, em segundo lugar o inventário¹¹ com possível processo sequente de tombamento do IPHAE (Instituto de

¹⁰ Pela Resolução CAU/BR N° 21, de 5 de abril de 2012, todos os profissionais com diploma de Arquiteto e Urbanista podem trabalhar com patrimônios históricos edificados, no entanto nem todos são especialistas (ou realizaram curso, ou práticas) para atuar nesta modalidade. Disponível em https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Atribuicoes_CAUBR_06_2015_WEB.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2016.

¹¹ A ficha técnica de preservação de edificações históricas foi fornecida a esta pesquisadora, em visita a sede do instituto em Porto Alegre no ano de 2015;

Os impasses da concretização do produto nos mestrados e doutorados profissionais em história e como eles interferem no ensino, pesquisa e diferencial nas comunidades – Margit Arnold Fensterseifer & Eliana Rela

Patrimônio Histórico e Artístico Estadual) é simplificado contendo informações superficiais que não apresentam os valores intrínsecos dos objetos a serem descritos e conseqüentemente inventariados e preservados a nível estadual. A nível municipal alguns destes inventários em municípios pesquisados (estes documentos fazem parte dos planos diretores) são ainda mais resumidos são restritos a descrições iconográficas, isto é, levantamentos técnicos de arquitetura e urbanismo, não contendo aspectos históricos, políticos e socioeconômicos. A seguir a ficha de inventário modelo de alguns municípios da região que somente assinalam os valores, sem ter como aprofundar de modo descritivo corroborando o que está sendo registrado:

Figura 1 – Parte da Ficha de inventário do plano diretor da cidade de Fagundes Varela -RS

9- VALORES PARA INVENTARIZAÇÃO											
Arquitetônico	Referência	Construtivo	Paisagístico	Funcional	Legal						
Morfológico	x	Historiográfico	x	Técnico	x	Contextual	x	Uso Original	x	Federal	
Historiográfico	x	Antiguidade	x	Constituição	x	Conjunto	x	Reciclagem	x	Estadual	
Raridade	x	Bibliográfico	x	Risco	x	Cenográfico	x	Uso peculiar	x	Municipal	
Estruturante	x	Afetivo	x	Conservação	x	M. Visual	x				
Compatibilidade	x	Locacional	x								
Integridade	x	Grau de Valoração							22 pontos		

Fonte: Plano Diretor - Fagundes Varela (2016) - Preenchimento Moinho Melatti FV.

Percebe-se no plano diretor do município, no caso, Fagundes Varela, que não existe uma explicação teórica para estes termos e que a palavra, por exemplo, abreviada “M. Visual” pode ter várias interpretações como modelo visual, modo visual ou até mesmo manifestação Visual. Também, não consta no plano o parâmetro do somatório de pontos que determina à edificação patrimônio de salvaguarda, a soma no caso é de 22, conclusão esta que não reflete a importância do bem. Por isso, a relevância de descrições mais detalhadas do objeto a ser avaliado.

O registro, nomeado de Modelo-Ficha apresenta indicadores arquitetônicos e históricos e é um documento descritivo de avaliação de patrimônios materiais a serem preservados, diagnosticando características que os classifiquem como passíveis de inventário e possível tombamento. O modelo-ficha também contempla as relações sociais, culturais e técnico-construtivas que fizeram parte dos imóveis cabíveis de preservação, representativos de sua época.

A necessidade de um manual orientativo, junto ao modelo ficha, é interessante para

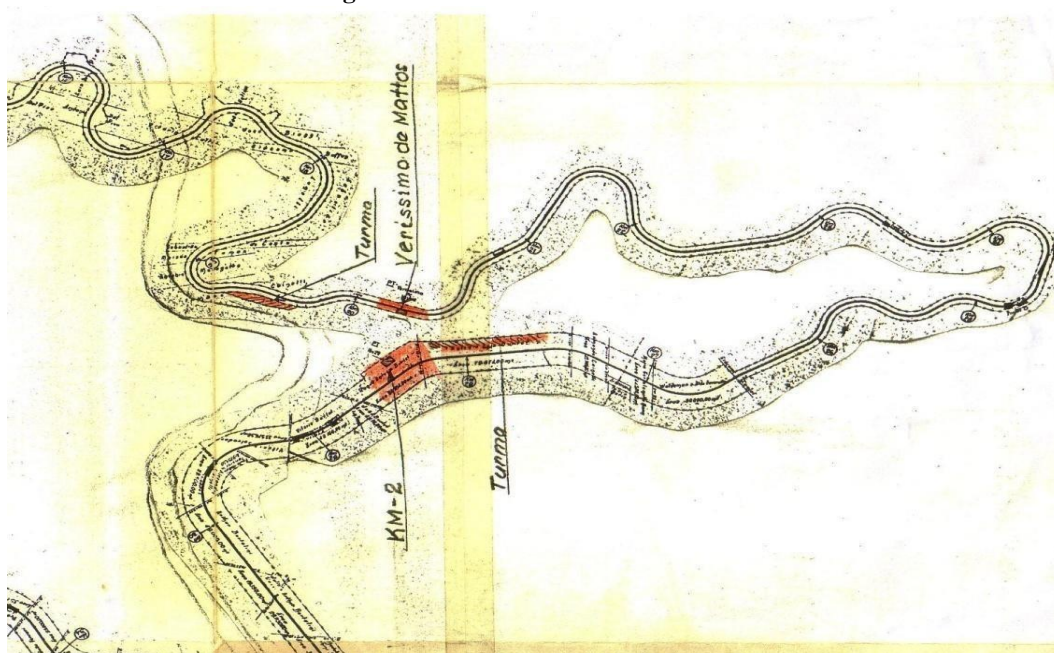
esclarecer todos os itens a serem preenchidos pelos profissionais. A falta desta documentação agrava as avaliações realizadas pelo poder público e conselhos de patrimônio em projetos de intervenção e restauro de edificações e sítios históricos municipais. Esta documentação é a forma inicial do processo para impedir que imóveis de importância e pertencimento às comunidades, sejam demolidos ou descaracterizados por intervenções imprudentes, tanto por culpa dos profissionais da construção civil como pelos próprios proprietários). No entanto, em diversas situações, quando era solicitado ao profissional arquiteto e urbanista envolvido no processo de restauro ou demolição que anexe um histórico do imóvel, ocorre uma visível superficialidade na elaboração desses registros. Quando os documentos, ainda hoje, são encaminhados ao COMPAHC (Conselho de Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural) apresentam-se escassos de informações, demonstrando a inexistência de dados mais detalhados das edificações, devido à falta de conhecimento da lei (que já existe com listagem de exigências) e também pelo despreparo dos profissionais¹², não especializados em projetos de intervenção e restauro. A deficiência no ensino interpretativo sobre bens históricos, nos programas de Arquitetura e Urbanismo, é uma das causas do conteúdo incompleto nas fichas técnicas de imóveis e sítios históricos e também a ausência de interdisciplinariedade no preenchimento dos inventários tão necessários ao estabelecer parâmetros que justifiquem a salvaguarda. A construção de uma metodologia que oriente esses profissionais, tornou-se urgente, para que aprofundem os conteúdos histórico-técnicos das edificações. Este produto é elaborado utilizando-se de uma tabela descritiva e evitando perguntas de assinalar que limitam as informações de modo a padronizar os conteúdos, o que não é pertinente a esta modalidade. Por sugestão da secretaria de cultura, responsável pelo Museu do Imigrante em Bento Gonçalves foi sugerida como exemplo de preenchimento uma Vila ferroviária que está em total abandono e que possuía dados escassos e dispersos. O preenchimento descritivo, então, de modo prático foi realizado na Vila KM2, construída em torno de uma estação férrea na linha Veríssimo de Mattos, na cidade de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. Esse local foi escolhido por ter sido um pequeno centro urbano de vida própria, independente de Bento Gonçalves, e também por ter abrigado migrantes oriundos de diversas localidades. Por tanto, o

¹² No aporte teórico da dissertação foi realizada uma pesquisa nos currículos atuais dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Esta pesquisa revela que são menos de 5% de conteúdos voltados a restauros e intervenções em patrimônios.

estudo de caso, além de ter edificações históricas representa um sítio histórico local. Os dados coletados, através de bibliografia existente, visita ao acervo da RFFSA (Rede Ferroviária Federal, atualmente arrendada por grupos empresariais privados), entrevistas, depoimentos e análises fotográficas, foram necessários para o preenchimento da ficha de inventário. Estas informações, compiladas e organizadas segundo a metodologia de Gerhardt e Silveira (2009), são importantes para a valoração do sítio de das edificações históricas ali presentes. Inicialmente, caracteriza-se o local, que geograficamente é uma encosta de montanha com frente para o norte, terreno de uma das estações da ferrovia estabelecida pelo projeto do Tronco Sul. O espaço da Vila é planejado de forma organizada nas margens da via férrea, que possui neste trecho mais três vilas semelhantes. Na sequência, descreve-se as pessoas que ocuparam este espaço físico. Antes pertencente a agricultores (que ainda mantém plantios de subsistência nos arredores do local) e após a implantação e ocupação da Vila foi lugar de moradia de militares e de engenheiros do batalhão ferroviário (repartição do exército que se encarregava de construir estradas de ferro, possibilitando chegar a regiões de difícil acesso), soldados e também civis que auxiliaram na construção de todo complexo férreo. O contingente de sujeitos oriundos de várias partes do Brasil e, conseqüentemente, de origens diversas, faz parte também da história de Bento Gonçalves. Esta vila (como as outras três) fazia parte do grande complexo de construção de vias férreas no tronco sul nos anos de 1940, e contou com a construção de diversos viadutos e mais de sete túneis devido à topografia acidentada. A seguir imagem do projeto original (RFFSA- Porto Alegre) do trecho da Vila KM2 do tronco sul, na representação nota-se o traçado orgânico determinado pela topografia irregular do trecho:

Os impasses da concretização do produto nos mestrados e doutorados profissionais em história e como eles interferem no ensino, pesquisa e diferencial nas comunidades – Margit Arnold Fensterseifer & Eliana Rela

Figura 2 – KM2 marcado em vermelho



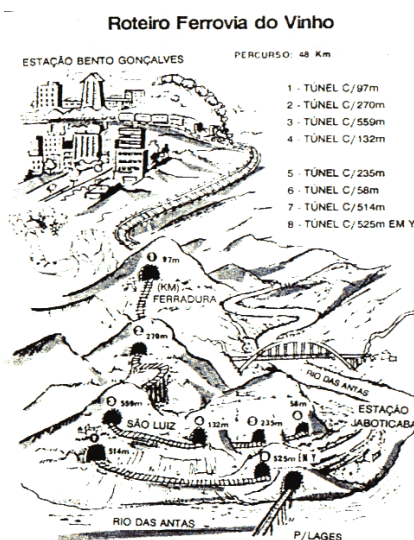
Fonte: Acervo da RFFSA, Porto Alegre, 2016

Os mapas foram interpretados com as diretrizes de Silva e Brito (2015) no livro “Geografia e Cartografia”. Na imagem a seguir destaque para os túneis e a parte mais baixa da ferrovia Vila Jaboticaba que foi implantada às margens do Rio das Antas (em torno¹³de 120,00m de altitude para a vila KM2 em torno de 350m de altitude):

¹³Altitudes pesquisadas no site Google Earth, Disponível em [https://earth.google.com/web/search/Bento+Gon%
c3%a7alves,+RS+Vila+KM2/@-29.07400468,-51.59341588,352.77429854a,114.69451268d,35y,0.26033378h,1.53082657t,-0r/data=CiwiJgokCUukSgMVFD3AEYvXgAHXFD3AGfThltwYwknAITpGLOziwknAQgIIAToDCgEwQgIIAEoNCP_____wEQAA](https://earth.google.com/web/search/Bento+Gon%c3%a7alves,+RS+Vila+KM2/@-29.07400468,-51.59341588,352.77429854a,114.69451268d,35y,0.26033378h,1.53082657t,-0r/data=CiwiJgokCUukSgMVFD3AEYvXgAHXFD3AGfThltwYwknAITpGLOziwknAQgIIAToDCgEwQgIIAEoNCP_____wEQAA) - Acesso em 26 de outubro de 2025.

Os impasses da concretização do produto nos mestrados e doutorados profissionais em história e como eles interferem no ensino, pesquisa e diferencial nas comunidades – Margit Arnold Fensterseifer & Eliana Relá

Figura 3 – Croqui esquemático que localiza o centro urbano de Bento Gonçalves e a ligação com Jaboticaba:



Fonte: “Estações Ferroviárias do Brasil” Disponível em http://www.estacoesferroviarias.com.br/sc_troncosul/jaboticaba.htm Acesso em 25 de outubro de 2025.

A próxima análise é a organização da Vila caracterizada pela hierarquia nas casas, diferenciando a dos chefes e dos operários, além disso possui uma escola com cancha esportiva, a estação férrea (que abastecia o local de mantimentos e permitia os deslocamentos dos moradores). A edificação em madeira que abrigava o refeitório e as sessões esporádicas de cinema já não existe mais. A Vila não possuía igreja e as missas eventuais aconteciam na escola local. Estes dados foram obtidos através de entrevistas, baseadas nas diretrizes de história oral de Alberti (2004) realizadas com moradores, soldados e professoras que trabalhavam no local. É importante destacar que a maioria dos ocupantes atuais das casas são descendentes de ferroviários e de pessoas que trabalhavam na Vila. A seguir uma imagem aérea atual da Vila com novas inserções e alguns deslizamentos ocorridos na calamidade de 2024, devido a mais de 6 dias de chuvas intensas (500 a 600mm dia). A Vila também possui a Estação Férrea abandonada e uma caixa d'água que trazia água do Rio das Antas e distribuía para as edificações. Na próxima imagem pode-se perceber a distribuição das edificações, acessos e atividades ainda realizadas no espaço:

Figura 4 – Imagem aérea atual da Vila KM2, com indicação das principais edificações e áreas:



Fonte: Google maps, 2025. Adaptado pela autora Disponível em https://www.google.com/maps/@-29.0731407,-51.5922858,406m/data=!3m1!1e3?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MTAyMi4wIKXMDSoASAFQAw%3D%3D - Acesso em 24 de outubro de 2025.

Atualmente, esta linha férrea está desativada e perdeu vários trechos devido aos deslizamentos ocorridos na calamidade ocorrida no Rio Grande do Sul em maio de 2024. O levantamento bibliográfico do espaço é escasso, pois o principal acervo estava arquivado em um museu na cidade de Lages em Santa Catarina pertencente ao batalhão ferroviário que foi destruído por um incêndio no final do século XX. O mapa da construção da ferrovia Tronco Sul, onde se encontram marcadas as duas estações Vila KM2 e Veríssimo de Mattos (Mapa Figura 02) foi encontrado no acervo da extinta RFFSA -Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima em Porto Alegre. No total do trecho ainda constam a Vila São Luiz, Jabuticaba, que se encontram abandonadas e em ruínas.

As principais características do local em termos arquitetônicos, históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos seriam:

- a) **arquitetura:** a implantação das edificações no terreno traz como ponto principal a estação férrea, pois através dela chegavam mantimentos, materiais para a execução de outros trechos da ferrovia. As casas dos chefes estão localizadas perto do acesso da Vila, servindo também de controle de acesso. Estas casas possuem varanda e dois dormitórios e são em estilo mais clássico e tradicional. A escola e as casas dos trabalhadores seguem

o estilo da época com traços protomodernos¹⁴ (*art-deco*). As casas dos operários possuem somente um dormitório, banheiro, estar e uma pequena cozinha. O que chama a atenção é que o tanque fica a céu aberto e na região o inverno tem temperaturas próximas a zero graus. As casas são elevadas do terreno e possuem ventilação inferior aos assoalhos de madeira que estão bem conservados. Esta distância do terreno, por depoimentos orais, evitava a entrada em especial de cobras, por isso os moradores mantinham sempre um galinheiro e atrás das casas havia uma horta de subsistência. A seguir um modelo da casa dos trabalhadores, com pintura descaracterizada pelos moradores atuais:

Figura 5 – Fachada da Casa dos trabalhadores e ao lado duas casas existentes:



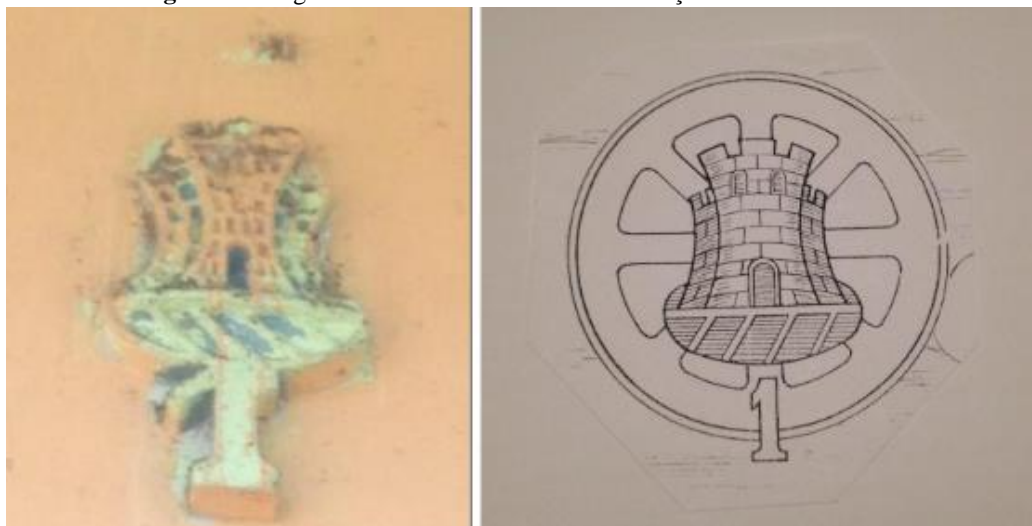
Fonte: Representação Gráfica e fotos da autora 2016

- b) **históricos:** representa um período de expansão das ferrovias, que ligavam pontos distantes do estado a nível local e nacional. Também é um recorte da história do batalhão ferroviário que já não existe mais, atualmente é denominado de batalhão das comunicações. É uma quebra de culturas quando uma população diferenciada (sem serem imigrantes italianos ou poloneses) ocupam o território do município. Este modelo de edificação igualitária é característica das implantações construtivas deste período, que estabelece padrões no habitar e no uso dos imóveis. Na imagem a seguir o logo

¹⁴ Proto modernismo e Art Deco: estilo caracterizado por desenho moderno com elementos artesanais e materiais de luxo e representou em seu auge um momento de grande crença no progresso social e tecnológico na Europa. Art Nouveau”.Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/898742/caracteristicas-e-diferencas-de-12-estilos-arquiteticos> Acesso em 21 de outubro de 2025.

em escultura de alvenaria em algumas das edificações do Batalhão Ferroviário e o desenho do símbolo:

Figura 6 – Logo do Batalhão Ferroviário na Estação Férrea e desenho:



Fonte: Foto da Autora 2016 e Representação Gráfica Prado 1997.

c) **aspecto social:** Segundo depoentes, a integração social do grupo era consolidada, em especial, nas matinês do cinema, em um galpão de madeira construído. Neste galpão também eram oferecidas refeições para a Vila, por isso as cozinhas nas casas eram pequenas, para café da manhã e jantar. Interessante o que uma moradora descreve que todos se relacionavam bem, chefes, soldados e também os moradores do entorno, um local sem diferenças de classes sociais e gênero. A escola também foi centro de articulações sociais, pois foi palco de missas (não havia uma igreja construída no local) e celebrações diversas. A existência de um pequeno ambulatório (na época de 1940 até 1970, era provida de quatro médicos, mais do que no principal hospital da época do centro urbano) permitiu que moradores e vizinhos pudessem ter atendimento médico, cuidando de sua saúde. Todos esses serviços permitiam que o morador pudesse permanecer no local, evitando seu deslocamento ao centro de Bento Gonçalves;

d) **econômico:** A Vila representou anos de prosperidade devido ao sustento também assalariado, as condições sociais, os plantios. Os deslocamentos possíveis com o trem permitiam o escoamento de pequenas produções no local cultivadas. Atualmente, os moradores não possuem escrituras das casas, representando uma

situação irregular de assentamento;

e) **cultural:** no aspecto cultural a miscigenação é o aspecto primordial. Possibilitou a chegada de pessoas de todo país, trazendo novos costumes, religião e até um linguajar diferenciado dos imigrantes italianos já instalados na região há mais de 50 anos. Atualmente, estas pessoas estão sendo reconhecidas como parte de migrantes, em especial os afros descendentes e mestiços que povoaram estas Vilas Férreas;

f) **político:** a construção deste tronco ocorreu devido a uma preocupação do governo federal em demarcar território nesta área do estado, onde as encostas íngremes tornavam o tráfego de cargas muito difícil. Lembrando que este é o período nacionalista de Getúlio Vargas¹⁵ que deseja caracterizar o país com identidade única. A Vila não dependia das normativas públicas do município e tinha regramento próprio;

Estas características anteriormente descritas corroboram com a teoria de Bourdin (2001) que o local é diferenciado quando ele produz um processo reflexivo e social, e estes definem os limites territoriais. Este local, promove sentimentos de pertencimento e no caso de KM2 de segurança e estabilidade. No caso, a Vila só tem um acesso devido também a forte declividade do entorno. Todos os dados levantados foram necessários para elaborar a ficha de inventário. A imagem a seguir mostra duas páginas da tabela, que possui mais de sete páginas de preenchimento:

¹⁵ Era Vargas: Silva, Katia P., Carvalho, Carlos Eduardo S. de. Políticos, intelectuais e futebol: a construção da identidade nacional durante a Era Vargas. Ludopédio, 2016. Disponível em <https://ludopedio.org.br/biblioteca/> Acesso em 21 de outubro de 2025.

Os impasses da concretização do produto nos mestrados e doutorados profissionais em história e como eles interferem no ensino, pesquisa e diferencial nas comunidades – Margit Arnold Fensterseifer & Eliana Rela

Figura 7 – Modelo-Ficha de inventário (2 páginas, das 6 páginas propostas)

Levantamento da EDIFICAÇÃO

• Identificação geral do imóvel (máximo três linhas)

• Localização do imóvel

• Logradouro

Coordenadas cartográficas

Orientação solar

Bairro ou distrito

Cidade

Estado

Tamanho do terreno

Medidas gerais do imóvel

Função de uso inicial e atual

• Entorno – especificar na localização (representação gráfica) e fotografar

Vizinho – lateral direita

Vizinho – lateral esquerda

Vizinho – frontal

Vizinho – fundos

Passagem, visual

Observações a considerar

• Entorno – especificar na localização (representação gráfica) e fotografar

Vizinho – lateral direita

Vizinho – lateral esquerda

Vizinho – frontal

Vizinho – fundos

Passagem, visual

Observações a considerar

• Representação gráfica geral com medidas (anexo, sempre em PDF). Sendo possível, anexar plantas originais:

Franchas	Escala sugerida	Observações
Situação	1/1000	
Localização	1/200	
Plantas baixas	1/50 ou 1/100	
Cortes transversal e longitudinal	1/50	Com perfil do terreno
Fachada principal e todas que forem importantes para a preservação	1/50	Com distância dos vizinhos e representação gráfica esquemática dos vizinhos

• Elementos Construtivos:

Tipo	Tipos e materiais utilizados	Técnica construtiva
Plaus		
Vedações – esquadrias		
Tela		
Parafusos		
Revestimentos de parede		

Tintas e similares

Telhado estrutura

Telhado acabamento

Chaminés

Ornamentos

Esculturas externas

Simbolos

Instalações elétricas

Instalações hidráulicas

Banheiros

Cogelhas

Outros

• Objetos e mobiliário:

Objetos	Tipos e materiais utilizados	Técnica de manufatura
Luminárias		
Móveis fixos (pias, fogões, campelões e outros)		
Mobiliário solto		
Equipamentos (fogão, geladeira e outros)		
Tecidos cortinas, toalhas de mesas e outros		
Porta-retratos, quadros e adornos		
Esculturas internas		
Outros móveis e utensílios		

• História do imóvel:

Qual o detalhe construtivo que melhor caracteriza a época da construção? Explique por quê?

Qual a importância deste imóvel dentro do contexto urbano?

Como a disposição do imóvel no terreno caracteriza as implantações da época?

Como este imóvel se relaciona com o entorno atual do espaço urbano?

Como eram distribuídos os ambientes dentro do imóvel e como eram os principais fluxos e usos das pessoas no local?

Como as medidas internas e externas caracterizam um modo de vida da época? (pé-direito, espaços diversos, largura e comprimento, medidas das esquadrias e portas).

Como eram os procedimentos de construção, mão de obra e técnicas construtivas?

Os materiais eram locais, nacionais ou importados?

Existem símbolos, esculturas ou outros adereços e que eles se referem?

Observações

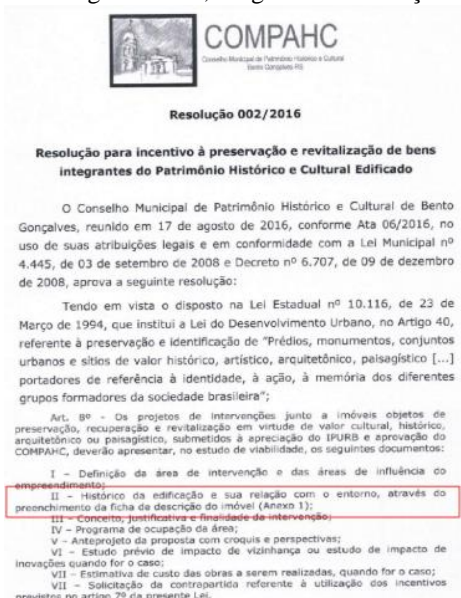
Fonte: elaborado pela autora (2026)

A tabela gerada foi apresentada em quatro conselhos no Rio Grande do Sul, inicialmente em Bento Gonçalves e depois nas cidades de Santa Maria, Rio Pardo e Cachoeira do Sul. Para esta explanação, esta pesquisadora entrou em contato com diversos conselhos do estado e os municípios visitados que se colocaram à disposição para a apresentação e avaliação da ficha. Os membros formalizaram através de um questionário suas opiniões após a apresentação. A aprovação pelo produto gerado e sua metodologia de aplicação representou a maior parte das respostas, embora alguns acreditam que seja uma descrição bastante detalhada e que irá gerar mais trabalho aos profissionais envolvidos com patrimônios, tanto arquitetos e urbanistas, como historiadores e antropólogos.

O produto apresentado para a Prefeitura de Bento Gonçalves gerou um decreto-lei vigente atualmente. No entanto, os profissionais, em especial envolvidos com edificações e sítios históricos, continuam tendo dificuldades no preenchimento da tabela, devido à falta de conhecimento e também recursos para aprofundar os conteúdos contratando pesquisas e profissionais habilitados nas áreas de história, sociologia, antropologia entre outras. A tabela gerada necessita ser compreendida pelos profissionais a partir de explicações orais, tutoriais e instruções simplificadas. Faz-se importante também que os proprietários desses bens sejam

instruídos a partir de iniciativas de Educação Patrimonial para que compreendam a importância da salvaguarda. O preenchimento descritivo resulta por vezes surpresa aos envolvidos, pois revela traços ocultos que comovem e marcam a importância da preservação. Conclui-se neste caso que o produto gerado é relevante a nível social mas necessita de instruções diretas e de fiscalização por parte do poder público e das comunidades envolvidas. Salienta-se que o COMPAHC, em Bento Gonçalves, até 2024 era deliberativo, a partir do ano de 2025 passou a ser consultivo. Na imagem a seguir o anexo 3 do decreto lei que institui a ficha como obrigatória de preenchimento para intervenções em edificações e sítios históricos, junto aos documentos solicitados para as intervenções:


Figura 8 – Parágrafo 1 e 2, artigo 8 da Resolução 002/2016



Fonte: Disponível em <https://www.bentogoncalves.rs.gov.br/documentos/>
Acesso em 20 de outubro de 2025. Adaptado pela autora.

O modelo ficha é produto do mestrado profissional. E a seguir o cabeçalho do Anexo 1 solicitado pela Resolução do conselho, portanto lei municipal:

Figura 9 – Anexo 1- parte da primeira página e da final:



Anexo I – Memorial Histórico – Ficha de descrição do imóvel

Levantamento de EDIFICAÇÃO

• Identificação geral do imóvel (máximo três linhas)

--	--

• Localização do imóvel

• Logradouro	
Coordenadas cartográficas	
Orientação solar	

Eventos: Lazer, festas, ritos religiosos:
Cultura - linguagem, influências externas como imigrações
Relações principais de gênero e classes com o urbano

Fonte: Fensterseifer (2016)

Fonte: Disponível em <https://www.bentogoncalves.rs.gov.br/documentos/>
Acesso em 20 de outubro de 2025. Adaptado pela autora.

Três questões de impasse do produto gerado e que se tornam relevantes de modo conclusivo: A primeira é a forma descritiva aprofundada pois os profissionais não são remunerados de forma digna para preencher estas informações, além de, por vezes, não serem capacitados para este fim, o que ressalta a importância de contratar, na inserção de dados, profissionais habilitados em pesquisa histórica. Em segundo lugar, passados quase dez anos desta resolução, o preenchimento do Modelo Ficha da Vila KM2 não motivou a salvaguarda do local que vem sendo destruído a cada ano que passa, perdendo-se os aspectos materiais que permitem novas pesquisas no espaço físico implantado a mais de 100 anos. No entanto, é uma documentação que de modo descritivo compila dados que poderiam ser esquecidos. A terceira questão é que o modelo, não possui de forma clara os valores patrimoniais e que precisam constar de modo conclusivo, por isso o próximo produto obtido na pesquisa de doutorado abraça esta temática de modo teórico e aplicado na obtenção de inventário de uma edificação em Fagundes Varela no estado do Rio Grande do Sul.

Produto da tese: documentário e inventário do Moinho Melatti-Fagundes Varela-RS

Para o doutorado profissional em História da UCS, a ideia inicial do produto era produzir um documentário a partir das entrevistas realizadas com o atual proprietário do Moinho Melatti (Fagundes Varela) Egydio Melatti, octogenário. Foi uma demanda da família, quando os procurei para estudar o patrimônio industrial, devido a avançada idade de Egydio e de sua ainda excelente memória. Após a qualificação as professoras da banca sugeriram, já que o documentário exige produção e alto investimento financeiro, que fosse solicitado o inventário municipal da edificação e entorno, documento este inexistente e primário para a salvaguarda da edificação e entorno. Para tanto era necessário preencher o Modelo Ficha incluindo os valores patrimoniais e a partir destes compreender as características representativas do imóvel.

Inicia-se com a descrição do Moinho que se encontra localizado na zona rural, próximo ao perímetro urbano de Fagundes Varela. O município localiza-se na Serra Gaúcha, pertencendo à cidade de Veranópolis (que é uma das divisas) e está distante da cidade de Bento Gonçalves a aproximadamente 60 km. Fagundes Varela é uma cidade que possui na sua essência a cultura italiana (Rigo, 1999). Os elementos culturais são envolvidos por paisagens serranas onde ainda é possível encontrar araucárias (árvore típica do sul do Brasil, muito utilizada pelos imigrantes como material para a construção de casas e espaços de trabalho) em meio a colinas que mesclam gramados, a cultivos diversos e em especial de parreirais de uva. Inicialmente o nome dado pelos imigrantes, já trazia características de como seria o local. Rigo (1999, p. 17) explica que “o nome Bella Vista se justifica pelas belezas naturais e por sua sede estar situada numa elevação que permite avistar os quatro cantos do horizonte”.

A economia da cidade é prioritariamente de produção agrícola tendo como principais produtos rurais: aves, leite, suínos, uva, soja, bovinos e milho. Essa variedade de segmentos garante a sustentabilidade das propriedades rurais (PMFV, 2022). O Moinho fez parte da economia a partir do início do século XIX, administrado e construído pelo imigrante italiano Cristóforo Melatti, avô de Egydio Melatti que até o ano de 2012 trabalhou na moagem de grãos, milho, trigo e descasque de arroz. Egydio narra a história da construção, do auge ao declínio do patrimônio, que foi um dos maiores Moinhos da região atendendo em especial a pequenas e médias produções agrícolas da região. Embora seja uma história familiar, ela constitui uma micro-história (GINZBURG, 1998) que reflete na história regional dos tempos da imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul. Está localizado às margens da Rodovia Estadual 335 que se comunica com a atual BR 470 e ao lado do Arroio Vicente Rosa, carinhosamente

Os impasses da concretização do produto nos mestrados e doutorados profissionais em história e como eles interferem no ensino, pesquisa e diferencial nas comunidades – Margit Arnold Fensterseifer & Eliana Relat

chamado de “Arroio Melatti” pela comunidade. Na imagem a seguir a localização do Moinho e a marcação do Arroio Vicente Rosa em azul:

Figura 10 – Vista superior da localização do Moinho



Fonte: Google Maps, 2023. Adaptado pela autora. Disponível em <https://www.google.com/maps/place/Antigo+Moinho+Melatti> Acesso em 30 de julho de 2024.

A imagem da edificação linear, que está em ângulo aberto em relação a rodovia, é impactante para o viajante que após quase 10 km de zonas rurais e com casas afastadas da estrada, surpreende-se com este diferenciado patrimônio industrial. Os curiosos param e adentram na porta que durante o dia sempre está aberta e são recebidos por Egydio Melatti que está sempre disponível e caracterizado com seu quepe de moleiro. (Figura 13) Durante a visita ele apresenta as máquinas de moagem, (ainda localizadas na linha de produção desde Cristóforo e Ernesto, pai de Egydio) faz girar a mó de modo elétrico, explica como eram os processos. A seguir o visual que se tem próximo a ponte do arroio descrito na placa de sinalização do DAER:

Os impasses da concretização do produto nos mestrados e doutorados profissionais em história e como eles interferem no ensino, pesquisa e diferencial nas comunidades – Margit Arnold Fensterseifer & Eliana Relá

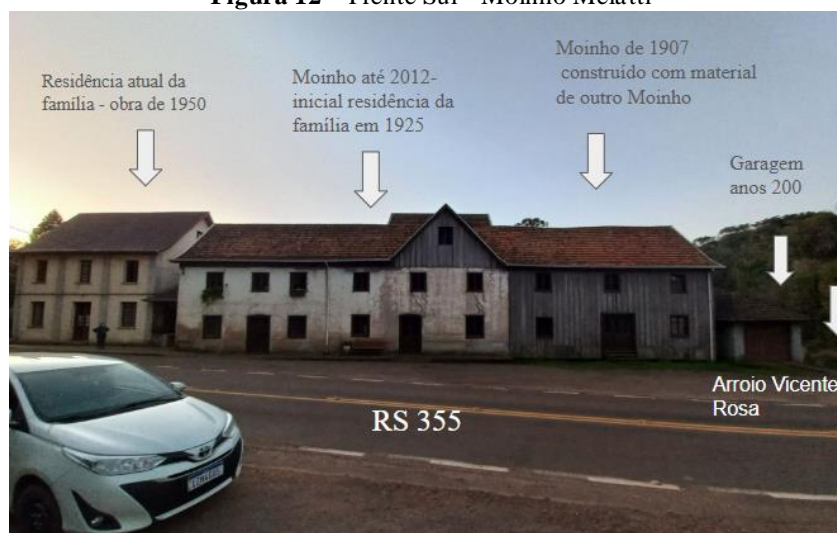
Figura 11 – Vista do visitante em direção ao centro urbano de Fagundes Varela



Fonte: da autora 2023.

A construção tem três tipologias e foi construída em três períodos diferenciados, o que fica evidente pelos materiais utilizados e o estilo empregado. A seguir a imagem do Moinho com marcação destes períodos que foram elucidados com os depoimentos, documentos e observações técnicas no levantamento:

Figura 12 – Frente Sul - Moinho Melatti

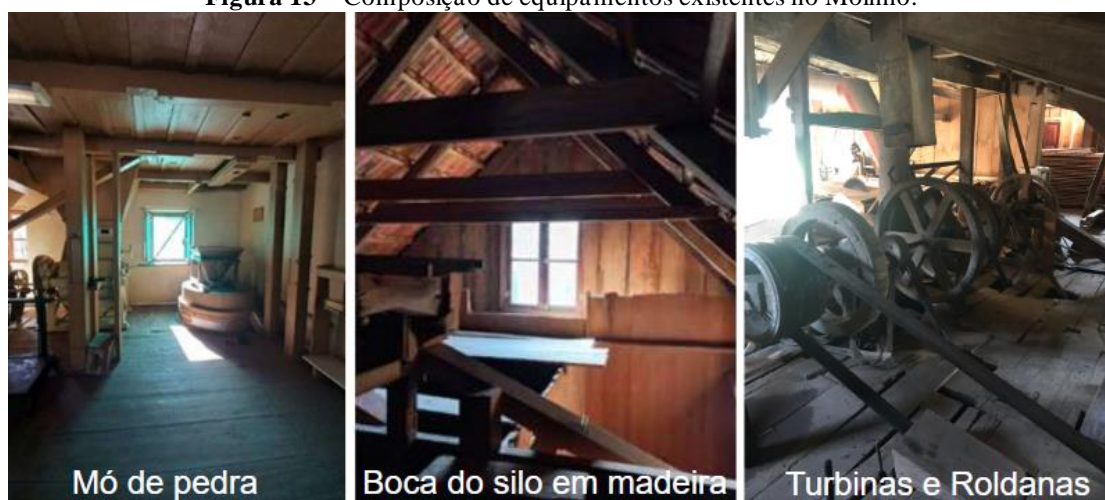


Fonte: Foto e inserções da autora em 2023.

Os dados coletados de modo oral e técnico (POSENATO,2016) ocorreram através de

entrevistas em especial com Egidio Melatti e sua esposa Terezinha Marca Melatti e também de parentes dos Melatti. O levantamento técnico *in loco* realizado em várias visitas com auxílio de bolsistas, com trenas e com aporte fotográfico. No Moinho a família guarda um acervo de documentos entre escrituras, notas promissórias, recibos e livros caixa, alguns datam de 1889. Assim como a família preserva com cuidado todo o maquinário de moagem e de geração de energia da manufatura. Na sequência, algumas imagens do maquinário ali existente e em especial as roldanas e turbinas, fonte de energia de água em queda livre (reservatório de acumulação em colina atrás do Moinho com diferença em torno de 100m de altura da manufatura):

Figura 13 – Composição de equipamentos existentes no Moinho:



Fonte: da autora 2023

A análise de fotografias da família, de familiares e de um espaço nas redes sociais denominado de “Eu morei em Fagundes Varela”, foi possível entender inclusive a tipologia arquitetônica que não é característica de Moinhos, mas sim de grandes residências. (POSSAMAI,2005). Pelo levantamento realizado e as entrevistas, sabe-se que as proles desde Cristóforo eram numerosas e o patriarca tinha preferência que todos morassem no local, auxiliando na manufatura com mão de obra sempre familiar, por isso a construção central antes de Moinho (época da expansão por Ernesto Melatti) era residência. Este era um costume das famílias italianas segundo o livro do Padre Fidélis, *Semblante do Imigrante* de 1961.

A seguir uma imagem que mostra a primeira etapa do Moinho em madeira maciça de araucária e mata junta com somente com um andar, a esquerda a residência em alvenaria que

serviu de moradia e pode se verificar os tampões para escurecer a noite. Os trabalhadores são os irmãos Melatti e vizinhos que estão abrindo um cano de esgoto ou drenagem que vai até o arroio:

Figura 14 – Trabalhadores do moinho Melatti



Fonte: Acervo da família no moinho, provável data 1930/40

Após esta explanação geral do contexto do objeto de pesquisa descrevem-se os impasses ocorridos para chegar ao produto desta tese de doutorado profissional em história.

A primeira solicitação de produto por parte da família Melatti era o documentário, como já descrito no parágrafo inicial deste capítulo. Esta pesquisadora, junto com uma produtora cultural, tentaram um fomento cultural para viabilizar esse projeto. O projeto foi aprovado, no entanto, não houve verba federal para este vídeo registro. A equipe de filmagem que seria contratada, sensibilizada pela idade avançada de Egydio Melatti, aceitou realizar as filmagens, sem custo, de modo que quando for aprovado em próximo fomento cultural liberem o arquivo e elaborem o documentário. As captações foram realizadas no dia 23 de novembro de 2023 sendo acompanhadas por uma narradora e entrevistadora. A equipe de filmagem era composta por um fotógrafo e um produtor executivo. As perguntas orientativas foram elaboradas por esta pesquisadora, já ciente de várias facetas da história do Moinho e da família. A edificação conta a história da família e da comunidade em que está inserido. Uma das curiosidades registradas no futuro documentário é que Egydio e a esposa Terezinha casaram em capela próxima ao Moinho e a festa realizou-se em um salão nas dependências da edificação, narrativa de quem é

testemunha viva desse momento (Burke, 2004) Eles sempre moraram e trabalharam sempre no local e atualmente possuem uma micro empresa que fabrica e comercializa biscoitos caseiros em espaço construído para esta finalidade nos fundos do Moinho. A ideia futura do projeto de documentário, após o documentário ser concluído, é disponibilizar uma tela visual para que, mesmo na ausência de Egydio Melatti, os visitantes possam usufruir por muitos anos das informações e do carisma deste moleiro. Este vídeo poderá estar disponível nas redes sociais e fomentar a educação patrimonial, assim como, aguçar a curiosidade incentivando visitas técnicas- educativas, culturais e turísticas ao espaço. A seguir imagens captadas no dia da filmagem:

Figura 15 – Fotos do dia da filmagem e entrevista com Egydio e Terezinha:



Fonte: Ronaldo Ferrari (produtor executivo da equipe de filmagem) 2023.

Após a frustrada tentativa de terminar o documentário, embora sempre agradecidos à equipe que se sensibilizou com a situação apresentada em função de que a memória diminui com o avançar da idade, partiu-se para inventariar a edificação a nível municipal.

Com o intuito do inventário ocorreram mais de quatro reuniões com o poder público, no município de Fagundes Varela. O plano diretor do município tem vários imóveis tombados, no entanto todos são do poder público ou de caráter religioso. O primeiro imóvel de propriedade privada a ser inventariado é o Moinho Melatti. As reuniões realizadas com o prefeito e assistentes mostraram que é de interesse municipal esta ação, pois o Moinho faria parte do

roteiro turístico já consolidado no local. O Moinho, de modo não oficial, é ponto de visitas e estudos por parte de turistas, visitantes e pesquisadores, assim como já recebeu comitivas vindas de países europeus como Itália e Alemanha. Em uma das reuniões foi acordado que esta autora iria desenvolver um fichamento para o moinho. A pesquisa desenvolveu três tipologias de inventário que já estão prontas para um processo de tombamento. Inicialmente foi preenchida a ficha técnica do IPHAE-RS Instituto de patrimônio Histórico e Artístico Estadual do Rio Grande do Sul, em segundo lugar foi preenchida a ficha modelo, produto da dissertação de mestrado desta autora e em terceiro lugar foi preenchida a ficha que consta no plano diretor de Fagundes Varela. Esta ficha é a primeira a ser preenchida no município e portanto, os problemas que ela possui, formam listados na pesquisa. Faz-se importante descrever que a partir do aporte teórico de autores como Riegl (2016), Curtis (2003), Aguiar (2001) e Barranha (2016) foram abordados os valores intrínsecos à edificação, corroborados com os conceitos do urbanista Lamas (2004). A seguir são listados os quatro principais valores conclusivos (entre os vinte três apontados pela pesquisa):

- a) **arquitetônico Morfológico:** o conceito de morfologia é mais associado ao espaço urbano e se caracteriza pela distribuição de vias, edificações, praças, parques entre outros. No entanto, para o autor Lamas (2004, p.37), o termo morfologia designa “a configuração da estrutura exterior de um objeto”. A tipologia arquitetônica do moinho é linear e diferenciada, pois os silos se encontram dentro da edificação. As conexões funcionais se caracterizam pela sequência de máquinas e do processo. Esse conceito pode estar relacionado ao valor arquitetônico de Curtis (2003), em especial sobre a monumentalidade;
- b) **arquitetônico historiográfico:** a edificação faz parte da história e da coletiva do município. Aqui, pode ser interpretado como valor de antiguidade, tradicional e também de identidade e diversidade cultural. Similar a essa construção, não existe outra na região e em bom estado de conservação contendo as máquinas e mobiliário móvel no interior;
- c) **arquitetônico estruturante:** uma edificação estruturante é aquela que tem integridade, isto é, se adequa ao perfil do local paisagístico cultural onde está inserida. É o espaço paisagístico apropriado pelo homem, onde ele habita, vive e trabalha. Interessante é também pensar a edificação em harmonia com a

paisagem no seu entorno, coesa com o arroio;

- d) **arquitetônica integridade:** este item pode ser relacionado à autenticidade do conjunto formado pelo moinho, que não foi descaracterizado. Somente destoa a garagem (posicionada à direita do primeiro edifício em madeira), construída por volta dos anos de 1990. No entanto, a edificação se encontra afastada do conjunto, é mais baixa e não prejudica as edificações históricas;

Somente estes quatro itens já seriam relevantes para a salvaguarda do bem, assim como do entorno de edificações e da paisagem cultural e paisagística características da região.

Retomando as questões de impasses. A prefeitura já estava convencida de inventariar a edificação em anuência com a Câmara de Vereadores. No entanto, a família Melatti não estava convencida da importância deste inventário. O convencimento de Egydio Melatti para inventariar o moinho foi exaustivo, já que, pelo entendimento da família com o inventário, existiria a perda de propriedade do imóvel, o que é falso nos termos da lei constitucional¹⁶ de preservação de patrimônios. Também se posicionaram contra o “tombamento” pois, pela ideia da família, a propriedade passaria a domínio público. Esta pesquisadora junto com a produtora cultural, estiveram em reunião presencial com a família explicando as possibilidades de recursos financeiros culturais que este título permitiria, e que não haveria perda de propriedade. Após as assinaturas e consenso da família, o processo foi encaminhado e imediatamente aprovado pelo poder executivo e legislativo. Antes da aprovação na câmara municipal a advogada representante do poder judiciário solicitou a esta pesquisadora qual seria a documentação necessária para a aprovação de inventário já que este é o primeiro imóvel de poder privado de Fagundes Varela que é inventariado. A seguir o decreto-lei aprovado em julho de 2024:

¹⁶ Lei de Preservação constitucional- Decreto Lei Nº25 - 1937 Artigo 216 - Constituição Federal, assim como Decreto lei Nº 9238 - 2017.

2016.

BOURDIN, Alain. **A Questão Local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CURTIS, Júlio Nicolau Barros de. **Vivências com a arquitetura tradicional do Brasil**. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2003. 496 p.

FIDÉLIS, Dalcin B. **Semblantes de Pioneiros**. Porto Alegre, RS: Ed. Sulina, 1961.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. org **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre,RS. Editora da UFRGS, 2009.120p.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3.ed. Porto, PO: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

POSENATO, Júlio. **Pesquisando arquitetura**. Porto Alegre,RS. CORAG, CAU/RS 2016. 408 p.

POSSAMAI, Zita R. **Cidade Fotografada, Memória e esquecimento nos álbuns fotográficos** - Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930. 2005. Tese de Doutorado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, Porto Alegre, 2005.

PRADO, Emanuel Marcos Cruz e. **1º Batalhão ferroviário (Batalhão de Engenheiros/1855)**. 1a ed. Lages, 1997.

PREFEITURA DE FAGUNDES VARELA. **PMFV**. Disponível em <https://www.fagundesvarela.rs.gov.br/>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos**. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2016. 1 recurso online (0 p. ISBN 9789724422466. Disponível em: <https://covers.vitalbook.com/vbid/9789724422466/width/480>.

RIGO, Argel; MONTEMEZZO, Lourdes Roseli Razera (colab.). **História de Fagundes Varela: 1888-1999**. Fagundes Varela, RS: Prefeitura Municipal de Fagundes Varela, 1999. 168 p.

SILVA, Marcus Vinícius Chagas da. BRITO, Érika Gomes. **Geografia, Cartografia**. Fortaleza: EDUECE, 2015. 128 p.

ENTRE DESENHOS, CORES E HISTÓRIAS: proposta de material didático para o Museu de Vacaria/RS

Manoela Grazziotin Rodrigues
Roberto Radünz

Produção do material didático para o Museu de Vacaria/rs

O material instrucional surge como proposta de didatização do ensino de História no Museu Municipal de Vacaria/RS - Dr. Adhemar Pinotti, almejando também atingir as escolas de Educação Infantil do mesmo município¹⁷. Direcionado ao público mirim, o recurso é especificamente planejado para a faixa etária de 4 e 5 anos, sendo possível utilizar o recurso para outras idades, adaptando as suas especificidades. A iniciativa também se dá no intuito de contribuir para a criação de vínculos e processos identitários da comunidade com o espaço de memória e seus patrimônios locais, além de disseminar a ideia de que o museu é público, aberto para todas as pessoas e para todas as idades.

Esse material busca, de forma lúdica, trabalhar o ensino de História, numa educação não formal, para além dos muros das escolas da infância. Através da história local e do caminho sugestivo do museu, o material didático-pedagógico é pensado e elaborado para as crianças, convidando-as a embarcarem nesta visita ao passado, com possibilidades de conhecer, repensar, imaginar, jogar, brincar e colorir sobre lugares históricos e culturais e o acervo do museu.

O objeto educativo conversa com outras áreas, já que ao pensar na proposta de utilização de materiais instrucionais sobre o acervo do museu e a história local para crianças da Educação Infantil - EI, propõe-se a visualizar esse local operacional para o ensino de História e também para um ensino interdisciplinar.

¹⁷ Vacaria está localizada a nordeste do estado do RS, a 231,6 quilômetros de distância da capital do estado, Porto Alegre. Trata-se de um município com um pouco mais de 60 mil habitantes.

A EI, em especial, é uma etapa da educação básica onde a maioria das práticas educacionais conversa com vários segmentos ao mesmo tempo. Logo, dificilmente uma proposta de atividade contempla apenas um campo educativo. Desta forma, inevitavelmente, ao trabalhar o conhecimento histórico com as crianças no museu, outros campos de experiências e objetivos de aprendizagem são abordados.

Assim, esta sugestão de material lúdico interdisciplinar se propõe a dar flexibilidade a objetos expostos no acervo, ficando esses suscetíveis às alterações e às ideias das crianças. Os lugares de memória públicos da cidade também surgem representados em desenhos que, através das mãos infantis, terão outras cores e possibilidades de existir.

O processo de criação de um produto educativo envolve muitas decisões oriundas das demandas institucionais, da resposta que virá do público, da responsabilidade de trabalho e da necessidade de ser reconhecido. O conteúdo escolhido, a forma de apresentá-lo e a escolha do suporte são o resultado de uma construção (Marandino *et al.*, 2016).

Esse produto não emerge de uma instituição museal, mas vem das inquietações da sala de aula para o museu, e deseja ser acolhido por ele, aproveitando para estabelecer relações entre as crianças e esse espaço de memória. As escolhas feitas para elaborá-lo se deram através da pesquisa, da análise, da reflexão e da constante revisão do que poderia atrair o público infantil.

Peres (2015) aborda em seu texto o fato de o material didático promover integração e articulação com outros componentes curriculares, buscando formatar um material de uso multidisciplinar. A pesquisadora ressalta que é preciso atualizar os conhecimentos históricos sobre a história do respectivo município onde todos passam a ser sujeitos e não somente um determinado grupo social.

A estudiosa ainda enfatiza que é preciso construir o material com uma linguagem voltada ao público-alvo, valorizando o conhecimento prévio e a bagagem cultural dos alunos, além de buscar atividades e propostas que envolvam situações problemas e que tragam ludicidade, visando despertar o gosto do aluno e o incentivo por parte dos professores. Sobre os professores, a autora explica que o material pode ser uma ferramenta que eles podem utilizar para trabalhar com seus alunos (Peres, 2015).

Estiveram envolvidas na produção do material didático, a mestranda em História e professora de Educação Infantil no município do Vacaria-RS, Manoela Grazziotin, e a ilustradora e designer de projeto gráfico, Gabriella Nuvolari, a responsável por materializar as ideias, repensadas tantas vezes no processo.

Os profissionais do museu e da Secretaria de Cultura auxiliaram no acesso ao museu, em momentos onde a Casa do Povo se encontrava fechada pela pandemia. Nas idas e vindas ao espaço, foi possível fotografar algumas peças do acervo para transformá-las em ilustrações e se inspirar para as atividades lúdicas que fazem parte deste material.

Para planejar, construir e utilizar um recurso educativo no museu, é preciso considerar etapas fundamentais para uma boa estruturação das ideias e ações. Considerar os processos de elaboração, o título, o que é o produto, a autenticidade, os objetivos, o público-alvo, a motivação, a equipe envolvida na produção, possíveis patrocínios, as etapas de construção e os desafios de produção. Sendo relevante realizar constantemente a avaliação do material e de seu conteúdo (Marandino *et al.*, 2016).

Com isso, apresenta-se os processos de produção do material didático, evidenciando seus objetivos em cada página constituinte do livro educativo.

Descrição e análise do material didático

A capa do livro apresenta cores suaves, com um fundo que remete à mata e à floresta. O título “Conhecendo o Museu – pontos culturais e históricos de Vacaria- RS” pretende exibir, de modo dinâmico e atrativo, o conteúdo do livro.

A figura principal que estrela na capa é uma criança, um menino indígena escolhido como espécie de mascote. Ele serve de interlocutor entre a criança e o material didático e irá acompanhá-la durante todo o percurso do material. A representação do menino foi selecionada pela passagem dos povos indígenas das missões. Ele, inclusive, irá apresentar uma das primeiras peças do acervo do museu, isto é, a pedra com marco de passagem jesuítica.

Figura 1 – Capa do livro educativo “Conhecendo o Museu - pontos culturais e históricos de Vacaria-RS”.



Fonte: material elaborado pela mestrande e pela ilustradora (2021).

O mascote recebeu o nome de Teçá. O nome foi escolhido em dicionário online de tupi-guarani¹⁸ e significa “olhos atentos”. Teçá carrega traços infantis e arredondados, suas características físicas e suas vestimentas foram inspiradas em representações¹⁹ referentes aos indígenas dos Sete Povos das Missões, especialmente das ruínas de São Miguel.

Ainda sobre a capa e a elaboração do material, a agência de designers “Granza”²⁰ aponta sobre a relevância que tem um profissional da área do design para a criação e a impressão de materiais gráficos. Instrui que criar a arte é fundamental para uma apresentação que agrade aos olhos do público que se pretende atingir e conquiste os resultados esperados (GRANZA, 2018).

O livro é composto por duas partes principais: a primeira com imagens a serem coloridas e a segunda com jogos utilizando o acervo do museu. Meinerz (2013) reflete sobre a utilização dos jogos no ensino de História: “Ao experimentarmos o jogo como prática potencializadora dos processos de ensino e aprendizagem do conhecimento histórico, reconhecemos que o

¹⁸ Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/>. Acesso em: 08 fev. 2022.

¹⁹ Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/>. Acesso em: 06 fev. 2022

²⁰ Disponível em: <https://granza.com.br/3-dicas-de-design-para-criacao-e-impressao-do-seu-material-grafico/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

encantamento e a estética devem compor nosso universo de proposição como professores” (Meinerz, 2013, p. 105). A autora menciona a percepção do encanto ao receber e utilizar um material diferente em sala de aula ou, como vem sendo discutido, no museu, ao jogar e brincar, ao pintar e colorir, a estética pode contribuir para um deslumbre e atenção a mais, principalmente no que diz respeito às crianças.

Ainda é considerável destacar que um recurso didático, por mais atraente ou bem elaborado que possa estar, perde o sentido se não for conduzido de uma forma adequada, como já apontaram Marandino *et al.* (2016), esse é um constante jogo de sensibilidade e percepção das demandas que cada momento requer durante a ação educativa.

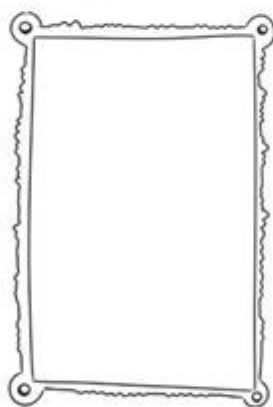
Após a capa, encontra-se a página que apresenta o livro educativo para a criança que diz: “Aqui é o seu espaço para aprender, colorir, imaginar, desenhar e recriar as histórias contadas pelo Museu Municipal Dr. Adhemar Pinotti. Você é convidado para seguir a trilha do Museu enquanto descobre mais sobre a cidade de Vacaria/RS”.

Abaixo desta apresentação, encontra-se a delimitação para a criança escrever seu nome, como forma de apropriação do material e para estabelecer o vínculo e o sentimento de que ele lhe pertence.

Figura 2 – Momento de apropriação e criação de vínculo com o material educativo.

Aqui é seu espaço para aprender, colorir, imaginar, desenhar e recriar as histórias contadas pelo Museu Municipal Dr. Adhemar Pinotti.
Você é convidado para seguir a trilha do Museu enquanto descobre mais sobre a cidade de Vacaria - RS.

Esta(a) é você.



Seu nome aqui

Fonte: material elaborado pela mestrandia e pela ilustradora (2022).

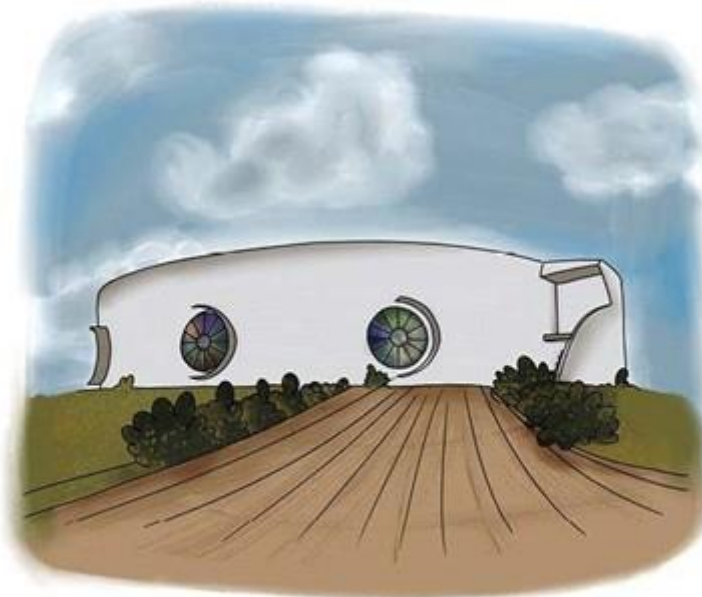
Como o material se destina a crianças da EI, geralmente, a maioria delas ainda não está

alfabetizada. Algumas até escrevem seus nomes, mas muitas ainda estão iniciando esse processo, o que é extremamente natural e não é exigência desta faixa etária. Por isso, além da linha para o nome, foi pensado na elaboração de um espaço para a criança se representar através de desenho. Assim, as que não escrevem não ficam frustradas, logo no início do livro, com a dificuldade da escrita. O desenho irá carregar o mesmo sentido do registro do nome, ou seja, fazer com que a criança obtenha o sentimento de pertencimento com o livro e que perceba que, nas páginas a seguir, irá interagir com o recurso durante o trajeto de aprendizagem, como uma forma de apresentação e identificação. Esse encaminhamento de escrever o nome ou desenhar deverá partir da sensibilidade do educador que está mediando essa apropriação.

Autores como Ribeiro e Rabelo Júnior sugerem que quando a criança pequena desenha, ela começa a dar nomes ao que desenhou, entendendo os traços produzidos, mesmo que não esteja parecido com a realidade. O importante é a representação do desenho realizado. “Esse é o processo de linguagem que a criança através do desenho cria suas concepções” (Ribeiro; Oliveira; Rabelo Júnior, 2016, p. 8). Assim, exalta-se que a ação de se representar expressa como a criança se vê e também como quer ser vista pelo mundo, num instante em que está em contato com um novo material, que está se vinculando e conhecendo.

Na página 3, encontra-se uma imagem colorida da Casa do Povo que abriga vários espaços culturais. O desenho colorido tem a intencionalidade de apresentar para a criança o local onde está o museu, mostrar a face da edificação onde ela irá fazer a visita. Uma visão externa, para depois adentrar na Casa. Também é exposto, para os leitores do material, o endereço onde se localiza a Casa.

Figura 3 – Ilustração colorida do Centro Cultural Marcos Palombini - Casa do Povo.



Centro Cultural Marcos Palombini - Casa do Povo

Rua Borges de Medeiros, 2987 – Glória, Vacaria – RS

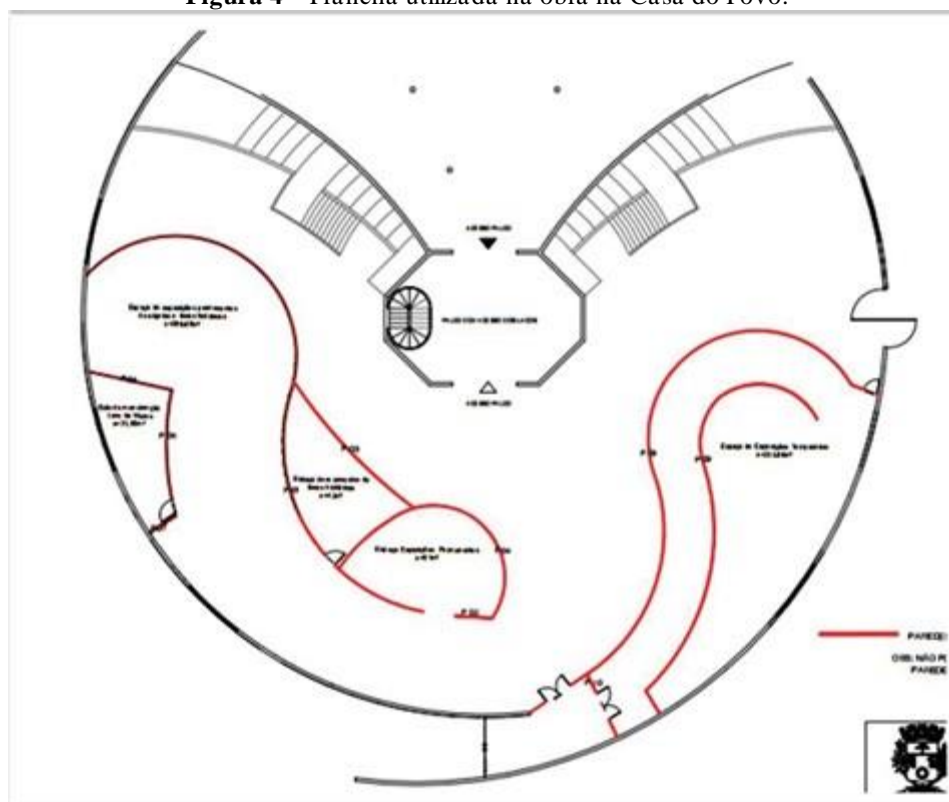
Fonte: material elaborado pela mestrandia e pela ilustradora (2022).

Nessa etapa o público infantil é convidado a ingressar nesse ambiente, sendo que as crianças são vistas como sujeitos capazes de aprender no museu. As autoras Chicareli e Romeiro (2014) nos remetem a ideia do museu como espaço de ensino de história. Elas consideram o museu “como uma proposta desafiadora, que contribui diretamente para um pensamento histórico, reflexivo e crítico, possibilitando a inserção de questionamentos, levantamentos e hipóteses” (Chicareli; Romeiro, 2014, p. 89).

Após essa ilustração colorida, inicia a introdução dos lugares da cidade para a criança que estão representados nesse espaço. É possível que ela já tenha visto alguns deles nos seus roteiros diários, então ela pode começar a fazer associações com o que está sendo apresentado no livro, pois o material traz figuras que ela conhece ou pode conhecer de perto.

Adentrando, imaginativamente, no espaço, na página número 4, verifica-se uma representação da planta da casa (croqui), ampliada no espaço onde está o museu. A equipe da Secretaria de Planejamento de Vacaria cedeu acesso às plantas e aos projetos, feitos pelas arquitetas municipais, que se referem às obras de reforma na Casa do Povo para a instalação do museu em seu interior.

Figura 4 – Prancha utilizada na obra na Casa do Povo.



Fonte: Secretaria do Desenvolvimento de Vacaria-RS (2021).

Analisando a prancha, é possível observar as instalações da Biblioteca Pública, localizada à esquerda da imagem, e do Museu Municipal, localizado à direita. Aparentemente, a equipe da arquitetura quis preservar as formas arredondadas de Niemeyer, mantendo as características circulares da casa. Vale ressaltar que o projeto foi aprovado pelo IPHAE, conforme informação nº 245/2019/IPHAE.

Ainda é notável o fato de que o museu apresenta um caminho sugestivo, pelo qual o público tem a opção de percorrer ao visitar a exposição. Na construção do material, nessa suposta trilha museal, foram inseridos símbolos que representam os objetos ou o conjunto de objetos de um mesmo tema do acervo do museu. Vale ressaltar que nem todas as peças e/ou assuntos foram representadas no material pedagógico. Contudo, de uma maneira geral, foi procurado apresentar os temas mais representativos da história local da cidade, conforme o material que está representado no museu. Além disso, os fragmentos históricos utilizados no recurso lúdico são fundados nas temáticas que o espaço museal apresenta.

Conforme o caminho expositivo do museu, as partes do acervo que apresentavam alguns lugares do município foram relacionadas e apresentadas no livro. De acordo com cada temática

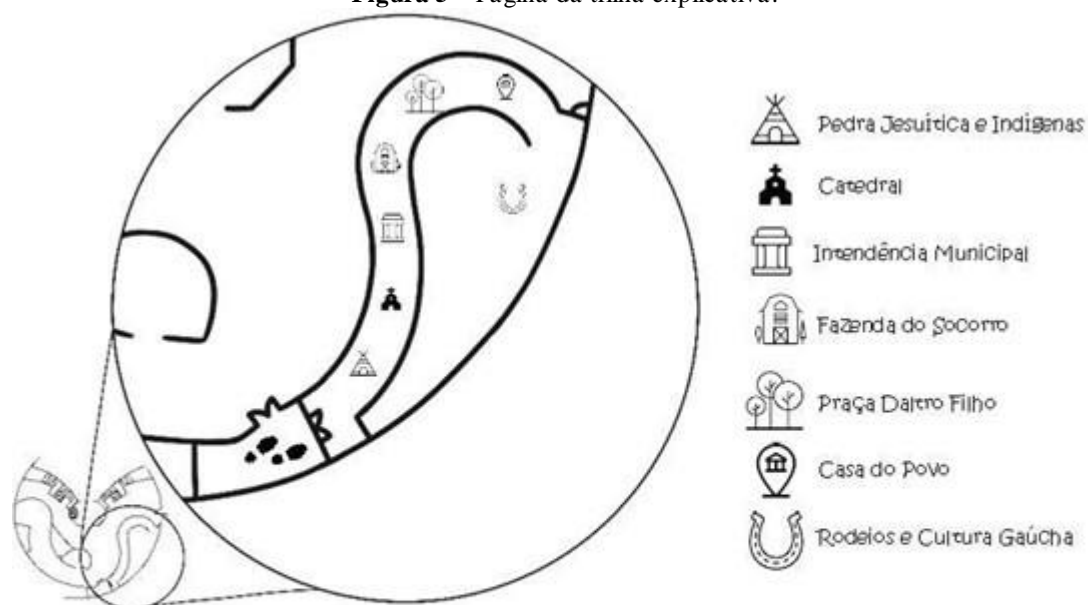
dos objetos, se procurou seguir a ordem da exposição do museu na sequência das páginas no material pedagógico. Assim os sinais gráficos demonstram, aproximadamente, como o acervo do museu está organizado atualmente.

Costa (2012, p. 3) indica que “a prática educativa do museu passa a constituir avenidas possíveis sobre as quais o visitante, ator da construção de novos conhecimentos, traça seus próprios caminhos”. Ele indaga: “Mas como o ensino de história é efetivado nesse espaço?” (COSTA, 2012, p. 3). O autor supõe que ainda que os museus realizem itinerários, os visitantes criam, em determinados momentos, seus próprios percursos.

É possível pensar e conceber a educação perpassada pelo museu em suas práticas educativas ou nos percursos estabelecidos pelos visitantes e pelos educadores uma ação relacional. “Existe nesse processo uma ação educativa mediada pela estética, pela fruição, pelo sonho, pelo espanto e pela curiosidade. Mas existe uma intenção na montagem desse acervo, desse museu, e de sua forma de comunicação” (COSTA, 2012, p. 4).

Apenas se utilizando da disposição do museu, os marcadores retratam o percurso do espaço: a Pedra jesuítica e os indígenas; Intendência Municipal; Fazenda do Socorro; Praça Daltro Filho; Casa do Povo; Rodeios e cultura gaúcha. Cada símbolo está, aproximadamente, desenhado no lugar onde as peças estão instaladas, seguidos de legenda na lateral.

Figura 5 – Página da trilha explicativa.



Abaixo do croqui com os sinais, nesta parte ainda está brevemente descrito o motivo do nome que o acervo recebeu, onde é possível ler: “Este é o novo espaço do Museu de Vacaria, agora denominado Adhemar Pinotti, homenageando esta pessoa que pesquisa e contribui sobre o passado da cidade e região”. Também é possível visualizar um resumo do histórico do Museu Municipal de Vacaria/RS: “O museu existe desde setembro de 1996, e começou seu acervo com doações dos cidadãos e objetos coletados por participantes da Gincana Municipal e, também, por peças pertencentes à Vacaria que estavam no museu Telmo Rossi, no município de Muitos Capões”.

Parte dos elementos constitutivos do percurso do museu

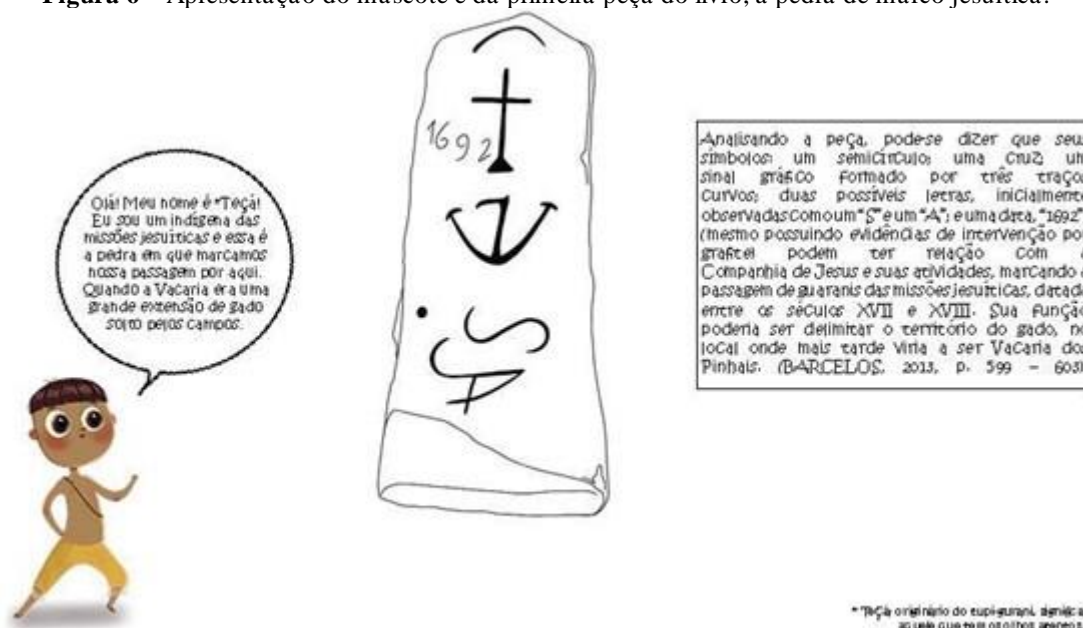
A partir da página 5 é possível visualizar desenhos elaborados pela ilustradora/designer, baseados nas fotografias dos lugares de memória locais e objetos museais. Esses desenhos, além de trazerem um pouco de sua história, convidam a criança a ressignificar sua forma aparente, sendo possível colorir da maneira que ela achar mais interessante e bonita.

O desenho que está na página 5 é o da pedra com marcação jesuítica. Ele retrata, através de um desenho para colorir, uma das primeiras peças expostas no museu. A pedra possui,

segundo Barcelos (2013), sinais grafados que remetem aos símbolos utilizados pela Companhia de Jesus.

Na mesma página, verifica-se a apresentação do mascote indígena Teçá, no balão de conversação: “Olá, meu nome é Teçá! Eu sou um indígena das missões jesuíticas e essa é a pedra em que marcamos nossa passagem por aqui. Quando Vacaria era uma grande extensão de gado solto pelos campos”. O box ao lado do desenho acompanha o conteúdo da página com uma breve explicação sobre seus possíveis significados.

Figura 6 – Apresentação do mascote e da primeira peça do livro, a pedra de marco jesuítica.



Fonte: material elaborado pela mestrandia e ilustradora (2022).

No lado direito da ilustração da pedra, encontra-se um box explicativo com a seguinte descrição:

Um semicírculo (selo da companhia jesuítica, uma meia lua com duas estrelas); uma cruz (de Jesus); um sinal gráfico formado por três traços curvos (os três cravos no coração de Maria pela crucificação de Jesus); duas possíveis letras, inicialmente observadas como um "S" e um "A" (podem remeter ao IHS do latim IHESUS); e uma data, "1692" (tendo variações em outros registros). Mesmo possuindo evidências de intervenção por grafite, podem ter relação com a Companhia de Jesus e suas atividades, marcando a passagem de guaranis das missões jesuíticas, entre os séculos XVII e XVIII. Sua função poderia ser delimitar o território do gado, no local onde mais tarde viria a ser Vacaria dos Pinhais (Barcelos, 2013, p. 599 - 603).

Novamente, não se busca uma metódica compreensão dos alunos acerca de todo o

conhecimento histórico que envolve esse objeto, mas se deseja que eles comecem a perceber a noção de tempo, isto é, a noção de passado, presente e futuro, de que em um determinado período a cidade começou a existir, que os lugares possuem suas histórias, as quais nem sempre são representadas, enfim estimular o pensamento histórico nas crianças. Outro exemplo, diz respeito ao fato de as crianças perceberem que os indígenas não são somente aqueles desenhos de rostos pintados e penas coloridas que eles viram na escola, mas que os indígenas existiram – e ainda resistem – nas terras do Rio Grande do Sul, entre tantas outras sutis reflexões entrelaçadas nas páginas desse livro.

Outra questão a considerar é que, provavelmente, o material atingirá também os adultos que estarão acompanhando a leitura com a criança. Adultos que, muitas vezes, podem não conhecer essas versões. Que impactos esse produto pode trazer para os adultos, tais como os familiares da criança, os professores e educadores do museu. Ao visitar o espaço e explorar o recurso com o/a filho/a ou, até mesmo ouvindo seu relato ao retornar da visita com a escola, os pais podem se questionar sobre que formas de acesso à cultura estão oferecendo aos filhos e que ambientes educacionais proporcionam à criança além da escola.

Costa (2012) ressalta sobre o museu como espaço de aprendizagem, não somente para o público que visita o espaço, independentemente da idade, mas também para os professores e os próprios educadores dos museus.

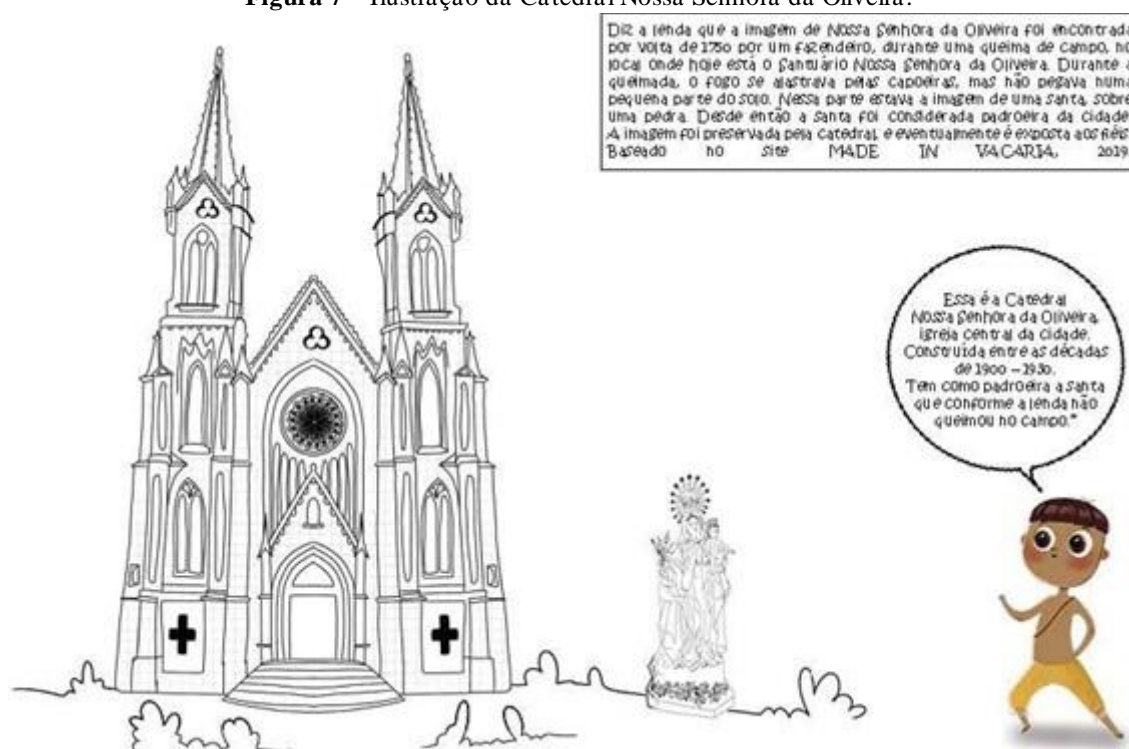
O museu é assim, espaço de aprendizagens, e desta forma, seu potencial para o ensino de história poderá provocar novas práticas educativas, colaborar também para uma formação tanto inicial quanto continuada dos professores – que em uma visita e/ou na preparação para a mesma se formam, apreendem novas práticas, questionam as já adotadas, também se surpreendem com as aprendizagens e com as possibilidades descortinadas (Costa, 2012, p. 4).

Na sequência, na página 8, traz a ilustração da igreja de pedra central, a Catedral Nossa Senhora da Oliveira, que recebeu esse nome pela santa que foi escolhida como padroeira da cidade. Há uma lenda sobre essa figura de devoção, que é contada no box da página.

Diz a lenda que a imagem de Nossa Senhora da Oliveira foi encontrada por volta de 1750 por um fazendeiro, durante uma queima de campo, no local onde hoje está o Santuário Nossa Senhora da Oliveira. Durante a queimada, o fogo se alastrava pelas capoeiras, mas não pegava numa pequena parte do solo. Nessa parte estava a imagem de uma santa, sobre uma pedra. Desde então a santa foi considerada padroeira da cidade. A imagem foi preservada pela catedral, e eventualmente é exposta aos fiéis (Baseado no site Made In Vacaria, 2019).

A fala do mascote descreve detalhes da história da igreja: “Essa é a Catedral Nossa Senhora da Oliveira, igreja central da cidade. Construída entre as décadas de 1900 – 1930, tem como padroeira a santa que, conforme a lenda, não queimou no campo”.

Figura 7 – Ilustração da Catedral Nossa Senhora da Oliveira.



Fonte: material elaborado pela mestrandia e ilustradora (2022).

A Catedral pode ser interpretada não apenas como um ambiente religioso, mas também como um espaço social e turístico da cidade. Em geral, a população reconhece sua presença como símbolo histórico e arquitetônico de Vacaria. Sua localização, em frente à praça, faz com que sua contemplação se torne praticamente cotidiana na vida dos vacarianos que passam por ali.

Sobre o ensino de história com as crianças menores, Bavaresco e Ferreira (2013) ressaltam que é preciso compreender o conhecimento histórico como uma construção de vários sujeitos. O cotidiano das crianças é uma boa alternativa de iniciar esse entendimento, oferecendo-lhes a possibilidade de se perceberem como sujeitos da sua história. Os pesquisadores afirmam que “embora sejam crianças, possuem em seu interior um arsenal de capacidades invejáveis. Elas tomam consciência do mundo de maneiras diferentes a cada etapa do seu desenvolvimento” (Bavaresco; Ferreira, 2013, p. 210). Os autores percebem a criança

como sujeito histórico e apostam nas suas habilidades de perceber e agir sobre o mundo que as cerca.

Na página 9 Teçá se encontra sentado à mesa que pertencia ao intendente (como era chamado o prefeito) da cidade, e está exposta no museu. Ele explica sobre esse local, que era o nome dado antigamente para a prefeitura, relacionando ao local onde, hoje, as pessoas que estão gerindo a cidade atuam. O mascote afirma: “a intendência era a forma que chamavam o local que, hoje, conhecemos por prefeitura, era o lugar onde as pessoas que regiam a cidade atuavam”.

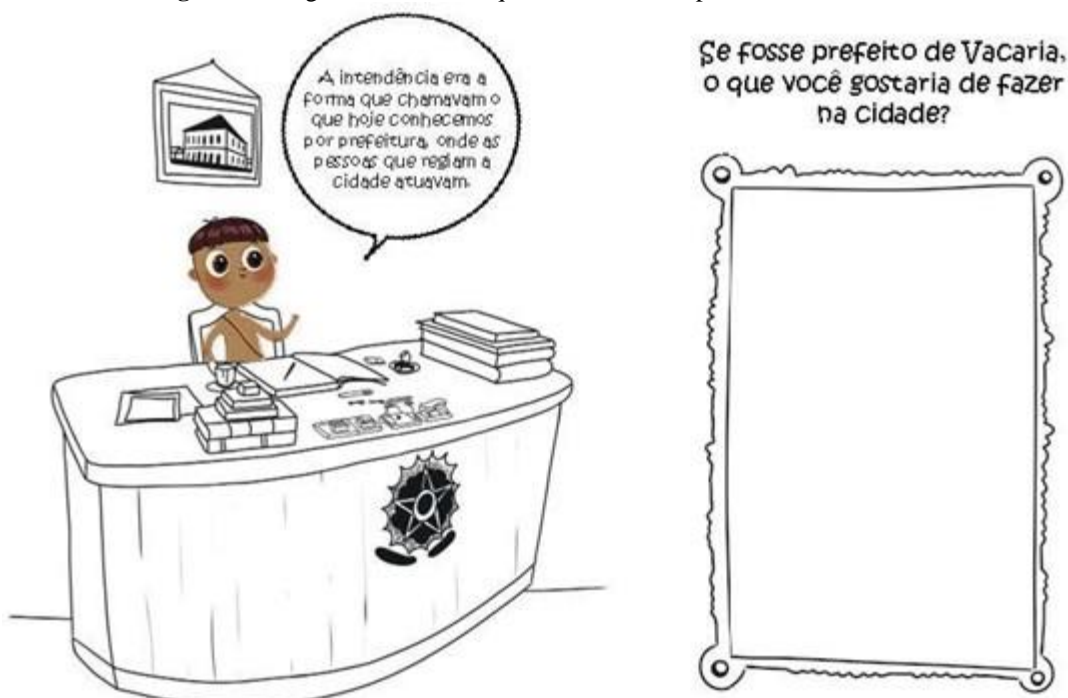
Teçá convida a criança a refletir sobre o que ela faria em Vacaria se estivesse ali sentada naquela cadeira. O que ela gostaria que existisse ou que não existisse em seu município? O que ela pensa sobre o seu local de vivência e de que forma gostaria de transformá-lo? A proposta da página indaga: “Se fosse prefeito de Vacaria, o que você gostaria de fazer pela cidade?”

Dessa forma, Chicareli e Romeiro (2014) relembram que o conhecimento a ser levado aos alunos precisa estar aliado aos seus interesses e às problemáticas do presente, para auxiliar na compreensão do nosso tempo, assumindo uma das funções do ensino de história. As autoras prosseguem:

Podemos pensar no cotidiano e na relação dos próprios estudantes com a sua cidade ao levantar questões de interesse deles sobre a cidade, assim como sobre o bairro em que moram, o trajeto que fazem para chegar à escola, enfim, utilizando conhecimentos dos alunos em conjunto com a história (Chicareli; Romeiro, 2014, p. 91).

Assim, neste instante, a proposta que o livro traz provoca a criança a pensar e se expressar além das cores, mas em forma dos traços do seu desenho, sobre o seu local de vivência.

Figura 8 – Página reflexiva “o que eu faria como prefeito da cidade?”.



Fonte: material elaborado pela mestrande e ilustradora (2022).

O ato de desenhar deve ser um momento de provocação, de desejo de expressão, de registro, de percepção de ideias e/ou de materializar pensamentos. Se o desenho não corresponder às expectativas dos adultos, não significa que para a criança não fez sentido em relação ao que se propôs.

Talvez elas queiram um McDonald's, um parque aquático, um circo gratuito, ou talvez ainda reflitam e apontem questões sociais que possam viver em suas vidas com suas famílias. Talvez demonstrem interesse em ter mais recursos nas escolas que frequentam, talvez mencionem algo sobre algum padrão social que as atinjam e ainda não sabemos o que pensam e gostariam de dizer a respeito.

Com essa proposta de atividade e percebendo o museu como ambiente de promotor da educação, Costa (2012) cita os estudos de Pereira (2009) a respeito das visitas feitas nesse espaço e afirma:

A visita educativa é [...] prática de pensar historicamente, compreendendo não só o passado como dinâmico, em sua interface com outras temporalidades (presente e futuro), mas presente como cenário conflitante, inquietante. O visitante é incitado a inquietar-se, estranhar, investigar, propor, decompor, debater, há, neste museu, o convite à desconfiância das narrativas unívocas e das versões consagradas tidas como únicas formas de pensar a história. (Pereira, 2009, p. 5 *apud* Costa, 2012, p. 3).

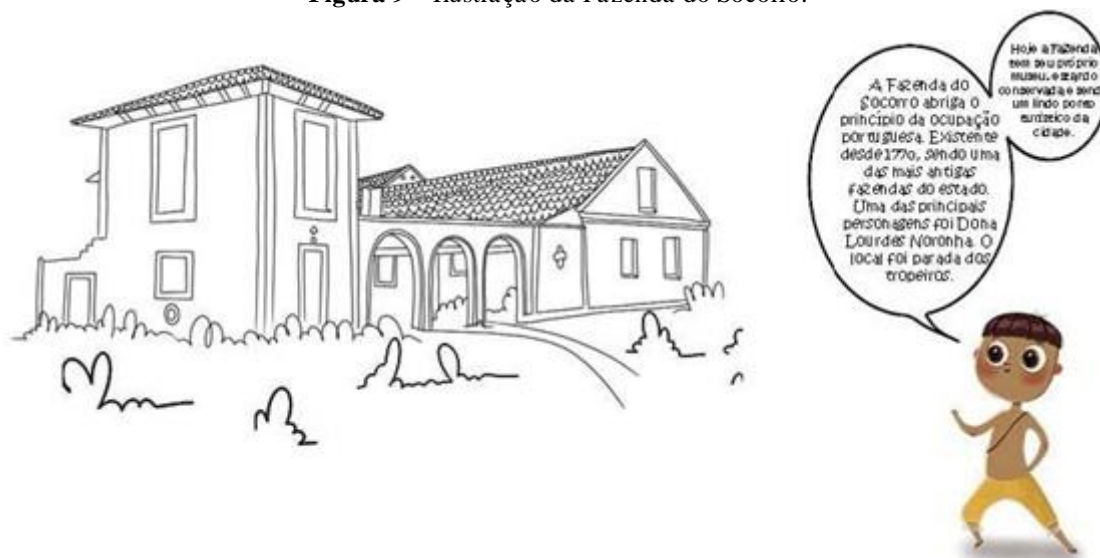
É nesse estranhamento e desconfiança que o autor instiga a pensar “o que poderia ser?” e a imaginar outras versões das histórias contadas. É nesse momento que se abrem as portas para refletir com as crianças e a colocá-las em posições que, talvez, ainda não tivessem se imaginado, como ocupando lugares políticos onde possam planejar e propor diferentes ações na sua comunidade.

Esses momentos são experimentos e tentativas de, pouco a pouco, estimular nas crianças e nos adultos que as acompanham, propostas educacionais em todos os âmbitos com os pequenos cidadãos.

Seguindo na página 10, o desenho apresenta a Fazenda do Socorro. Ela foi uma das primeiras ocupações portuguesas na região. O nome de José de Campos Bandemburgo é diretamente ligado ao local, já que ele é considerado o provável fundador da fazenda, que fez parte do início da ocupação lusitana na região. A fazenda era o local onde os tropeiros encontravam refúgio e podiam descansar depois de muitos dias de viagem de mula ou do de cavalo.

Nessa página, onde está localizada a ilustração da Fazenda para colorir, há um breve relato sobre seu histórico: “A Fazenda do Socorro abriga o princípio da ocupação portuguesa. Existente desde 1770, sendo uma das mais antigas fazendas do estado. Uma das principais personagens pela qual a fazenda hoje é reconhecida foi Dona Lourdes Noronha. O local foi parada dos tropeiros”. Ressalta-se que Dona Lourdes vem a residir na fazenda anos mais tarde, por volta do final do século XX.

Figura 9 – Ilustração da Fazenda do Socorro.



Fonte: material elaborado pela mestrandia e ilustradora (2022).

A fala do mascote ainda explica que a Fazenda é conservada até os dias de hoje, possuindo acervo próprio, sendo que é possível realizar visita marcando horário com os atuais proprietários, o que pode vir a ser um planejamento para educação patrimonial com as crianças, além da visita ao museu.

Na sequência o letreiro que se tornou comum nas cidades: Eu ♥ Vacaria. Há outros elementos que compõem a praça central que abordam mais sobre a história do município ou representações dessa história, como bustos de estátuas e placas informativas. Do outro lado da área, encontra-se, no chão, uma grande rosa dos ventos e um termômetro de rua, que também podem ser utilizados para atividades pedagógicas com as crianças, conforme cada faixa etária e cada objetivo de aprendizagem.

Figura 10 – Ilustração de letreiro presente na Praça General Daltro Filho.



Fonte: material elaborado pela mestrandia e ilustradora (2022).

O balão conversativo de Teçá menciona: “Aqui temos o letreiro da Praça Daltro Filho, conhecido por homenagear a nossa cidade”.

Lia, Costa e Monteiro (2013) recordam sobre a utilização de materiais didáticos no ensino de História, apontando que os alunos podem criar vínculos mais significativos com o conhecimento na utilização desses materiais. “Através da produção desse recurso, o aluno cria intimidade com o assunto trabalhado, sendo capaz de perceber os significados dos processos históricos e identificar sua própria identidade dentro dos mesmos” (Lia; Costa; Monteiro, 2013, p. 43).

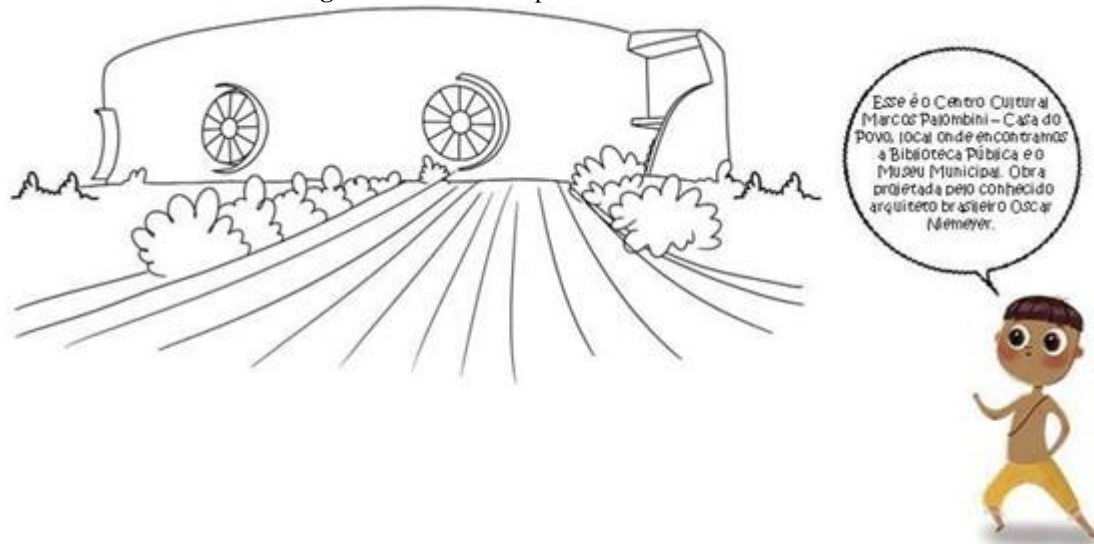
Para as pesquisadoras, os recursos alcançam mais os educandos do que somente explicações orais, pois “a prática, em geral, cativa mais a atenção do discente do que a exposição oral, permitindo que o aluno descubra novas interpretações para os fenômenos históricos, identificando suas habilidades e competências dentro desse universo” (Lia; Costa; Monteiro, 2013, p. 43).

Nesse momento, foi escolhido de modo mais dinâmico o letreiro, para os alunos fazerem associações do que estão encontrando no museu e no livro com locais presentes na sua vida real e diária dentro de sua cidade.

Na página sequência, o desenho da Casa do Povo, agora em preto e branco para ser ressignificado com as cores preferidas da criança, apresenta um breve histórico desse ambiente. Teçá explica: “Esse é o Centro Cultural Marcos Palombini – Casa do Povo, local onde encontramos a Biblioteca Pública e o Museu Municipal. Obra projetada pelo conhecido

arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer”.

Figura 11 – Desenho para colorir Casa do Povo.



Fonte: material elaborado pela mestrandia e ilustradora (2022).

O local conta com espaço para apresentações, onde talvez algumas crianças já tenham participado de shows culturais que as escolas infantis promovem. Atualmente, dispõe da Biblioteca Pública, com espaço kids, onde há um planejamento para receber as crianças. Além disso, também abriga o espaço em questão, isto é, o Museu Municipal, que poderá oferecer, agora, um recurso ilustrativo elaborado especialmente para o público infantil.

O monumento ao ginete se faz presente na página seguinte. Ele representa a seleção do acervo sobre os objetos da cultura e do tradicionalismo gaúcho e uma das maiores festas da cidade, o Rodeio Crioulo Internacional de Vacaria. O monumento feito de concreto com pintura em bronze está localizado na rótula da BR 116 com a BR 285, próximo ao bairro Monte Claro. Já a sua ilustração está no livro didático do museu.

O mascote o apresenta da seguinte maneira: “O monumento ao Ginete faz memória ao tradicionalismo gaúcho e aos populares rodeios internacionais de Vacaria. Você sabe onde ele fica localizado? O que já ouviu falar sobre ele?”

Figura 12 – Ilustração Monumento ao Ginete.



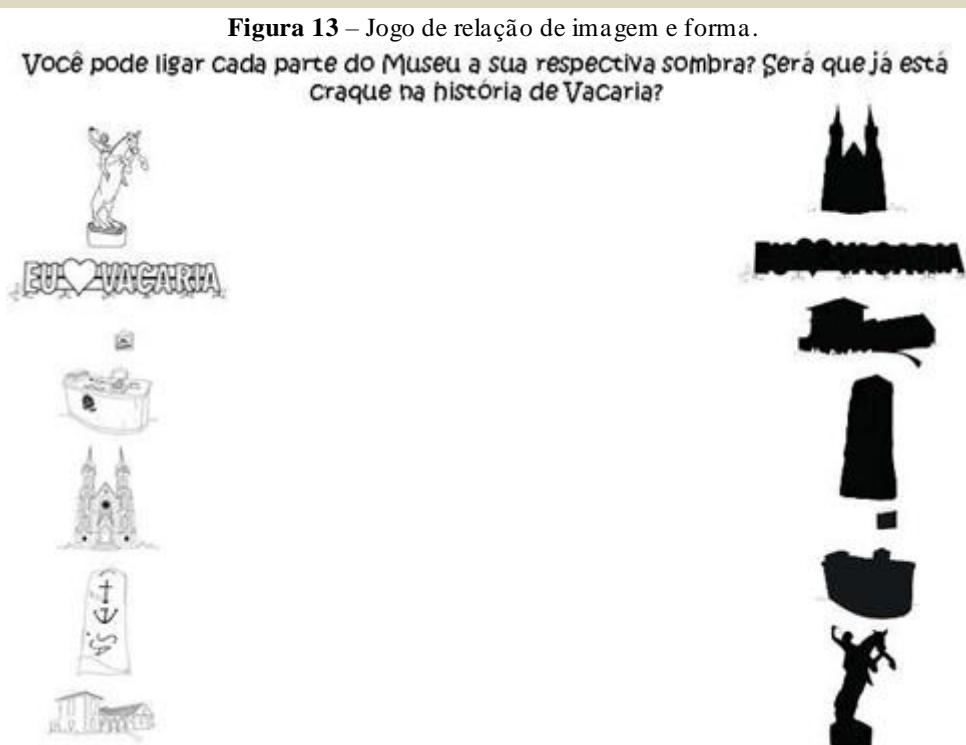
Fonte: material elaborado pela mestrande e ilustradora (2022).

O ginete é uma espécie de domador de cavalos, um homem entre o campo e a cidade que se aventura a montar em um cavalo “xucro”, ou seja, que ainda não foi adestrado. Sendo uma das provas mais esperadas dos rodeios, onde muitas pessoas se reúnem para conferir os ginetes montarem no lombo dos cavalos, sem cela, disputando quem consegue permanecer por mais tempo em cima deles, enquanto o animal corcoveia.

Atividades lúdicas com o acervo

A próxima atividade foi pensada como um momento de experimentação sobre as figuras e os conteúdos tratados no decorrer do livro. Não carrega sentido de comprovação de aprendizagem, nem de teste. É um momento desafiador para continuar a explorar as imagens, os locais e suas histórias.

Teçá apresenta o jogo pela sua fala: “Você pode ligar cada parte do museu a sua respectiva sombra? Será que já está craque na história de Vacaria?”.



Fonte: material elaborado pela mestrandia e ilustradora (2022).

O objetivo a ser atingido neste desafio é o de ligar, com o uso de um lápis, as figuras até as respectivas sombras de seus formatos. Esse é um jogo de percepção visual e estabelecer essas relações é um desafio na educação infantil.

Souza e Alves (2011) versam sobre os visitantes nos museus que são convidados a jogar com o acervo, estimulando a conhecer e ressignificar os conteúdos ali dispostos através da experiência sensorial, o toque. Poder tocar nos elementos, ou objetos que façam referência a eles, como os materiais didáticos, seus jogos, etc., rompem a lógica do distanciamento, ainda frequente em museus com estruturas tradicionais. Poder manusear e explorar, facilita o processo de apropriação de significados (Souza; Alves, 2011). As autoras ainda refletem:

Portanto, se o jogo abre a possibilidade de criarmos e reinventarmos o mundo e instituir novas formas de sociabilidade, o jogo pode assim contribuir para a reinvenção de uma nova atmosfera nos museus, que possa ser marcada pela vontade da descoberta, responsabilidade coletiva e o desenvolvimento da capacidade de criação (Souza; Alves, 2011, p. 3).

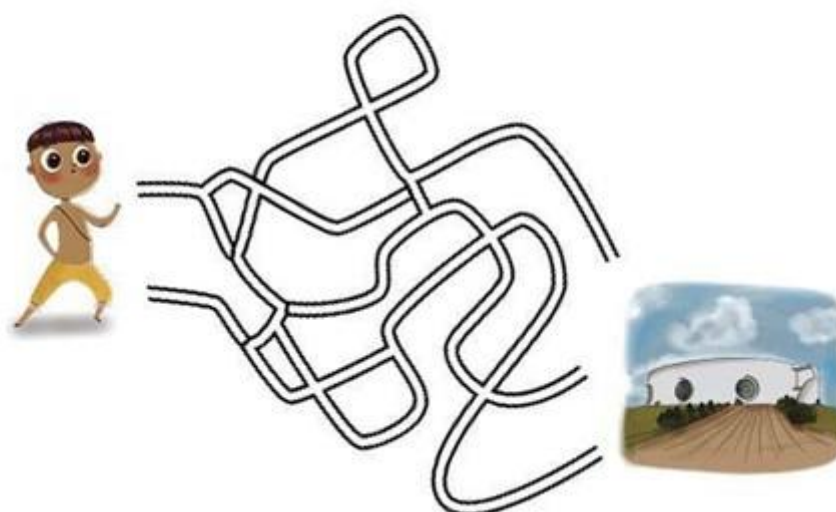
As estudiosas defendem o uso de atividades lúdicas, como os jogos com e nos museus, pois elas oportunizam “a exploração do conteúdo e das informações acerca das obras e da exposição, de maneira a contribuir para que os sujeitos visitantes aprendam e construam

sentidos nessa interação [...]” (Souza; Alves, 2011, p. 3). Evidenciando um espaço democrático, onde é possível acessar diversas maneiras de atingir os públicos.

Um novo desafio aparece, trata-se de um jogo de trilha. O objetivo é conduzir a figura do mascote até a Casa do Povo, onde está o museu. O livro apresenta o exercício: “Labirinto! Ajude nosso menino indígena Teça a chegar até a Casa do Povo, ele precisa ficar pertinho de sua história”.

Embaixo da explicação e do convite para o desafio, é possível observar a imagem do labirinto.

Figura 14 – Jogo de labirinto
Labirinto! Ajude nosso menino indígena Teça chegar até a Casa do Povo, ele precisa ficar pertinho da sua história!



Fonte: material elaborado pela mestrandia e ilustradora (2022).

A escolha da tipologia do jogo se dá pela faixa etária das crianças, como já visto anteriormente, um jogo que perde o sentido da diversão não é jogado. A brincadeira precisa ser instigante e prazerosa. Assim, a seleção dos jogos presentes foi pensada numa mecânica equivalente ao público que quer atingir.

Nesse material educativo, o jogo não tem objetivo de fixar conteúdo, mas de ser um momento lúdico e agradável à criança, enquanto continua a explorar esse grupo de figuras, conceitos, objetos e lugares. Analisando o jogo como momento de brincadeira, Fortuna colabora, refletindo: “[...] o que penso em relação potencial do brincar para o ensino e a aprendizagem: é preciso acreditar, apostar; enfim, entrar no jogo do ensinar e aprender” (Fortuna, 2013, p. 89).

Assim, pode-se entender que é preciso tentar. Oferecer a ludicidade como meio de ensino e aprendizagem, o “brincar por brincar” não é banal no ensino dos pequenos e, certamente, em todas as ações traz aprendizados. A autora ainda afirma:

Portanto, tem todo o sentido afirmar que, brincando por brincar, também se aprende, e que brincar pode, sim, ensinar, tanto quanto no brincar se pode aprender, desde que continue sendo brincadeira. Para isso, é preciso apostar no brincar – o que só é possível entrando em seu jogo, isto é, brincando. Pode-se, pois, concluir, que brincar é, efetivamente, aprender (Fortuna, 2013, p. 90).

Portanto, os jogos apresentados no livro educativo são simples em sua operacionalidade e trazem consigo o sentido da brincadeira e diversão, conforme o público-alvo que se pretende atingir.

Após ser apresentados alguns objetos do acervo do museu e alguns locais históricos e culturais, algumas atividades surgem desse conhecimento. A primeira proposta aparece na página 16, onde a criança será indagada: “Agora quero saber sobre sua história! Se o museu fosse sobre a tua vida, o que você colocaria como representativo, como importante nele?”

Com um espaço amplo para desenhar, que ocupa quase a página inteira, o pequeno visitante do museu é direcionado a pensar essa questão, o que seria representativo de sua vida para expor no seu próprio museu? Que pessoas, objetos e/ou momentos apareciam? Quais memórias e lembranças? Cada um terá a liberdade de representar o que desejar e achar que irá melhor expressar sua trajetória, através da sua percepção.

Figura 15 – Atividade “Museu sobre a minha vida”.

Agora quero saber sobre a sua história!
Se o museu fosse sobre tua vida, o que você colocaria como representativo?



Fonte: material elaborado pela mestrandia e ilustradora (2022).

Sobre a liberdade de expressão infantil:

Esta espontaneidade ocorrerá de forma positiva quando a criança sentir vontade e não se sentir pressionada a fazer algo que ela não queira; afinal de contas, desenhar não é um ato imediato, pois é necessário concentração e associar o mundo a sua volta para só assim decodificar o que foi de fundamental e formular o desenho (Ribeiro; Oliveira; Rabelo Júnior, 2016, p. 4).

Assim, pela visão dos autores, ao desenhar com propostas de materiais educativos, o educador deve estar atento para que, a partir das produções artísticas, a criança desenvolva diferentes percepções. As atividades propostas em materiais educacionais podem favorecer o desenvolvimento da percepção infantil, além de permitir sensações táteis e visuais, que servem como recurso motivador, onde a criança irá produzir de acordo com as suas próprias conclusões ao utilizar o material apresentado (Ribeiro; Oliveira; Rabelo Júnior, 2016).

O que não é apropriado ao mediador fazer é obrigar a criança a cumprir todas as atividades propostas no material didático. O museu não é segmento da escola, portanto seus parâmetros não são os mesmos, isso deve ficar claro na percepção do público mirim. Até mesmo a escola não deve ser um local que obriga. As pinturas, os desenhos e as explorações devem ser um momento de ludicidade, conhecimento e expressão.

Esse material foi contemplado com recursos da prefeitura e encontra-se impresso e disponível no Museu como material de apoio ao processo da educação patrimonial.

Referências

- BARCELOS, Artur Henrique Franco. **O Mergulho no *Seculum***: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial. Porto Alegre: Editora Animal, 2013.
- BAVARESCO, Paulo Ricardo; FERREIRA, Andres. O Ensino de História na Educação Infantil: um novo tempo. **Unoesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba. v. 4, n. 2, p. 207-214, 2013.
- BRASIL ESCOLA. **Considerações históricas dos jogos no âmbito educacional**. Disponível em: <https://meuartigo.brasescola.uol.com.br/educacao/consideracoes-historicas-dos-jogos-no-ambito-educacional.htm>. Acesso em: 03 jul. 2021.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017, p. 37.
- BRASIL. Constituição Federal. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Lei nº 11.904, Artigo 1º de 14 janeiro de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 16 fev. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009, Artigos 4º e 9º.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VACARIA. “Cria Museu Municipal”.
- Lei Ordinária Nº 1477 de 10 de novembro de 1993**. Disponível em: https://www.camaravacaria.igamtec.com.br/camara/proposicao/pesquisalegislaacao/1993/1/0/3791#lista_texto_proposicao. Acesso em: 20 jan. 2021.
- CHICARELI; Larissa S.; ROMEIRO, Kauana C. Museu e ensino de História: pensar o museu como local de conhecimento e aprendizagem. **Revista Confluências culturais**. Ed. Olhares urbanos e espaços temáticos – Patrimônio urbano e patrimônio rural; Patrimônio cultural, desenvolvimento e sustentabilidade; Memórias e urbes; Reespacializações culturais, v. 3, n. 2, p. 85-93, set. 2014.
- COSTA, Júlio César Virgínio da. **O Ensino de História mediado pelo museu: tempos, conceitos e patrimônio**. XVIII Encontro Regional ANPUH. Minas Gerais, 2012.
- COSTA, Leandro Demenciano. **O que os jogos de entretenimento têm que os jogos educativos não têm**. VIII Brazilian Symposium on Games and Digital Entertainment. Rio de Janeiro, RJ – Brasil. 2009. Disponível em: <http://sbgames.org/papers/sbgames09/artanddesign/tutorialArtes3.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2021.

FORTUNA, Tania. Brincar é aprender. In: PEREIRA, Nilton Mullet; GIACOMONI, Marcello Paniz (org.) **Jogos e o Ensino de História**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Evangraf/UFRGS, 2013.

GRANZA. **3 Dicas de design para criação e impressão do seu material gráfico**. Disponível em: <https://granza.com.br/3-dicas-de-design-para-criacao-e-impressao-do-seu-material-grafico/>. Acesso em 20 abr. 2022.

LIA, Cristine Fortes; COSTA, Jéssica Pereira da; MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. A produção de material didático para o ensino de História. **Revista Latino-Americana de História**, Edição Especial, PPGH-UNISINOS, v. 2, n. 6, p. 40- 41, 2013. Disponível em: <http://revistas.unisinis.br/rla/index.php/rla/article/view/175/133>. Acesso em 26 jan. 2021.

MADE IN VACARIA. **Monumento ao Ginete – Uma homenagem ao grande personagem dos Rodeios**. Disponível em: <https://www.madeinvacaria.com.br/monumento-ao-ginete/>. Acesso em 18 abr. 2022.

MARANDINO, Martha; MONACO, Luciana; LOURENÇO, Marcia F.; RODRIGUES, Juliana; RICCI, Fernanda Pardini. **A Educação em Museus e os Materiais Educativos**. São Paulo: GEENF - FEUSP, 2016.

MEINERZ, Carla Beatriz. Jogar com a História na sala de aula. In: PEREIRA, Nilton Mullet; GIACOMONI, Marcello Paniz (org.). **Jogos e o Ensino de História**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Evangraf / UFRGS, 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Educação Museal**. Disponível em: <https://sabermuseu.museus.gov.br/educacao-museal/#:~:text=Assim%2C%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Museal%20diz,e%20referencial%20para%20a%20sociedade>. Acesso em: 14 ago. 2022.

OLIVEIRA, Alessandra. Museu: um lugar para a imaginação e a educação das crianças pequenas. In: KRAMER, Sonia; ROCHA, Eloisa. **Educação Infantil: enfoques em diálogo**. Campinas: Papirus, 2013. p. 313-330.

OLIVEIRA, Fabiana. A Criança e os Espaços Públicos: reflexões acerca das implicações da participação infantil. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro/SP, v. 28, n. 57, p. 41-57, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/11019/8560>. Acesso em: 12 jan. 2021.

PEREIRA, Nilton Mullet; GIACOMONI, Marcello Paniz. **Jogos e o Ensino de História**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Evangraf/UFRGS, 2013.

PERES, Marilen Fagundes. **Produção de Material Didático Pedagógico para Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural de Tupanciretã**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis – SC. Julho, 2015.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL. Disponível em: <https://pnem.museus.gov.br/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

PINOTTI, Adhemar Antonio Martins. **Só para lembrar: Vacaria em fotos**. Caxias do Sul:

Lorigraf, 2011.

RIBEIRO, Rosângela de Meneses Melo; OLIVEIRA, Mariany Santos; RABELO JÚNIOR, Lindolfo de Oliveira. **A Importância do Desenho na Educação Infantil: uma atividade dotada de várias significações.** Trabalho apresentado para Conclusão de curso na Faculdade São Luís de França, 2016.

SOUZA, Ivana; ALVES, Lynn. Jogando nos Museus Virtuais - **Considerações preliminares:** os jogos online como experiência educativa nos museus virtuais brasileiros. Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. X SBGames – SBC. Proceedings of SBGames. Culture Track - Full Papers. Salvador – BAHIA, 2011.

COLEÇÃO HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: um estudo na Escola Estadual de Lagoa da Confusão (2021-2023)

Ana Paula Vicentim
George Leonardo Seabra Coelho

Introdução

As ideias presentes no capítulo corroboram com a concepção de que a escola é essencial na formação da identidade cultural dos sujeitos. No entanto, paradoxalmente, muitas vezes se torna um ambiente que alimenta o preconceito racial, tal atitude hostil contra grupos sociais desvalorizados gera agressões físicas e simbólicas que afetam principalmente alunos negros. O discurso de negação do racismo no ambiente escolar é uma postura comum entre os agentes que ocupam os espaços educacionais, resultando na negação de um problema que impacta os indivíduos e a sociedade, mantendo a discriminação. Diante disso, defendemos que reconhecer o racismo no ambiente escolar é essencial para adotar uma postura antirracista e combater as desigualdades.

Apesar do notável aumento de atividades interdisciplinares, como reuniões, seminários, publicações e cursos empreendidos nos últimos vinte anos, o ensino da História Afro-brasileira na Educação Básica por meio dos livros didáticos expõe diversos processos excludentes. O combate ao racismo nos livros didáticos não é novo! Rosenberg, Bazilli e Silva (2003) destacam que o movimento negro já apresentava uma perspectiva crítica sobre essa questão desde os anos 1970. Isso incluiu a mobilização pela nova Constituição e pelo Centenário da Abolição, ambos em 1988, além da III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, ocorrida em 2001. Ao observar a falta de uma perspectiva questionadora sobre racismo em livros didáticos, os autores chamavam a atenção – há mais de vinte anos – para a necessária abordagem integrada entre governo, militantes, educadores e pesquisadores na luta contra o

racismo em materiais educativos.

Nesse mesmo processo, Oliva (2009) defende a necessária problematização da influência dos livros didáticos na formação de referências mentais dos estudantes sobre a África. Para investigar esse processo cognitivo, o autor considera que é importante esclarecer a metodologia de análise presente nos manuais, os padrões de abordagem, os temas recorrentes, as possíveis lacunas e as relações de continuidade. Na busca da desconstrução das representações da África presentes no imaginário escolar, o autor propõe o diálogo entre os conceitos apresentados nos manuais e a historiografia dos estudos africanos. Nesse processo, destacam-se a revisão das categorias como “tribal”, “grupo étnico”, “reino” e “império”, fundamentais para a compreensão das formas de representação do continente africano nos materiais didáticos. Assim, é preciso observar essa questão com atenção, orientando-se por estudos mais atuais sobre o problema em tela, ou melhor dizendo, a reprodução do racismo em livros didáticos.

Em vista disso, enfatizamos a importância de se atentar à prática pedagógica, especialmente aquela apoiada pelos livros didáticos, que ainda perpetuam imagens negativas e estereotipadas da presença de descendentes africanos na sociedade brasileira. Consideramos que é inegável que a educação seja fundamental no combate ao racismo e na preservação das identidades culturais diante da cultura ocidental dominante. Considerando que os livros didáticos são fundamentais para apoiar professores e servir de leitura para os alunos, a dissertação de mestrado intitulada *Coleção história afro-brasileira e indígena: um estudo na Escola Estadual de Lagoa da Confusão (2021-2023)*, defendida por Ana Paula Vicentim no Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT), sob a orientação do professor doutor George Leonardo Seabra Coelho, teve como objetivo investigar a abordagem da História Afro-brasileira nos livros didáticos de História.

Ao longo da pesquisa, percebemos que, mesmo com mais de quarenta comunidades quilombolas no estado do Tocantins, há uma falha no cumprimento das leis que exigem o ensino da história afro-brasileira na Educação Básica. Com base nessa premissa, esta pesquisa visou contribuir para o reconhecimento do papel histórico das comunidades quilombolas e fortalecer os laços dos alunos com suas heranças culturais. Essa atitude contribui com as Diretrizes Curriculares para Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004), pois os currículos da Educação Básica devem ser elaborados para dar voz a grupos silenciados. Assim, entendemos que a

revisão e/ou a leitura crítica dos conteúdos dos livros didáticos se torna urgente para resgatar a história e a contribuição dos afrodescendentes, assim como eliminar estereótipos étnicos e culturais.

A partir disso, avaliamos o potencial da *Coleção História Afro-brasileira e Indígena* (2016), de Flavio Berutti, como material didático. Este exame busca entender a importância da coleção na implementação: 1) da Lei nº 10.639/2003, que obriga o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira; 2) das Diretrizes Curriculares para Relações Étnico-Raciais (2004); 3) da Resolução 08/2012, que estabelece Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola. Em complemento, analisamos documentos específicos para verificar se o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio Estadual Lagoa da Confusão-TO valoriza a História Afro-brasileira. Examinamos, também, como a legislação reconhece a importância dessa história e detalhamos a perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre o ensino da História Afro-brasileira.

Nesta dissertação, partimos da Análise Textual Discursiva (ATD) para examinar os documentos supracitados. Conforme Moraes e Galiazzi (2006), a ATD busca compreender e reconstruir conhecimentos existentes, em vez de testar hipóteses para confirmá-las ou refutá-las. Embora se concentre em produções escritas, a abordagem abrange imagens e outras formas de linguagem, pois, como afirma Moraes (2003), trata-se de elementos significantes aos quais o analista deve atribuir sentidos e significados. A ATD é essencial para esta pesquisa, uma vez que aprofunda a compreensão das nuances do discurso educacional, permitindo identificar representações, regularidades e lacunas. Por meio dessa abordagem, foi possível examinar as leis que tratam da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira, evidenciando aspectos normativos e omissões que dificultam sua efetiva implementação.

No primeiro capítulo da dissertação, exploramos a relação entre educação e diversidade, focando nas questões étnico-raciais na educação. Neste capítulo, destacamos a diversidade como princípio fundamental na educação, os fundamentos da educação para as relações étnico-raciais e como as teorias educacionais tratam a diversidade étnico-cultural nos currículos escolares. Por fim, analisamos a legislação educacional sobre relações étnico-raciais, destacando as leis brasileiras que tornam obrigatório o ensino da História Afro-brasileira e Indígena. Nesse sentido, oferecemos uma revisão bibliográfica sobre a relação entre diversidade e educação que pode contribuir com pesquisas futuras.

O segundo capítulo focou na formação de professores de história, examinando a

interculturalidade como um elemento crucial, onde defendemos que as práticas pedagógicas se enriquecem com uma abordagem intercultural. Destacaremos, inclusive, a importância de preparar os professores para lidar com a diversidade étnico-racial nas salas de aula. Investigamos, ainda, o papel do livro didático na formação de professores e como esses recursos afetam a pedagogia. Desta forma, ressaltamos que este capítulo buscou entender como melhorar a formação de professores para promover uma educação inclusiva e intercultural, especialmente no ensino da História Afro-brasileira e Indígena na Educação Básica.

No terceiro e último capítulo, analisamos a coleção *História Afro-Brasileira e Indígena* (2016). Analisamos a representação visual da cultura afro-brasileira na coleção, os fatos históricos descritos no manual e os textos didáticos. No processo investigativo, identificamos lacunas ou estereótipos na documentação. Com o intuito de contribuir com o debate sobre o ensino de História Afro-brasileira, o produto final dessa dissertação propôs uma série de ações que, acreditamos, podem auxiliar professores de outras localidades na luta antirracista. Assim, buscamos contribuir para a implementação da lei que trata do ensino da História Afro-brasileira, especialmente no que diz respeito à valorização da História das comunidades quilombolas no Tocantins. Partindo do posicionamento de que a população negra é essencial na história e cultura do Brasil, ressaltamos a importância de evidenciar as identidades formadas pelas lutas interligadas. Nosso produto final configura-se na forma de um minicurso que enfatiza a importância e sugere práticas diárias para tratar questões étnico-raciais em sala de aula.

Políticas públicas no estado do Tocantins, prática pedagógica e proposta antirracista

O estado do Tocantins possui 48 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Cada comunidade possui características culturais que se tornam únicas em relação às outras comunidades quilombolas e à sociedade ao redor. Apesar de suas particularidades, elas têm semelhanças significativas no uso da terra. Para elas, a terra é central, essencial para a segurança alimentar e sustentabilidade da comunidade. Ela é um local sagrado com os túmulos dos antepassados que criam um forte vínculo emocional e histórico; assim, o sentimento de pertencimento à terra é essencial para essas populações e reflete o enraizamento das tradições culturais que persistem apesar das influências externas e das mudanças ao longo do tempo.

O Governo do Estado desenvolve políticas educacionais para valorizar as particularidades dessas comunidades, sendo as Escolas Quilombolas uma das principais

iniciativas. A Lei 2.977, de 8 de julho de 2015, determina orientações para a reestruturação do currículo escolar no estado do Tocantins em parceria com os municípios, levando em conta os aspectos sociais e históricos locais, a cultura e a realidade das comunidades rurais, indígenas e quilombolas, visando à inclusão.

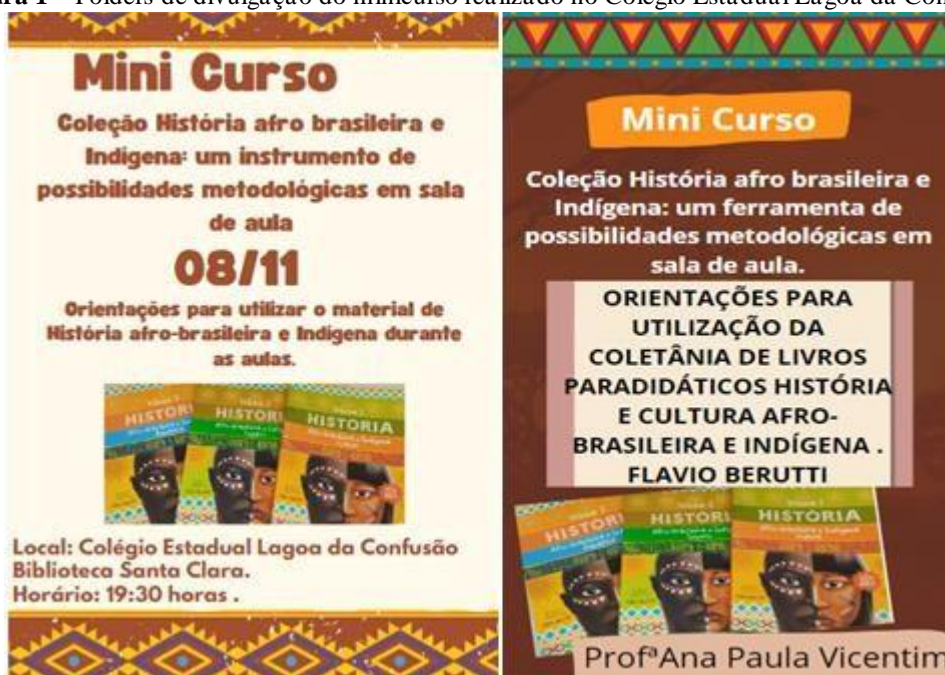
Ao apresentar o produto final dessa dissertação, a qual inclui análise de atividades, exercícios e sugestões pedagógicas destinadas a auxiliar os professores na abordagem da cultura afro-brasileira. As intervenções apresentadas aqui promovem a compreensão e a valorização da cultura afro-brasileira, bem como a conscientização sobre a importância da igualdade racial. Conforme destaca Verrangia (2015), as estratégias pedagógicas são relevantes para a construção do discernimento dos discentes, de modo que é por meio dessas abordagens que as noções relativas à diversidade de raças e etnias podem ser efetivamente disseminadas. Nessa perspectiva, o propósito foi estabelecer um ambiente destinado à análise, discussão, reflexão e à produção didático-pedagógica, fundamentado na *Coleção História Afro-brasileira e Indígena* (2016).

A aplicação do minicurso sobre o uso da referida coleção foi direcionada aos professores do Colégio Estadual Lagoa da Confusão, localizado no município de Lagoa da Confusão-TO. Esse momento formativo teve um impacto significativo nas escolhas e práticas metodológicas adotadas pelos professores do Ensino Médio. A metodologia empregada envolveu uma análise detalhada de cada módulo, abordando temas, imagens e atividades. Posteriormente, foram sugeridas novas ferramentas metodológicas a serem implementadas durante as aulas.

Em termos gerais, um minicurso foi um evento de curta duração projetado para facilitar o ensino-aprendizagem. Ao incorporar um minicurso como parte de uma metodologia de trabalho, ensino ou até mesmo na geração de dados científicos, foi crucial estruturá-lo de maneira a garantir clareza e acessibilidade ao seu público. Na fundamentação teórica desse minicurso, foi realizada uma apresentação visual, destacando a necessidade da aplicação da Lei nº 11.645 no contexto do Colégio Estadual Lagoa da Confusão. Essa proposta derivou da constatação de que muitos professores enfrentam desafios consideráveis ao abordar essa temática em sala de aula, chegando a evitar o tema devido à falta de entendimento sobre o assunto.

Vejamos o material de divulgação:

Figura 1 – Folders de divulgação do minicurso realizado no Colégio Estadual Lagoa da Confusão



Fonte: Material elaborado para produto final (2023).

O minicurso foi concebido não apenas como um momento teórico de formação sobre o material, mas também como uma oportunidade prática para experimentar sua aplicação no ensino. A estrutura do minicurso compreendeu cinco encontros, cada um com duração de quatro horas, realizados no período noturno. Esses encontros foram adaptados de acordo com a disponibilidade dos professores – integrantes do corpo docente da escola – da área de *Linguagens e suas Tecnologias* e *Ciências Humanas e suas Tecnologias*.

No primeiro encontro foram desenvolvidas apresentações utilizando o *PowerPoint* para explicitar o propósito do minicurso e apresentar o material. Cada professor recebeu uma coleção, e foi discutida a obrigatoriedade estabelecida pela lei sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. A intenção era fazer com que os professores percebessem a necessidade e urgência de abordar a temática durante as aulas, destacando que não é suficiente tratar apenas do racismo, mas é crucial adotar uma postura antirracista.

Figura 2 – Encontros promovidos durante o minicurso



Fonte: Material elaborado para produto final (2023).

No segundo encontro, concentramos nossa análise no volume 1 da coleção intitulada *História Afro-brasileira e Indígena: Colônia* (2016). Este primeiro módulo se subdivide em duas unidades. A primeira aborda os africanos e indígenas da pré-história ao século XV. Entretanto, concentramo-nos nos povos africanos, começando pela África, migrando para a discussão sobre reinos e impérios africanos. Nesta unidade, observamos a riqueza do material, incluindo imagens, mapas, textos, documentos interdisciplinares, bem como diferentes metodologias e formas de utilização que podem ser aplicadas nas aulas.

Na unidade dois, exploramos a colonização portuguesa e seus reflexos na vida dos povos africanos e indígenas. Durante essa unidade, examinamos os impactos no cotidiano e na mentalidade resultantes da colonização portuguesa. Os professores tiveram a oportunidade de analisar o material, que se destaca pela abordagem interdisciplinar, pela contextualização entre passado e presente nos textos, documentos, músicas e imagens. Além disso, a coleção oferece sugestões de livros, filmes e documentários que podem enriquecer o processo de ensino.

No terceiro encontro, concentramo-nos na análise do volume 2 da coleção, com ênfase no período do Brasil Império. Na unidade 1 desse volume, intitulada *Brasil: de colônia a estado* (2016), os professores realizaram uma análise prévia e identificamos as propostas metodológicas – debates, reflexões, pesquisa, poemas, documentos – a serem exploradas nas diversas áreas de conhecimento. Além disso, foram oferecidas sugestões adicionais para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade específica da escola. Já na unidade 2, intitulada *Afro-brasileiros nos anos finais do Império*, a coleção proporcionou um resgate das comunidades quilombolas, permitindo a abordagem das comunidades quilombolas do estado do Tocantins. Essa unidade explorou também a influência da cultura

africana na formação da sociedade, abrangendo aspectos como culinária, arte, língua portuguesa, música, dança e religião. Ao longo do minicurso, os professores demonstraram entusiasmo diante das propostas oferecidas pelo material e das diversas possibilidades de abordagem.

Figura 3 – Encontros promovidos durante o minicurso



Fonte: Material elaborado para produto final (2023).

No quarto e último dia de formação teórica, dedicamo-nos ao volume 3, intitulado *Brasil-República* (2016). Nas unidades 1 e 2 desse volume, foram abordadas as lutas, as manifestações artísticas e culturais, a tradição oral, as memórias, festas, lendas e ancestralidades africanas. Essa seção se torna um compêndio de mitologias que instiga professores e estudantes a irem além do material, propondo atividades práticas em torno da temática. Nesse dia, iniciamos a aplicação prática de tudo o que foi abordado nos dias anteriores. Foi solicitado a cada professor que – focando em seu componente curricular e considerando a realidade de suas turmas – começasse a planejar atividades para serem desenvolvidas ao longo de uma semana. Ao executarem essa atividade, os professores tiveram a oportunidade de explorar outras possibilidades no processo de preparação de suas próprias aulas, contribuindo para um planejamento coletivo conforme o proposto durante o minicurso.

No último dia de nosso encontro, transitamos da prática e, posteriormente, para a produção de um evento (Figura 4). Na ocasião, os professores, de forma colaborativa, elaborariam e aplicariam atividades durante uma semana, direcionadas aos estudantes e

alinhadas com os objetos de conhecimento conforme o plano de ensino, incorporando a temática da cultura afro-brasileira por meio da coleção. Durante a *Semana da Consciência Negra* (Figura 4) foram realizadas palestras, oficinas, roda de conversa, apresentações, ateliês e viagem pedagógica. Para finalizar a semana, tivemos ainda um desfile que contou com a participação dos estudantes do Ensino Médio da escola.

A seguir, apresento uma proposta de atividades derivadas das práticas realizadas no minicurso. Essas atividades visam não apenas cumprir os objetivos do minicurso, mas estimular a participação, reflexão e envolvimento dos estudantes, promovendo uma abordagem prática e enriquecedora da cultura afro-brasileira na escola.

Quadro 1 – Proposta de Atividade Pedagógica – Parte 1

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Podcast sobre os Contos Olhos D'Água	Elaborar um podcast abordando os temas e mensagens presentes nos contos da obra.
Entrevista com a autora Conceição Evaristo	Simular uma entrevista com a autora, explorando questões sobre suas inspirações e visão artística.
Ilustração dos contos / Confeção de painel	Criar ilustrações representativas dos contos, formando um painel visual na escola.
Roda de conversa sobre os contos de Conceição Evaristo	Promover uma discussão aberta sobre os contos, incentivando diferentes perspectivas e interpretações.
Painel de palavras africanas usadas na língua portuguesa	Investigar e expor palavras de origem africana presentes na língua portuguesa.
Sarau poético sobre a poesia de autoras africanas e brasileiras afrodescendentes	Organizar um evento poético destacando obras de autoras afrodescendentes.
Painel de resenha dos contos ou revistas, jornais, impressos ou virtuais	Produzir resenhas críticas dos contos, promovendo a análise e reflexão.
Debate sobre as temáticas apresentadas nos contos	Realizar um debate estruturado para aprofundar as questões exploradas nos contos.
Exposição de fotos, imagens sobre as conquistas dos povos indígenas e negros no Brasil no século XXI	Montar uma exposição visual destacando conquistas e contribuições das comunidades indígenas e negras.
Teatro – Dramatizar contos	Encenar trechos dos contos por meio de peças teatrais, promovendo a expressão artística.
Painel literário de autores negros (Brasil, Portugal e africanos)	Destacar obras e biografias de autores negros, ampliando o conhecimento literário.
Caderno de receitas de alimentos e ou produtos cultivados aqui em Lagoa da Confusão	Criar um caderno reunindo receitas que valorizem os alimentos cultivados localmente.
Feira ou evento culinário de comidas típicas de Tocantins	Organizar uma feira ou evento gastronômico com pratos tradicionais da região.
Painel com letras de músicas que fazem alusão à cultura africana	Apresentar letras de músicas que abordem a cultura africana, explorando o aspecto poético.
Confeccionar lembrancinhas	Criar pequenos objetos ou lembranças que representem a temática abordada.

Fonte: Material elaborado para produto final (2023).

Quadro 3 – Proposta de Atividade Pedagógica – Parte 2

ATIVIDADES DE APRESENTAÇÃO E EXPOSIÇÃO DA TURMA

- Caricatura do Livro “Olhos D’Água” e autora: Conceição Evaristo;
- Podcast dos Contos: “Maria”, “Olhos D’Água”, “Ei, Ardoca” – Livro “Olhos D’Água”
- Painel literário de obras afro, de autores brasileiros, portugueses e africanos
- Painel de personalidades históricas negras;
- Exposição de fotos, imagens, poemas, letras de músicas;
- Imagens de personalidades negras importantes na História, Literatura, Política, Arte, Futebol, Moda, Música etc.;
- Para quem você tira o chapéu? Atividades Consciência Negra

Fonte: Material elaborado para produto final (2023).

Quadro 4 – Proposta de Atividade Pedagógica – Parte 3

ATIVIDADES DE APRESENTAÇÃO E EXPOSIÇÃO DA TURMA

- Painel de Resenha dos Contos ou Revistas, Jornais, Impressos ou Virtuais (turma toda);
- Exposição de fotos, imagens sobre as conquistas dos Povos Negros no Brasil no século XXI;
- Podcast dos Contos: “Maria”, “Olhos D’Água”, “Ei, Ardoca” – Livro “Olhos D’Água”;
- Confeccionar lembrancinhas;
- Feira gastronômica de comidas típicas de Tocantins.

Fonte: Material elaborado para produto final (2023).

Quadro 5 – Proposta de Atividade Pedagógica – Parte 4

ATIVIDADE EM SALA COM AS TURMAS

- Roda de Conversa e Leitura do fragmento do poema “Navio Negreiro”, de Castro Alves – Livro “História – Afro-brasileira e indígena: Império”, páginas 40 a 43;
- Audição de um RAP – releitura por Slim Rimografia do clássico poema “Navio Negreiro” de Castro Alves;
- Debate entre as turmas – Tema “No Brasil contemporâneo persiste o racismo sistêmico estrutural, cujas origens podem ser encontradas no nosso passado escravista”; Em duplas: ler os tópicos: Tráfico de escravos: pressões pelo fim; “Lei para inglês ver”: a questão do tráfico de africanos escravizados (pag. 42-44); Responder à questão no caderno: “Como as elites provinciais conseguiram resolver a questão do tráfico de africanos escravizados, tão importante na manutenção do sistema escravista no Brasil?”
- Em duplas: ler o “Manifesto Republicano de 1870 – Aos nossos concidadãos!”, de Reynaldo Carneiro Pessoa. Fazer um breve comentário, por escrito, sobre a afirmativa extraída do manifesto em análise: “Neste trecho do Manifesto Republicano percebemos que o movimento ‘fala’ sempre em nome do povo, defendendo a República como bem coletivo. Entretanto, na prática, o povo não teve participação no processo que levou à Proclamação da República no Brasil”. Valendo-se de elementos argumentativos presentes no texto, justifique por que houve essa contradição.
- Em duplas: O movimento Republicano destaca em seu manifesto que a criação do partido e a constituição do movimento eram legítimas desde a Constituição de 1824. Pesquise essa constituição e anote abaixo o trecho desta em que se pode observar a legitimidade defendida pelos republicanos.

Fonte: Material elaborado para produto final (2023).

Quadro 6 – Proposta de Atividade Pedagógica – Parte 5

- Debate: “Africanos e afrodescendentes no Tocantins”. Pode-se afirmar que a contribuição cultural da matriz africana foi decisiva na área de mineração? Por quê? (Livro: História afro-indígena Tocantins, p. 43-46);
- Roda de conversa: Comunidades quilombolas do Tocantins – “Práticas culturais e ancestralidade definem o território quilombola” (Livro: História afro-indígena Tocantins, p. 46-47);
- Tertúlia Literária – Comunidades quilombolas: espaço de debates sobre cultura e educação racial – Comunidade quilombola dona Juscelina (Muricilândia-TO) – Livro: História afro-indígena Tocantins (p. 50-52);

Fonte: Material elaborado para produto final (2023).

Quadro 7 – Proposta de Atividade Pedagógica – Parte 6

ATIVIDADE EM SALA COM AS TURMAS

- Roda de Conversa: festas, lendas e ancestralidade (povos africanos e afro-brasileiros). Livro História afro-brasileira e indígena República, p. 70-80 (Turma toda);
- Roda de Conversa: “Oresgate à memória de Chico Rei, grande personagem negro, símbolo da resistência africana diante da escravidão” (p. 73);
- Caricatura do Chico Rei – grande personagem negro, símbolo da resistência africana diante da escravidão (p. 73);
- Em grupo: fazer uma pesquisa, apresentar e anotar no caderno sobre alguma irmandade do Período Colonial. Descrever quando surgiu, seu santo de devoção e as principais ações desenvolvidas por essa entidade (p. 71);
- Pesquisar e anotar no caderno: qual o significado da expressão “Sincretismo religioso?”;
- Painel de palavras africanas e indígenas usadas no Língua Portuguesa;
- Painel expositivo de lendas africanas e indígenas;
- Pesquisa na Internet (Turma toda): Os diversos africanos que vieram para o Brasil durante os períodos Colonial e Imperial na condição de escravizados tiveram participação significativa na formação do nosso país. Ao longo da nossa história, africanos e seus descendentes atuaram em vários episódios da história do Brasil e contribuíram para a construção econômica, social e cultural da nação. Muitos negros atuaram (e atuam) em diferentes áreas do conhecimento, de desenvolvimento profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social.
- A partir da relação de nomes citada a seguir, escolha três personalidades e façam uma pesquisa sobre a atuação destes em suas respectivas áreas: Luiza Nahim, Padre Maurício, Luiz Gama, Cruz e Souza, Teodoro Sampaio, José Carreira Leite, Solano Trindade, Antonieta de Barros, Edison Carneiro, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Milton Santos, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Henrique Antunes Cunha, Tereza Santos, Emmanuel Araújo, Cuti, Alzira Rufino, Inaicyra Falcão dos Santos (p. 78);
- Audição da música “Babá Alpalá”, de Gilberto Gil – Escrever um parágrafo associando os diálogos apresentados na música com a importância da ancestralidade para a afirmação das culturas afro-brasileiras (p. 80);
- Pesquisar no dicionário: palavras desconhecidas que aparecem na letra da música e seus respectivos significados.
- Painel de Resenha dos contos ou Revistas, Jornais, Impressos ou Virtuais – Contos “Beijo na Face”, “Os amores de Kimbá”, de Conceição Evaristo.
- Viagem Histórica às cidades de Natividade e Porto Nacional – Professor Cleidson Rodrigues da Silva (Geografia) e Ana Paula Vicentim (História) (Vide Roteiro abaixo).

Fonte: Material elaborado para produto final (2023).

Figura 4 – Folder com a programação da Semana da Consciência Negra

Semana da Consciência Negra
Programação
20/11 à 24/11

	20/11	21/11	22/11	23/11	24/11
Matutino	8:00 horas: Professora Benta Lopes: O respeito nos une a diferença nos enriquece. Painel: Representação do negro na sociedade (Mundial, Nacional e Estadual). Cleidson Rodrigues da Silva E.F (23.02)	9:30 – OFICINA DE MÁSCARAS AFRICANAS. (92.01) Elisabete Chefer Audição de Rap: Navio Negroiro. Rapper Slim Rimografia (23.01/02) Prof.ª Magnólia Rocha	8:00 – Roda de Capoeira Programa Social Crás. Prof.º Danilo Cesar Marinho Lima. 9:30 – Ateliê BONECA ABAYOMI Trilha Vozes da Juventude. Paloma	Oficina: Pintura Africanas em telas. Prof.ª Selma Soraia (13.05) Escritoras Negras Confecção de Cartazes (13.02) Prof.ª Selma Soraia . Roda de Conversa: Brasil contemporâneo e racismo estrutural. (23.01) Prof.ª Magnólia Rocha.	8:00 – Professora: Paloma Pereira da Silva: Consciência a gente não comemora, a gente pratica! Oficina de Trancinha e Maquiagem
Vespertino	13:50 Palestra: Consciência a gente não comemora, a gente pratica! Professora: Paloma Pereira da Silva. OFICINA DE MÁSCARAS AFRICANAS. 92.02 Prof.ª Elisabete Chefer	15:30 – Oficina BONECA ABAYOMI Paloma, Stella. 82.03 3 92.02	13:30 – Roda de Capoeira 15:00 – Mural: Representação do negro na sociedade (Mundial, Nacional e Estadual). 23.07 Cleidson e Leonilda.	Podcast: Olhos D'Água e Maria. Conceição Evaristo (23.01) Prof.ª Magnólia Rocha	Roda de Conversa: O resgate e Memória de Chico Rei. (33.01) Prof.ª Magnólia Rocha Tertúlia: Festas, Lendas e Ancestralidade: povos africanos e afro-brasileiros. (33.02) Prof.ª Magnólia Rocha
Noturno	19:30 Palestra: Consciência a gente não comemora, a gente pratica! Professora: Paloma Pereira da Silva: HQ: Contos da obra Olhos D'Água de Conceição Evaristo. (23.01/02 e 33.01/02) Prof.ª Magnólia Rocha.	Tertúlia Literária: Comunidades Quilombolas: cultura e educação Racial (23.02) Prof.ª Magnólia Rocha.	19:00 – Roda de Capoeira 20:00 Memórias da cidade de Lagoa da Confusão: Lembranças e Lições. Professora: Ester Bernardi Braga. Oficina BONECA ABAYOMI Paloma e Stella. 23.09 e 13.08	19:30 *Roda de Conversa: Carolina Maria de Jesus um emblema da cultura brasileira. Prof.ª Ana Paula Vicentim (33.03/33.05)	19:30 – ENCERRAMENTO DA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA Desfile: Beleza Negra Prof.º Marcos Daniel. Exposição de telas 3D: Sala de recursos. Prof.ª Selma Soraia Caricaturas: Chico Rei e Conceição Evaristo. Painéis: Personalidades Literárias Afro-brasileiras, palavras, poesias e Lendas Africanas. Prof.ª Magnólia Rocha

Colégio Estadual Lagoa da Confusão – TO

Fonte: Material elaborado para produto final (2023).

Quadro 8 – Roteiro de Viagem – Natividade e Porto Nacional

Colégio Estadual Lagoa da Confusão – Tocantins
ROTEIRO DE VIAGEM/NATIVIDADE

Primeiro dia

- 04:00 - Café da manhã
- Saída da Escola Estadual Lagoa da Confusão com destino à Natividade
- 08:30 - Lanche e Recepção na Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima (O Pelicano)
- 09:00 - Saída para a Igreja de São Benedito, onde iniciaremos nosso *briefing*, informando a data de criação da cidade e como ela foi criada, assim começaremos nosso tour histórico-cultural.
- Beco do cemitério (primeiro cemitério de Natividade)
- Ourivesaria mestre Juvenal (apresentação da arte da filigrana e história do local)
- IPHAN, onde será apresentado sobre a arquitetura colonial e o conjunto arquitetônico
- Antiga praça do Pelourinho, contextualização da época da escravidão e criação da irmandade negra
- Antiga cadeia pública, onde funciona o museu da cidade
- Parada para o almoço 13:00 - Retorno às 13:30
- Fábrica do amor perfeito da tia Naninha, onde os alunos terão a chance de ver o processo de fabricação, e aprender sobre a história do biscoito.
- Igreja de Nossa Senhora da Natividade (igreja matriz), será apresentada a lenda da Serpente Encantada
- Dona Romana, visitação do sítio e contextualização do sincretismo, antigamente praticado pelos escravos em relação à Igreja Católica.
- Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (igreja de pedra), história de como foi construída, e importância do monumento, tanto no período colonial, quanto nos dias de hoje. Através de um incentivo pessoal, para que as escolas públicas participem mais dessa imersão histórica e cultural do estado, é cobrada uma taxa de 20 reais por aluno
- 18:00 - Retorno para a Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima (O Pelicano) 19:00 – Jantar
- 21:00 – Descanso

Segundo dia

- 05:30 - Café da Manhã
- 06:00 - Saída para Porto Nacional

- 09:00 - Chegada em Porto Nacional
- 09:15 - Lanche em Porto Nacional
- 09:30 - Visita Na Igreja Catedral Nossa Senhora das Mercês
- 10:00 - Visita ao Centro Histórico de Porto Nacional
- Rua 5, Largos e praças
- Acervo Arquitetônico do Período da Mineração do Ouro
- 11:30 - Almoço Porto Nacional
- 12:30 - Retorno para Lagoa da Confusão
- 16:00 - Previsão de chegada em lagoa da Confusão
- Professores responsáveis:
- Marcia Pereira Pinto – Gestora da Unidade Escolar Valquíria Borba Lima – Coordenadora Pedagógica do Ensino Médio
- Ana Paula Vicentim – Coordenadora de Área de Ciências Humanas
- Cleidson Rodrigues da Silva – Professor do Modulo I e II de Trilha
- Leonilda Ferreira Costa – Professor do Modulo I, II e III de Trilha
- Estudantes precisam levar:
- *Colchonete, travesseiro, lençol, roupas, pertences de uso pessoal, medicação (se estiver em uso) documentos, copo/prato/caneca/talher (plástico/descartáveis)
- Dinheiro: R\$ 20,00 – Guia de Turismo Jorge Suarte
- Dinheiro para lanche ou eventualidades

“Viajar é uma experiência única de vivenciar um aprendizado”.

Fonte: Material elaborado para produto final (2023).

Considerações Finais

Apesar dos progressos, ainda existem obstáculos a vencer. A desigualdade educacional continua e é preciso um esforço constante para garantir uma educação inclusiva, representativa e justa. A educação das relações étnico-raciais requer aprendizado recíproco entre brancos e negros, intercâmbio de conhecimentos e colaboração na criação de uma sociedade justa e equitativa.

Uma abordagem holística acerca do racismo, do diálogo, do respeito e da valorização das culturas locais — com ênfase nas comunidades quilombolas do Tocantins — visa engajar os estudantes em reflexões que contribuam para a construção de uma sociedade antirracista. Apesar das dificuldades enfrentadas pela educação no Brasil, entre elas, a formação continuada deficitária, estrutura escolar precária e baixa remuneração dos agentes escolares, persistimos em promover atividades sobre consciência negra e eventos com os estudantes. Outro aspecto relevante que merece destaque é a resistência às atividades culturais afro-brasileiras, prática que impede a formação de uma sociedade inclusiva e antirracista e demonstra a necessidade urgente de mudanças nas abordagens educacionais. Assim, nossa proposta buscou promover diversidade e respeito no ambiente escolar por meio de atividades que valorizassem as comunidades quilombolas do Tocantins.

O envolvimento dos educadores na superação desses desafios e na valorização da

diversidade é essencial para transformar o ambiente escolar. Esperamos que os demais educadores se unam a essa causa e reconheçam a importância de incluir as culturas africanas e afro-brasileiras no currículo escolar. Durante a execução desse produto final, houve adesão de educadores e mudanças de posturas no Colégio Estadual Lagoa da Confusão. Esse posicionamento demonstra o impacto positivo dessas iniciativas e enfatiza a importância de uma educação inclusiva e plural. A participação e o engajamento dos alunos do ensino médio e fundamental II nas atividades da semana destacaram a relevância desse trabalho. O minicurso superou as expectativas, com uma semana cheia de palestras, debates e diálogos sobre a cultura negra, além de oficinas e outras atividades que valorizaram a identidade dos estudantes. Foi um momento gratificante por permitir vivências significativas e valorização.

As interações trouxeram insights importantes, ajudando na compreensão das dinâmicas educacionais e da relevância da cultura afro-brasileira no processo.

Reafirmamos a necessidade de buscar soluções que abordem as limitações materiais da escola para promover a igualdade racial e garantir uma representação justa da história afro-brasileira em materiais educativos. Os desafios para a implementação são claros, tanto pela falta de recursos no Colégio Estadual de Lagoa da Confusão quanto pela necessidade de estratégias pedagógicas que considerem a diversidade dos alunos. A metodologia aplicada ofereceu uma visão aprofundada da realidade do Colégio Estadual Lagoa da Confusão. As práticas educacionais, como minicurso e atividades interdisciplinares, promoveram uma imersão eficaz na cultura afro-brasileira. Atividades como podcasts e eventos culturais foram planejadas para engajar os alunos e promover uma compreensão crítica do tema.

A prática escolar mostrou desafios e oportunidades. O exame da infraestrutura revelou limitações que afetam a qualidade do ensino, mostrando a necessidade urgente de investimentos. A diversidade cultural e socioeconômica dos alunos ressalta a necessidade de estratégias inclusivas que considerem as características da comunidade. Na escola, apesar das limitações, foram realizadas iniciativas pedagógicas criativas e participativas. O minicurso e as atividades interdisciplinares demonstraram a eficácia de estratégias que envolvem os alunos.

Defendemos que a história afro-brasileira vai além da educação, sendo uma necessidade ética e social. Sua função transcende a sala de aula, englobando a formação de identidades, a luta contra o racismo estrutural e a promoção de cidadãos críticos. A teoria e a prática muitas vezes se confrontam, mostrando a necessidade de melhor alinhamento entre as políticas educacionais e a realidade nas escolas. Concluímos que nosso estudo é um convite à ação, não

um fim. A representação da história afro-brasileira em materiais educativos é ampla e dinâmica, e nossa pesquisa foca em um aspecto específico desse desafio. Que este trabalho impulse novas pesquisas, práticas de ensino criativas e políticas educacionais inclusivas.

Entender que a leitura da história afro-brasileira é um processo contínuo e coletivo, cheio de desafios e oportunidades de transformação. Que as reflexões aqui apresentadas ressoem não apenas na academia, mas também nas salas de aula, em comunidade e nos corações de quem se empenha por uma educação antirracista. Que esta dissertação vá além de um simples registro, tornando-se um forte apelo à ação por um futuro educacional mais justo e representativo.

Referências

BERUTTI, Flávio. **Coleção História Afro-Brasileira e Indígena: Ensino Médio**. Curitiba, PR: Editora DC, 2016.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11.ed. São Paulo: Contexto, 2009b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 118, p. 11, 22 jun. 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2004>. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesado em: 15 jan. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2012. Seção 1, p. 20. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_8_12.pdf. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.

CARVALHO, D. M. S.; FRANÇA, D. X. Estratégias de enfrentamento do racismo na escola:

uma revisão integrativa. **Revista Educação & Formação**, Universidade Federal do Ceará, v. 4, n. 3, p. 148-168, set./out., 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25053/redufor.v4i12.974>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MOLINA, Daniela. **A narrativa e a construção do conhecimento histórico**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05022015-134108/publico/DANIELA_MOLINA.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXzdj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/250992186_Analise_textual_discursiva_processo_reconstrutivo_de_multiplas_faces. Acesso em: 15 nov. 2023.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nas escolas brasileiras. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). **História** 28 (2), 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742009000200007>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 114, n. 1, 2001. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300008>. Acesso em: 18 nov. 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley; SILVA, Vinícius Baptista da. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, jan./jun., 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/Dw9cqWcCzcddHVZjv3TnYGt/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1991.

TOCANTINS. **Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE (2015-2025) e adota outras providências. Diário Oficial, Palmas, TO, 8 jul. 2015. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/209815>. Acesso em: 15 jan. 2026.

VERRANGIA, D. Educação científica e diversidade étnico-racial: o ensino e a pesquisa em foco. **Revista Interacções**, [S. l.], v. 10, n. 31, 2015. Disponível em:

<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/6368>. Acesso em: 15 dez. 2023.

VICENTIM, Ana Paula. **Coleção história afro-brasileira e indígena: um estudo na escola estadual de Lagoa da Confusão (2021-2023)**. 2024. 107f. Dissertação (Mestrado em História das Populações Amazônicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas, Porto Nacional, 2024. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/7003>. Acesso e: 17 jan. 2026.

INFORMAÇÃO SOBRE OS ORGANIZADORES

Angelo Adriano Faria de Assis: Professor Titular da Universidade Federal de Viçosa, onde atua na Graduação em História e como coordenador do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Possui graduação (1995), mestrado (1998) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2004) e Pós-doutorado pelas Universidade de Lisboa (2011), Universidade de Évora (2011) e Lettres Sorbonne Université (França, 2021). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Acadêmico em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Presidente da Seção Minas Gerais da Associação Nacional de História - Anpuh-MG, no biênio 2018-2020.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4758858392951831>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1587-438X>

George Leonardo Seabra Coelho: Possui graduação - Bacharelado e Licenciatura - em História pela Universidade Federal de Goiás (2006), mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (2010) e doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (2015). Fez estágio pós-doutoral em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Atualmente é Professor Associado no curso de Licenciatura em História da UFT-Porto Nacional e coordenador do PPGHispan-UFT. Tem experiência na área de ensino de História, Fotografia, Literatura e História, com ênfase em História do Brasil e Literatura Modernista, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso e poder, literatura modernista, projetos de integração e pensamento autoritário brasileiro. Também desenvolve pesquisa abordando as relações entre Mídias, tecnologias e História, criador e líder do Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS). É criador e Editor da revista *Convergências: Estudos em Humanidades Digitais* (2965-2758) e parecerista em mais de dez periódicos nacionais. É vice-coordenador do Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região (CDMAR) e conselheiro da Região Norte da Associação Brasileira Acadêmicos em Defesa dos BRICS (ABRABRICS).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8547171534862098>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3166-4008>

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Ana Paula Vicentim: Mestre pela Universidade Federal do Tocantins . Polo Porto Nacional pelo Mestrado em História das Populações Amazônicas no Programa PPG-Hispam em 2024. Graduada em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mandaguari (2004). Especialista em Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso pelo Instituto Dimensão. Professora na rede estadual de ensino no Tocantins por 20 anos. Atualmente atuo como professora de História no ensino Fundamental II na Rede Municipal de Ensino no Município de Lagoa da Confusão. Experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes áreas: História do Brasil, Relações Etno Raciais, e Novo Ensino Médio. Atuei de 2005 á 2023 na área da educação como professora de Ensino Fundamental II e Médio, tenho como princípios assiduidade, compromisso, bom relacionamento com o público, e sou muito comunicativa, gosto de desafios, desenvolvo projetos em história e cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e quilombolas, livros didáticos e formação de professor.No momento cursando Pedagogia e Tutora presencial do Curso de Pedagogia pela Unitins.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0543659918219761>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-1095-0312>

André Luiz Lopes de Faria: Possui graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1993), graduação em Estudos Sociais pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (1992), mestrado em Ciências Ambientais e Florestais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2001) e doutorado em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) pela Universidade Federal de Viçosa (2010). Pós-doutorado em Oceanografia Ambiental pela Universidade Federal do Espírito Santo (2022). Membro deste 2012 da Unidade de Mergulho Científico da UFV. Atualmente é professor da Universidade Federal de Viçosa. Coordena o Laboratório de Geomorfologia do Quaternário DGE/UFV. Coordena o grupo de pesquisas em Paisagens continentais e costeiras. Orienta nos Mestrados Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania e em Geografia, ambos na UFV. Tem experiência nas seguintes áreas: Ensino de Geografia Física, Geomorfologia/mapeamento geomorfológico, planejamento ambiental, riscos e geoprocessamento. Além de experiência em Geomorfologia Glacial e Periglacial no continente Antártico.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3104903814803347>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0492-9725>

Angelo Adriano Faria de Assis: Professor Titular da Universidade Federal de Viçosa, onde atua na Graduação em História e como coordenador do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Possui graduação (1995), mestrado (1998) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2004) e Pós-doutorado pelas Universidade de Lisboa (2011), Universidade de Évora (2011) e Lettres Sorbonne Université (França, 2021). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Acadêmico em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Presidente da Seção Minas Gerais da Associação Nacional de História - Anpuh-MG, no biênio 2018-2020.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4758858392951831>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1587-438X>

Eliana Rela: Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduada em História pela Universidade de Caxias do Sul(UCS). Realizou Doutorado sanduiche na Universidade de Pádova, onde pesquisou ao longo de 12 meses, sendo orientada pelo professor Dr. Galiani. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UCS, na quadrienal 2017-2020, quando obteve aprovação do APCN para implantação do Doutorado Profissional. No ano de 2025 está Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação-UCS. É docente e pesquisadora na Universidade de Caxias do Sul nos Programas de Pós- Graduação Profissional em História e Programa de Pós-Graduação em Educação. Atua como supervisora de Pós-doc. Coordena projetos de pesquisa nas áreas de Ensino de História; História da Educação; Mulheres; Patrimônio; Paisagens Sonoras. Tem experiência na Formação de Professores, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de Professores, Estágio Curricular, Cultura Digital, Processos de mediação no Ensino de História. Ministra disciplinas de Historiografia; Historiografia Digital; Ensino de História, Metodologia do Ensino de História, Estágio Curricular, História da Fotografia. Atuou na UFRGS junto a Coordenação do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura como assessora para os estágios curriculares na modalidade a distância. No âmbito da cooperação internacional, é coordenadora local do projeto AmAs, projeto de pesquisa com a Scuola Universitaria Professionale della Svizzera Italiana (SUPSI), Suíça, coordenado pela profa. Dr. Lorena Rocca, subsidiado pela agência suíça Movetia. Integra o projeto InForma - In-Formazione@Inclusione, projeto de pesquisa com a Scuola Universitaria Professionale della Svizzera Italiana (SUPSI), Suíça, coordenado pelo prof. Dr. Michele Mainardi, subsidiado pela agência suíça Movetia. Está em constante interação com grupos de pesquisa da Universidade de Padova, Itália e, Scuola Universitaria Professionale della Svizzera Italiana (SUPSI) onde integra também o projeto de pesquisa Soundscape.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3274042846549354>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9670-1634>

Flavio José Gomes Cabral: O autor é um pesquisador e educador experiente na área de História, com uma trajetória acadêmica e profissional consolidada. Possui Doutorado (2008) e Mestrado (2002) em História pela Universidade Federal de Pernambuco, além de licenciatura na mesma área pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (1982). Atualmente, é professor de História na Universidade Católica de Pernambuco, atuando tanto na graduação (presencial e EaD) quanto no Programa de Pós-Graduação em História. Sua experiência em gestão acadêmica inclui a coordenação do curso de graduação em História na mesma instituição, entre os anos de 2016 e 2020. Sua contribuição para a formação de novos professores é evidenciada pela sua atuação como coordenador da Área de História do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) de 2012 a 2017, onde foi bolsista da CAPES. Além de sua dedicação ao ensino, o autor participa ativamente de importantes instituições de pesquisa. É associado do Centro de Estudos de História Municipal da Condepe-Fidem, sócio honorário do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Sua carreira também abrange uma longa experiência na educação básica, tendo lecionado em escolas das redes estadual e privada de Pernambuco de 1980 a 2014.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9555512722760004>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-5539-8748>

George Leonardo Seabra Coelho: Possui graduação - Bacharelado e Licenciatura - em

História pela Universidade Federal de Goiás (2006), mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (2010) e doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (2015). Fez estágio pós-doutoral em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Atualmente é Professor Associado no curso de Licenciatura em História da UFT-Porto Nacional e coordenador do PPGHispan-UFT. Tem experiência na área de ensino de História, Fotografia, Literatura e História, com ênfase em História do Brasil e Literatura Modernista, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso e poder, literatura modernista, projetos de integração e pensamento autoritário brasileiro. Também desenvolve pesquisa abordando as relações entre Mídias, tecnologias e História, criador e líder do Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS). É criador e Editor da revista *Convergências: Estudos em Humanidades Digitais* (2965-2758) e parecerista em mais de dez periódicos nacionais. É vice-coordenador do Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região (CDMAR) e conselheiro da Região Norte da Associação Brasileira Acadêmicos em Defesa dos BRICS (ABRABRICS).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8547171534862098>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3166-4008>

Luciano de Mello Sant'Anna: Graduado em Tecnologia Logística pela Universidade Norte do Paraná (2020); MBA em Gestão de Logística Empresarial pelo IPEMIG da Faculdade Batista de Minas Gerais (2021); Pós-Graduação Lato Sensu em Engenharia Elétrica, Eletrotécnica pela Universidade do Norte do Paraná (2022); Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania na UFV (20250; radioamador Classe A; escritor autor de quatro livros publicados.

Atualmente é servidor da PEC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, sublotação DEV - Divisão de Eventos da Universidade Federal de Viçosa, UFV.

Lattes: Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/4591394864307135>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7027-8317>

Luciana Aparecida de Oliveira: Possui graduação em Economia Doméstica UFV (2009). Pós-graduação em Gestão Gastronômica e Hoteleira-SENAC MG (2016), pós-graduação em Administração pública pela Faculdade Fatura (2018), Mestrado pelo programa de mestrado profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Atualmente é assistente em administração na Diretoria de Manutenção de Edificações na Universidade Federal de Viçosa, MG.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3266246169512847>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7568-5889>

Marcelo Santos Rodrigues: Graduação em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Católica do Salvador - UCSal (1994), Bahia. Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2001). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - USP (2009), São Paulo. Pós-doutorado em História Social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2017). Professor Associado da Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT, Desde 2003 ministra as disciplinas de História da América Colonial, História da América Independente, História do Brasil Imperial, História e suas Fontes Digitais. Vice-Coordenador e Professor do Programa de Mestrado Profissional em História dos Povos Amazônicos; Pesquisador e estudioso da História Meridional e da Longa Duração na América; História comparada da colonização portuguesa e espanhola na América; do uso de fontes

COELHO, George Leonardo Seabra; ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Do arquivo ao território: histórias, conservação e educação patrimonial no Brasil contemporâneo (Volume 1). Eduft: Palmas, 2026,

documentais oficial e manuscritas; de jornais do século XIX; Desenvolvendo e orientando pesquisas relacionadas a Guerra do Paraguai, a Memória e Formação dos Estados Nacionais na América do Sul do século XIX; temas relacionados as Comemorações e ao Esquecimentos; da História Militar, da História e sua relação com o Sertão, da História Indígena e da atuação Dominicana no Brasil. História Regional de Goiás/Tocantins.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7685802492506664>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0964-8538>

Manoela Grazziotin Rodrigues: Mestre em História pela Universidade de Caxias do Sul Especialista em Educação Infantil e Gestão Escolar Atual Diretora da EMEI Erlina Portela Gervino - Município de Vacaria.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5340517379260084>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2191-084X>

Margit Arnold Fensterseifer: Doutora em história em 2024 do programa de Pós-Graduação em história da Universidade de Caxias do Sul(UCS), com o título de "MOINHO MELATTI: PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM BUSCA DE RECONHECIMENTO - FAGUNDES VARELA, RS", mestre em história, pelo mesmo programa (UCS) com defesa e aprovação da dissertação no ano de 2016, sob o título de Elaboração de modelo-ficha de patrimônios históricos a preservar: levantamentos técnicos e abordagens histórico-socioculturais. Professora na UCS desde o ano de 2007 no Centro de Ciências Exatas, da Natureza e de Tecnologia no campus da cidade de Bento Gonçalves (CARVI- Campus Universitário da região dos vinhedos), onde ministra várias disciplinas e em especial a de Atelier IV, projeto de intervenção em sítios e edificações históricas. Desde agosto de 2021 é coordenadora deste curso. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul no ano de 1984, atuando em escritório autônomo desde 1985 na cidade de Bento Gonçalves que abrange projetos de restauros de edificações históricas desde o ano de 1990. Na UCS, junto aos alunos desenvolve iniciação à pesquisa científica ligada às demandas de campos de estágio regionais, auxiliando na solução de problemáticas práticas. Atualmente, faz parte do COMPACH (Conselho de Patrimônio Artístico, Cultural e Histórico) da cidade de BG, representando a universidade pela UCS-CARVI. Recentemente, foi co-autora do trabalho de pesquisa Laços Patrimoniais promovido pelo Museu do Imigrante de BG, que gerou um livro com a síntese desta.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4347904453511471>

Orcid: <https://orcid.org/authorized/display>

Meire Vânia Ferreira Araújo Guimarães: Mestre em História das Populações Amazônicas pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduada em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT, 2014). Graduada em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR, 2014). Graduada em Pedagogia (UNIASSELVI, 2024). Especialista em Informática na Educação, pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Especialista em Gestão Estratégica da Inovação e Política de Ciência e Tecnologia, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT, 2021-2022). Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2022). Especializações em Andamento Direito da Mulher, pela Faculdade I9 Educação. Direitos Humanos, pela Faculdade I9 Educação. Professora, Assistente Social e Pesquisadora. Descendente de comunidade ribeirinha e filha de pescadores artesanais, desenvolveu interesse pela história e políticas sociais das populações amazônicas, alinhando

COELHO, George Leonardo Seabra; ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Do arquivo ao território: histórias, conservação e educação patrimonial no Brasil contemporâneo (Volume 1). Eduft: Palmas, 2026,

formação acadêmica e práticas sociais em meu percurso profissional. Contato- Telefone: (63) 98451-6320 - E-mail: meireanag@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3788615994430621>

Orcid:

Roberto Radünz: Doutor em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -PUC/RS Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul - UCS/RS Bolsista Produtividade do CNPq

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2401287478998780>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2569-3168>

Valdemiro Rodrigues da Silva: O autor possui uma sólida formação multidisciplinar, com Mestrado em História (2022-2024) e graduação em Direito (1994-1998), ambas pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Complementarmente, possui pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Uninassau (2004-2006) e uma graduação tecnológica em Gastronomia (2011-2012).

Com vasta experiência no setor público, atua como servidor concursado do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco desde 2001, onde exerce o cargo de Técnico Judiciário. Desde abril de 2006, ocupa a função de Chefe de Secretaria da 6ª Vara Cível da Capital, o que lhe confere profundo conhecimento das práticas judiciais. Sua trajetória também se destaca pela atuação na área de formação e desenvolvimento de pessoas. Desde 2016, acumula a função de Coordenador Pedagógico da Escola Judicial de Pernambuco (EJUD) para o 2º Grau. Além disso, atua como Instrutor na mesma instituição desde 2014, com ênfase em Processo Judicial eletrônico (PJe). Esta combinação de formação acadêmica em História e Direito, aliada à longa experiência prática no Judiciário e à atuação em coordenação pedagógica e instrução, confere ao autor uma perspectiva única e qualificada para contribuir com capítulos de livros que demandem uma análise aprofundada e interdisciplinar.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4251769894230220>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-5539-8748>



A editora da Universidade Federal do Tocantins